

NOTA **técnica** AIPARDES

Nº 22

Dinâmicas Territoriais da População: Primeiros Resultados do Censo 2010

Rosa Moura
Anael Cintra

Curitiba
2011

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Carlos Alberto Richa - *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Cassio Taniguchi - *Secretário*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

Gilmar Mendes Lourenço - *Diretor-Presidente*

Emilio Kenji Shibata - *Diretor Administrativo-Financeiro*

Julio Takeshi Suzuki Júnior - *Diretor do Centro de Pesquisa*

Daniel Nojima - *Diretor do Centro Estadual de Estatística*

GEOPROCESSAMENTO

Julio César de Ramos e Lucrécia Zaninelli Rocha

EDITORAÇÃO

Maria Laura Zocolotti - *Coordenação*

Ana Batista Martins - *Editoração Eletrônica*

NOTA técnica AIPARDES

As notas técnicas do IparDES constituem breves abordagens sobre temas relevantes para a agenda de pesquisa e planejamento do Estado.

DINÂMICAS TERRITORIAIS DA POPULAÇÃO: PRIMEIROS RESULTADOS DO CENSO 2010

*Rosa Moura**
*Anael Cintra***

INTRODUÇÃO

A divulgação dos Resultados Preliminares e da Sinopse do Censo Demográfico de 2010 estimulou uma leitura dos movimentos da população no território brasileiro. Conforme Oliveira (2011, p.3), trata-se de um conjunto inicial fundamental a pesquisadores e formuladores de políticas, “dos primeiros instrumentos de avaliação da composição e tendências da população brasileira e de sua distribuição pelos entes federativos, no limiar da segunda década do século atual.”

Mesmo que ainda não estejam disponíveis dados sobre migrações e movimentos pendulares da população, importantíssimos para uma leitura das novas dinâmicas territoriais engendradas, a análise da distribuição da população no território e de seu padrão de crescimento entre 2000-10, comparativamente ao período intercensitário anterior, oferece indicativos suficientes para que sejam identificados os fenômenos em curso e, se não respondidas, sejam oferecidos mais elementos à discussão posta em torno de algumas questões básicas: a concentração nas aglomerações metropolitanas segue sendo uma característica do país ou dinâmicas desconcentradoras apontam para um novo perfil de distribuição da população no território? Que regiões e que municípios são os expoentes das principais dinâmicas do crescimento da população brasileira?

Responder a essas duas questões com informações consistentes, como as produzidas pelo IBGE, é um primeiro caminho para fomentar uma discussão de ordem teórico-conceitual, premente na pesquisa urbana brasileira, sobre quais noções e conceitos (se é que estão disponíveis ou a serem pensados) se ajustam aos novos processos e às novas configurações espaciais que se observam à luz dos dados do Censo 2010. Também são fundamentais para orientar a formulação de políticas públicas condizentes às transformações em processo.

* Geógrafa, pesquisadora do IPARDES.

** Engenheiro Agrônomo, pesquisador do IPARDES.

Como contribuição, o presente trabalho faz uma leitura dos primeiros resultados do Censo Demográfico de 2010, particularmente das informações relativas à distribuição, incremento e crescimento anual da população total brasileira, considerando dois recortes espaciais de análise distintos, porém articulados. O primeiro é o recorte espacial das Áreas de Concentração de População (ACPs), que são unidades de pesquisa em uso pelo IBGE e que correspondem às principais aglomerações urbanas identificadas em território nacional, sejam de natureza metropolitana ou não. O segundo recorte refere-se aos municípios não integrados em ACPs e compartimenta-se em dois sub-recortes por porte populacional: o dos municípios com até 20 mil habitantes, considerados “pequenos”, e o daqueles com população superior a essa, considerados “médios” – embora sejam dois sub-recortes amplos, contemplam municípios com características próprias. As ACPs compõem-se de municípios de maior porte, restando aos sub-recortes um expoente superior que ultrapassa pouco mais de 300 mil habitantes.

Complementarmente, será feita uma abordagem específica das unidades institucionalizadas como Regiões Metropolitanas (RMs), Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) e Aglomerações Urbanas (AUs), conforme disposição constitucional, muitas delas polarizadas por ACPs. Tal ênfase deve-se ao fato de que essas unidades estão bastante incorporadas nos estudos acadêmicos e enfoques não acadêmicos, muitas vezes sem a necessária distinção entre suas porções que de fato traduzem o fenômeno da aglomeração urbana e os municípios marginais a esse fenômeno, porém inseridos em seus limites formais.

1 PANORAMA DAS TRANSFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS

A Sinopse do Censo Demográfico de 2010 retrata um país com 190.755.799 habitantes e um perfil demográfico da população com elevada presença urbana, reduzidos níveis de fecundidade e mortalidade, e alteração na pirâmide etária, com diminuição das idades jovens e aumento das adultas (IBGE, 2011). O grau de urbanização aumentou de 81,2%, em 2000, para 84,4%, em 2010, e as regiões menos urbanizadas, Norte e Nordeste, já apresentam uma população urbana correspondendo a mais de 73% da total.

Nesse país, a razão de sexo reflete uma proporção de 96 homens para cada 100 mulheres, acentuando-se a tendência histórica de predominância feminina na população do Brasil. Mesmo assim, em mais de 60% dos municípios observa-se um superávit masculino, fato decorrente das correntes migratórias, como pondera o IBGE. Essa relação é peculiar aos municípios de menor porte: as informações mostram que cerca de 80% dos municípios com menos de 5 mil habitantes possuem mais homens do que mulheres em suas populações; contrariamente, em todos os municípios com mais de 500 mil habitantes o número de mulheres é superior ao de homens. Entre outras, essa é uma expressão das transformações que se consolidam no meio urbano.

Outra marca da urbanização, conforme IBGE (2011), está na estrutura etária da população. Os grupos etários de menores de 25 anos já apresentam uma diminuição absoluta no seu contingente. A composição da população do Brasil nestes últimos dez anos se caracterizou, principalmente, pelo crescimento da população adulta, com destaque para o aumento da participação da população idosa. Consequentemente, há uma redução da base da pirâmide etária, com queda na participação das faixas de crianças de zero a quatro anos e um alargamento do topo da pirâmide, pelo crescimento da participação relativa da população com 65 anos ou mais, que salta de 5,9%, em 2000, para 7,4% em 2010. Sudeste e Sul apresentam-se como as duas regiões mais envelhecidas do País: tinham, em 2010, 8,1% da população formada por idosos com 65 anos ou mais, enquanto a proporção de crianças menores de 5 anos era de 6,4%.

No caso brasileiro, a urbanização também provoca uma elevada concentração populacional. Na última década, ampliou-se o número de municípios com população superior a 1 milhão de habitantes, de 13, em 2000, para 15 em 2010. Este grupo reunia 40,2 milhões de pessoas em 2010, correspondente a 21,1% da população total do país. A população concentrava-se em aglomerações metropolitanas, sendo São Paulo (11.253.503 habitantes), Rio de Janeiro (6.320.446) e Salvador (2.675.656) os três municípios mais populosos do país. Entre esses 15 municípios milionários, os que mais cresceram na década, segundo o IBGE, foram Manaus, com uma taxa de 2,51% ao ano, passando de 9.º para 7.º mais populoso (1.802.014 habitantes), e Brasília, que passou de 6.º para 4.º (2.570.160), com um

crescimento médio anual de 2,28%. Porto Alegre (1.409.351 habitantes) foi o município que menos cresceu nesse grupo, com a taxa de apenas 0,35% ao ano – inferior à do conjunto dos outros municípios do Rio Grande do Sul. Contrariamente, Curitiba e Florianópolis, na Região Sul, cresceram mais que o conjunto dos demais municípios de seus respectivos estados.

Embora o crescimento relativo da população brasileira, na ordem de 12,3%, corresponda a um incremento populacional de 20.956.629, o crescimento médio geométrico anual, de 1,17%, registra a menor taxa observada em uma série histórica iniciada em 1872 – data do I Recenseamento Geral do Brasil. Na última década censitária, a região Sul foi a que menos cresceu (0,87% a.a.), influenciada pelas baixas taxas observadas no Rio Grande do Sul (0,49% a.a.) e no Paraná (0,89% a.a.). Os maiores incrementos aconteceram no Pará (6,6% a.a., ou 1,4 milhão de pessoas) e Ceará (4,9% a.a., ou 1,0 milhão). Estas Unidades da Federação (UFs) assumiram as posições superiores ocupadas pela Bahia e Paraná no *ranking* da década anterior.

O incremento da população urbana superou o da total, alcançando aproximadamente 23 milhões de habitantes, segundo o IBGE, que aponta como causa o próprio crescimento vegetativo nas áreas urbanas, além das migrações com destino urbano. Complementando o quadro das transformações da década, cabe anotar que a diminuição da fecundidade, entre outros resultados, provocou uma redução na densidade domiciliar no país. Mesmo assim, as áreas de maior densidade demográfica seguem correspondendo às aglomerações que se estendem fisicamente no entorno das capitais e principais centralidades da rede urbana brasileira.

Por fim, embora ainda tenham ocorrido desmembramentos de municípios – foram criados 58 novos municípios na década de 2000 –, o ritmo de fragmentação territorial reduziu-se substancialmente, quando comparado às décadas de 1980 e 1990. A composição político-administrativa do país considerada pelo Censo é de 5.565 municípios, que se distribuem em: 32,2% na região Nordeste; 30,0% na Sudeste; 21,3% na Sul; 8,4% na Centro-Oeste e 8,1% na Norte. As Regiões Sul e Centro-Oeste tiveram suas participações ampliadas em relação ao ano 2000, posto que na última década foram as que mais criaram novos municípios – respectivamente 29 (todos no Rio Grande do Sul) e 20 (15 deles no Mato Grosso).

Este é o cenário atual do Brasil, sobre o qual se pretende antecipar os movimentos da população no território, mesmo ciente de que informações imprescindíveis para compor os vetores e identificar a intensidade desses movimentos ainda estejam por vir. Por isso, concorda-se com Oliveira (2011, p.4) que, “somente quando for divulgado o total das variáveis demográficas investigadas, será viável, em termos do rigor técnico e metodológico, estabelecer com mais garantia e precisão os parâmetros e tendências da dinâmica demográfica do país e de seus entes federativos.”

2 DINÂMICAS TERRITORIAIS DA DÉCADA: AINDA A METROPOLIZAÇÃO

As transformações demográficas da década de 2000 consolidam um processo de transição e projetam um país cada vez mais urbano – não só em relação ao crescente grau de urbanização e horizontalidade do processo, mas principalmente do ponto de vista da estrutura e distribuição da população. Ao mesmo tempo, reforçam e ampliam as porções já densamente povoadas, particularmente grandes cidades e aglomerações urbanas, com poucas, mas importantes, novas aglomerações no interior do território. Consolidam, portanto, as dinâmicas concentradoras de população iniciadas nas décadas anteriores e evidenciam que o movimento do capital no território, materializado nas atividades econômicas, segue impulsionando movimentos populacionais, seja de atração, expressa em muitos centros urbanos com taxas de elevado crescimento, ou de esvaziamento, particularizada nas extensas áreas que ainda apresentam perdas populacionais – análises que serão aprofundadas quando disponibilizadas as informações sobre migrações e movimentos pendulares.

Com as informações já publicizadas, confirmam-se a importância e a participação das dinâmicas da metropolização nas formas atuais de distribuição da população e da organização do território no Brasil. As aglomerações urbanas de maior dimensão, sejam ou não de natureza metropolitana, mantêm em ascensão sua participação no conjunto da população brasileira. Entre elas, poucas se situam fora da faixa do Atlântico – entendida neste texto como até 100 km da linha da costa. Em torno das aglomerações, emergem arranjos espaciais mais complexos de natureza urbano-regional que articulam em uma unidade aglomerações urbanas e centros conectados por intensos fluxos de população, mercadorias e conhecimento (MOURA, 2009).

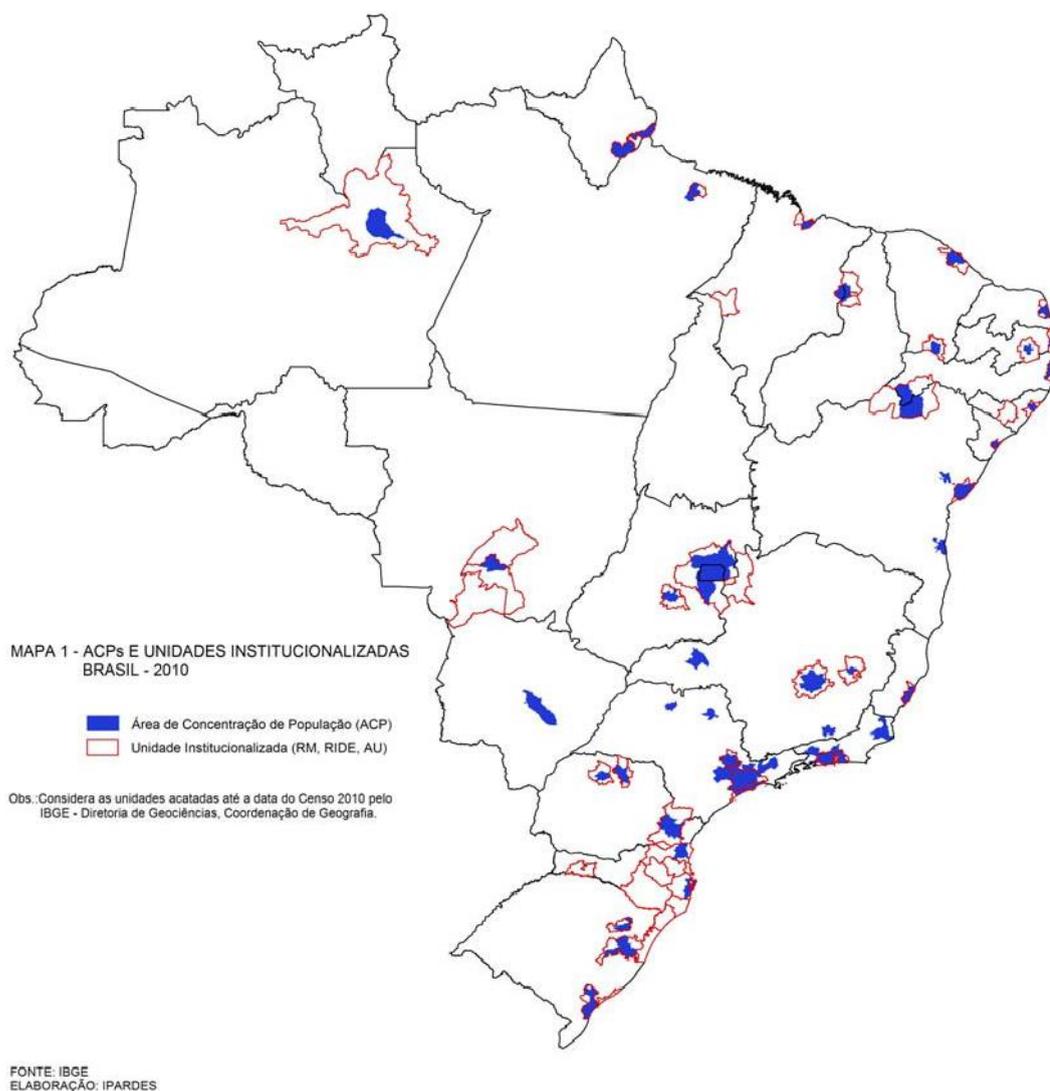
Para chegar a essas conclusões, este trabalho valeu-se da análise dos grandes espaços urbanos brasileiros (CASTELLO BRANCO, 2003), sintetizados nas ACPs – espacialidades que vêm representando, nas últimas décadas, as porções do território com as mais expressivas dinâmicas populacionais, convergência de fluxos, funções e demandas urbanas, e têm respondido pela inserção regional na divisão social do trabalho. Apesar de alguns estudos apontarem para certo esgotamento dessas áreas, em razão de um dinamismo florescente em porções interioranas, outros estudos mostram a permanência da centralidade metropolitana e a emergência e consolidação das aglomerações urbanas nas dinâmicas da população (OBSERVATÓRIO, 2010; 2011; SILVA, 2011).

É necessário apontar que, para maior clareza nesta análise, há que se distinguir aglomerações urbanas que resultam do fenômeno da metropolização, ou seja, as aglomerações de fato, captadas pelas ACPs, das unidades regionais que decorrem de medidas

institucionais¹ e que se intitulam como regiões ou aglomerações, ou seja, unidades formais, independentemente de representarem o conteúdo conceitual atribuído a essas categorias. Estas compõem um conjunto de 42 unidades institucionalizadas, acatadas pelo IBGE (Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia) até a data do Censo de 2010, que inclui Regiões Metropolitanas, algumas agregando áreas de expansão metropolitana ou colares metropolitanos; Regiões Integradas de Desenvolvimento, quando as unidades transcendem limites estaduais; e Aglomerações Urbanas – caso apenas encontrado no Rio Grande do Sul.² Como não há critérios e parâmetros nacionais para a delimitação dessas unidades, tampouco para a identificação de sua natureza, se metropolitana ou não, a grande maioria abarca conjuntos de municípios que não fazem parte do efetivo espaço do aglomerado, e sua institucionalização se deu majoritariamente como “metropolitana”, mesmo no caso de unidades cujo polo desempenha funções urbanas não mais que essenciais, de apoio a regiões de influência com economia eminentemente pautada em atividades do setor primário. A maioria das unidades institucionalizadas tem uma ACP como polo; da mesma forma, a maioria das ACPs constitui-se em núcleo de uma unidade institucionalizada (mapa 1). Essa associação justifica acoplar a análise das mesmas em continuidade à análise do recorte relativo às ACPs.

¹ Até a Constituição federal de 1988, foram institucionalizadas por lei complementar 9 Regiões Metropolitanas. Após a promulgação, a nova Constituição facultou aos estados federados, em seu Art. 25, § 3.º, mediante lei complementar, “instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.” A mesma Constituição, em seu Art. 43, previu mediante lei complementar a criação de Regiões Integradas de Desenvolvimento, nos seguintes termos: “Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.” Estas integram municípios de diferentes UFs.

² Além das unidades relacionadas pelo IBGE, o Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas (FNEM) informa a existência de mais seis RMs (em Roraima, as RMs da Capital, LC 130-21/12/2007; do Sul do Estado, LC 130-21/12/2007; e Central, LC 130-21/12/2007; na Bahia, RM de Feira de Santana, LC 35-06/07/2011; na Paraíba, RM de Guarabira, LC 101-12/07/2011; e em Santa Catarina, a RM do Alto Vale do Itajaí, LC 523-17/12/2010) e uma AU (de Jundiá, em São Paulo, LC 1.146-24/08/2011). Em processo de criação encontram-se ainda a RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte e a AU de Piracicaba, ambas em São Paulo (SÃO PAULO, 2011). Somadas às relacionadas pelo IBGE, compõem um total de 49 unidades institucionalizadas e duas em tramitação, que reúnem 826 municípios, 97 milhões de habitantes e registraram um incremento populacional, entre 2000-10, de 12,7 milhões de habitantes.



As unidades institucionalizadas que não são polarizadas por ACPs têm seus núcleos formados por aglomerações urbanas de menor porte que, embora não tenham apresentado indicadores que cumprissem os critérios estabelecidos para que fossem identificados como ACPs, mesmo assim, agregam mais de um município, em espacialidades com ocupação contínua e forte articulação interna. Ocorrem fundamentalmente em Santa Catarina, UF onde o processo de institucionalização de unidades metropolitanas aparenta substituir uma política regional; mas também no Maranhão (Sudoeste Maranhense), em Alagoas (Agreste), e no Rio Grande do Sul (AU do Litoral Norte).

Inversamente, muitas ACPs não foram objeto de institucionalização em unidades regionais, como se verifica nos estados da Bahia (Ilhéus/Itabuna), Minas Gerais (Juiz de Fora e Uberlândia), Rio de Janeiro (Campos dos Goytacazes e Volta Redonda/Barra Mansa), São Paulo (Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Sorocaba), assim como no Mato Grosso do Sul, no qual Campo Grande é a única ACP capital de Estado não institucionalizada como RM.

Há que se chamar a atenção para o fato de que é comum o território das unidades institucionalizadas ser maior que o da ACP, porém o inverso também ocorre. Muitas ACPs têm apenas parte integrando unidades institucionalizadas, deixando fora do limite territorial legal municípios que efetivamente participam do fenômeno da aglomeração urbana. Casos assim são encontrados nas ACPs de Aracaju, Belém, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo (ver mapa 1).

No caso das ACPs, há uma ampla diversidade entre as 46 unidades identificadas, não só pela dimensão como pelo grau de centralidade exercida. Em sua análise, será considerada a posição do polo na hierarquia de centros definida pelo IBGE. Será considerada metropolitana a ACP polarizada por alguma das três categorias de metrópole definidas pelo estudo Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2007 (IBGE, 2008).

2.1 ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DE POPULAÇÃO - ACPS

O fenômeno da metropolização se consolida em um país que entra no século 21 com uma rede de cidades estruturada a partir de uma Grande Metrópole Nacional (São Paulo), duas Metrópoles Nacionais (Brasília e Rio de Janeiro) e nove Metrópoles Regionais (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife e Salvador), conforme o REGIC 2007. Essas unidades caracterizam-se “por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta.” (IBGE, 2008, p.11) Três níveis de Capitais Regionais também se relacionam com os estratos superiores da rede urbana, conjugando 70 centros. Estas, com “capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios.” Destas, destacam-se as Capitais Regionais A, que se compõem pelas capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano, assim como por Campinas.

Em torno desse conjunto, que representa o topo da hierarquia urbana brasileira e que organiza as redes nacional e regionais de cidades, configuram-se grandes aglomerações, cuja articulação funcional entre os municípios integrantes e a complementaridade no exercício de atividades econômicas garantem posição superior e alguns reescalamentos na hierarquia dessa rede de cidades. Inúmeras outras aglomerações urbanas posicionam-se em conjunção a essas, como focos de alta convergência de fluxos e funções urbanas. Correspondem às 46 ACPs, criteriosamente identificadas pelo IBGE para finalidades estatísticas, que agregam municípios em unidades – ou ACPs – nominadas pelo(s) respectivo(s) polo(s). Aglomerações de menor porte, porém sem perder a importância, não se enquadram entre as ACPs por não cumprirem os quesitos mínimos estipulados nos critérios de seleção.

As Áreas de Concentração de População foram definidas pelo IBGE como unidades de pesquisa para o estudo Regiões de Influência das Cidades de 2007 (IBGE, 2008).

Representam unidades com grande integração, podendo apresentar um entorno formado por cidades de menor dimensão, mas intensamente associadas ao núcleo e com características acentuadamente urbanas. Conforme IBGE (2008, p.11), as

ACPs correspondem a grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo. As ACPs se desenvolvem ao redor de um ou mais núcleos urbanos, em caso de centros conurbados, assumindo o nome do município da capital ou do município de maior população.

Os núcleos das ACPs devem possuir população de 350 mil habitantes ou mais e ser constituídos por uma cidade ou cidades de porte semelhante conurbadas que, em conjunto, atendam a esse mesmo critério (CASTELLO BRANCO, 2011). Assim, entre outros, todos os 38 municípios brasileiros com população superior a 500 mil habitantes fazem parte de ACPs. A delimitação do entorno considera: (i) municípios contíguos ao núcleo ou a outro integrante do entorno (considera-se que a contiguidade não é quebrada por massas d'água); (ii) municípios que atendam a pelo menos dois entre os três critérios: alta densidade demográfica da área urbana (igual ou superior a 850 hab./km²), predominância de população ocupada em atividades urbanas (igual ou superior a 81,5%) e grande integração do conjunto, medida pela proporção de no mínimo 10% da população com 15 anos ou mais que trabalha ou estuda deslocando-se para outro município (fluxos de movimento pendular dominante em direção ao núcleo ou a um município já integrado à área); e (iii) morfologia com continuidade da mancha urbana, obtida em Imagens de Sensores Orbitais.

Como se constata na base de dados do REGIC 2007, o IBGE identificou 40 ACPs, que com algumas subdivisões alcançam 46 unidades, constituídas pela agregação de 337 municípios. As ACPs de São Paulo e Porto Alegre dividem-se em subACPs: a de São Paulo tem como núcleo principal a capital e como subnúcleos Campinas, Jundiaí, Santos, São José dos Campos e Sorocaba; e a de Porto Alegre tem Porto Alegre como núcleo principal e Novo Hamburgo-São Leopoldo como subnúcleo (IBGE, 2008).

Há que se ressaltar que as unidades identificadas tomam por base informações anteriores às disponibilizadas pelo Censo 2010. É mais que provável que ao se reaplicar a metodologia sobre esta nova base de informações hajam alterações na composição/limites de algumas ACPs e também é muito possível que novas unidades passem a agregar o conjunto atual, posto que os movimentos pendulares poderão revelar nexos que articulem municípios em núcleos cuja população supere o patamar de corte estabelecido. Mesmo assim, acredita-se que as alterações, por mais importantes que sejam, não provocarão mudanças substantivas nos processos e nas tendências observadas. Optou-se, pois, em valer-se da base existente para realizar esta leitura preliminar dos movimentos da população no território em 2010.

Nesta análise, posto que não há uma listagem disponível, a identificação dos 337 municípios que se inserem em ACPs considerou a relação de municípios brasileiros da base de dados do Censo 2010 (5.565) e a da base de dados do REGIC 2007 (5.274). A diferença entre essas bases, ou seja, os municípios que aparecem apenas na primeira, correspondem exatamente aos agregados em ACPs. A comparação das duas bases e o mapeamento dos municípios que não aparecem na base do REGIC apontaram os municípios correspondentes às ACPs. O recorte microrregional contribuiu para a identificação dos limites das subACPs, nos casos de São Paulo e de Porto Alegre.

As ACPs metropolitanas são aquelas polarizadas pelas 12 centralidades classificadas como metrópoles pelo REGIC 2007: RMs de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, e a RIDE de Brasília. Em determinados momentos da análise agregam-se ainda outras três unidades consideradas metropolitanas, conforme classificação do Observatório das Metrópoles (RIBEIRO, 2009): Campinas, Florianópolis e Vitória.

O mapeamento dos municípios integrantes de ACPs tornou evidente uma grande concentração de aglomerações na porção Centro-Sul do Brasil, mas, ao mesmo tempo, revelou que o fenômeno da aglomeração se manifesta em todo o território nacional, respeitadas as escalas de densidade e rarefação da ocupação urbana (ver mapa 1). Associa-se particularmente ao município que desempenha a função de capital estadual, a partir do qual se expandem manchas contínuas de ocupação. Em muitos casos, tais manchas se aproximam de outras ACPs de menor porte, em raios da ordem de 100 a 200 km, acompanhando as principais rodovias – como se observa na Bahia (Salvador/Feira de Santana), Distrito Federal/Goiás (Brasília/Goiânia), Minas Gerais (Belo Horizonte/Vale do Aço), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/Volta Redonda-Barra Mansa/Juiz de Fora-MG), São Paulo (todo o conjunto conhecido como macrometrópole, envolvendo as subACPs) e Rio Grande do Sul (Porto Alegre/Caxias do Sul). Esse fenômeno confirma a existência de arranjos espaciais de maior complexidade, particularmente nas porções mais adensadas do território. Poucas são as ACPs localizadas no interior das UFs, notadamente de menor porte, muitas com expressivo crescimento.

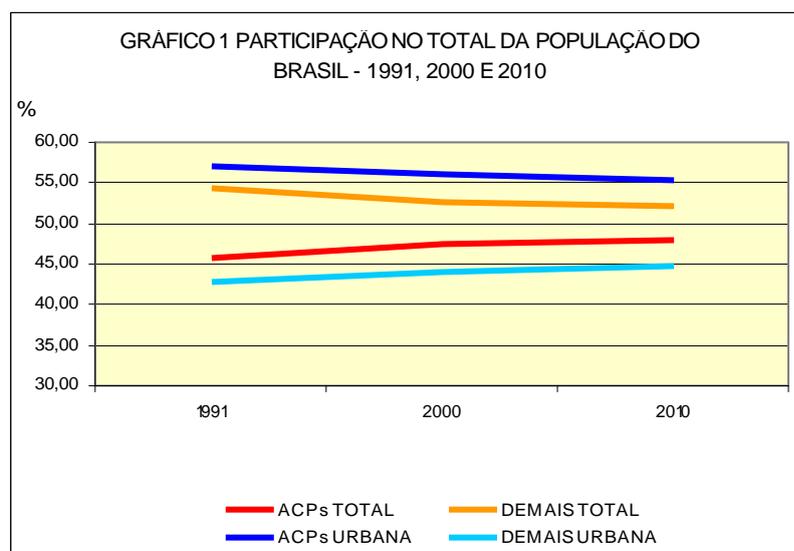
Com relação aos resultados do Censo 2010, constata-se que o conjunto de municípios que conforma as ACPs agregava, em 2010, 48% da população total e 55,3% da população urbana do país (tabela 1). Observa-se que, em termos da população total, essa elevada concentração vem crescendo ao longo do tempo: em 1991, a participação da população total se dava em 45,6%, elevando-se para 47,3% em 2000. O mesmo não ocorre em relação à população urbana, que em 1991 e 2000 estava, respectivamente, 57,1% e 56,1% concentrada em ACPs (gráfico 1).

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA, INCREMENTO, GRAU DE URBANIZAÇÃO E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL – ACPs E DEMAIS MUNICÍPIOS - BRASIL - 1991, 2000 E 2010

POPULAÇÃO	ACP		DEMAIS MUNICÍPIOS		BRASIL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Distribuição						
Total 1991	66.986.620	45,62	79.838.855	54,38	146.825.475	100,00
Total 2000	80.382.578	47,34	89.416.592	52,66	169.799.170	100,00
Total 2010	91.488.927	47,96	99.266.872	52,04	190.755.799	100,00
Urbana 1991	63.380.268	57,10	47.610.722	42,90	110.990.990	100,00
Urbana 2000	77.370.894	56,08	60.583.065	43,92	137.953.959	100,00
Urbana 2010	89.058.663	55,34	71.867.129	44,66	160.925.792	100,00
Incremento						
Total 1991/00	13.395.958	58,31	9.577.737	41,69	22.973.695	100,00
Total 2000/10	11.106.349	53,00	9.850.280	47,00	20.956.629	100,00
Urbana 1991/00	13.990.626	51,89	12.972.343	48,11	26.962.969	100,00
Urbana 2000/10	11.687.769	50,88	11.284.064	49,12	22.971.833	100,00
Grau Urbanização						
1991		94,62		59,63		75,59
2000		96,25		67,75		81,25
2010		97,34		72,40		84,36
Taxa Crescimento (% a.a.)						
Total 1991/00		2,07		1,28		1,64
Total 2000/10		1,30		1,05		1,17
Urbana 1991/00		2,26		2,74		2,47
Urbana 2000/10		1,42		1,72		1,55

FONTE: IBGE - Resultados do Universo do Censo Demográfico

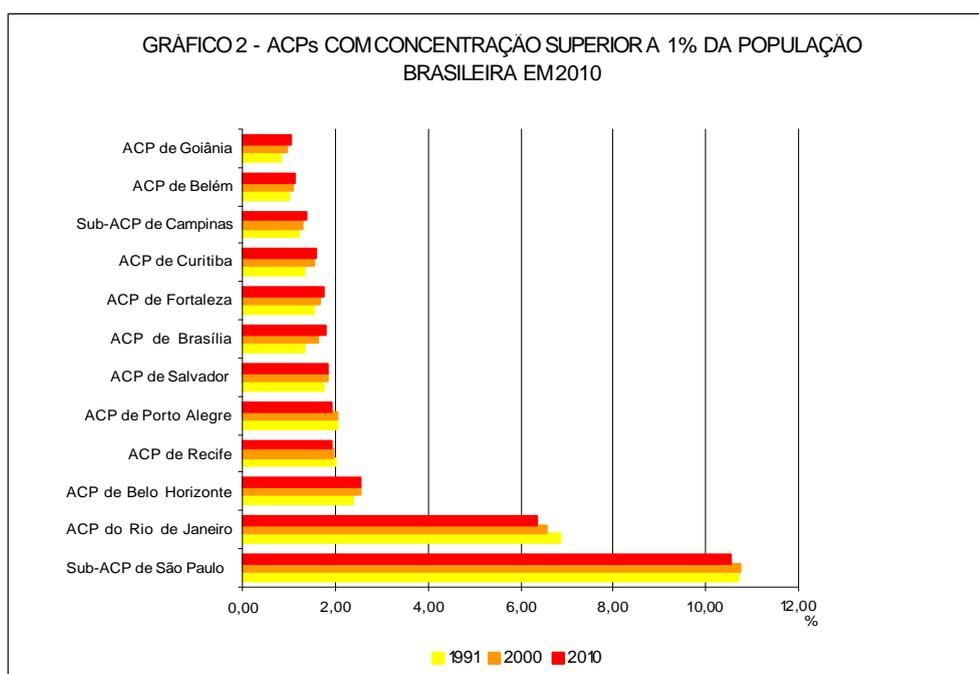
NOTA: Elaboração do IPARDES.



Uma explicação para esse comportamento distinto entre o crescimento da população total e urbana pode residir, fundamentalmente, em dois processos: (i) a velocidade de expansão da ocupação urbana, incompatível à atualização dos perímetros urbanos nos municípios das aglomerações, faz com que seja computada como rural população de novos loteamentos e ocupações com características urbanas situadas ainda em áreas consideradas rurais, nas periferias das cidades; (ii) a urbanização horizontalizada nos demais municípios brasileiros, particularmente a incidente em áreas de expansão da ocupação, no interior do país, municípios litorâneos e municípios das proximidades das ACPs, que seguem incorporando parcelas crescentes de população nos núcleos urbanos, elevando a participação destes demais municípios brasileiros no conjunto da população urbana.

Esse segundo processo pode ser confirmado no aumento do grau de urbanização da população dos municípios brasileiros não integrantes de ACPs, em ritmo mais acelerado que o do país como um todo. Enquanto no Brasil a diferença entre o grau de urbanização de 1991 (75,6%) e 2010 (84,4%) é de 8,8 pontos percentuais, no caso dos municípios não integrados a ACPs a diferença corresponde a 12,8 pontos percentuais. No conjunto desses municípios, o grau de urbanização salta de 59,6%, em 1991, para 72,4% em 2010, demonstrando intenso processo de transição do rural para o urbano. Nas ACPs, a diferença entre os graus, nos mesmos períodos, é de 2,73 pontos percentuais, sinalizando relativa estabilidade em um processo que se aproxima da condição de urbanização plena no conjunto de municípios, pois o grau de urbanização eleva-se de 94,6%, em 1991, para 97,3% em 2010.

Algumas ACPs influenciam de forma mais contundente os processos em análise. Quando se fala em participação da população no total do Brasil, a ACP de São Paulo, em seu conjunto de seis subAcps, concentra 14,4% da população em 2010, mantendo o patamar de 14,2% de participação em 1991, apesar do pico em 2000, quando atinge 14,5%. Entre suas subACPs, destaca-se a de São Paulo, com participação de 10,5%, vindo em seguida Campinas, com 1,4% – desnível que reforça a centralidade da aglomeração principal (2).



FONTE: IBGE
Elaboração: IPARDES

As ACPs do Rio de Janeiro (6,4%, em declínio com relação aos 6,9% de 1991) e Belo Horizonte (2,5%, em nível estável desde 2000) vêm na sequência da de São Paulo, também guardando elevado desnível na participação (tabela 2). Apenas outras oito ACPs têm participação no total da população em mais de 1%: Belém, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife e Salvador. Todas também participam com mais de 1% no total da população urbana brasileira; agregam-se a essas as ACPs de Manaus e Vitória, com mais de 1% da população urbana do Brasil. Anota-se que, entre as 46 unidades, a participação da

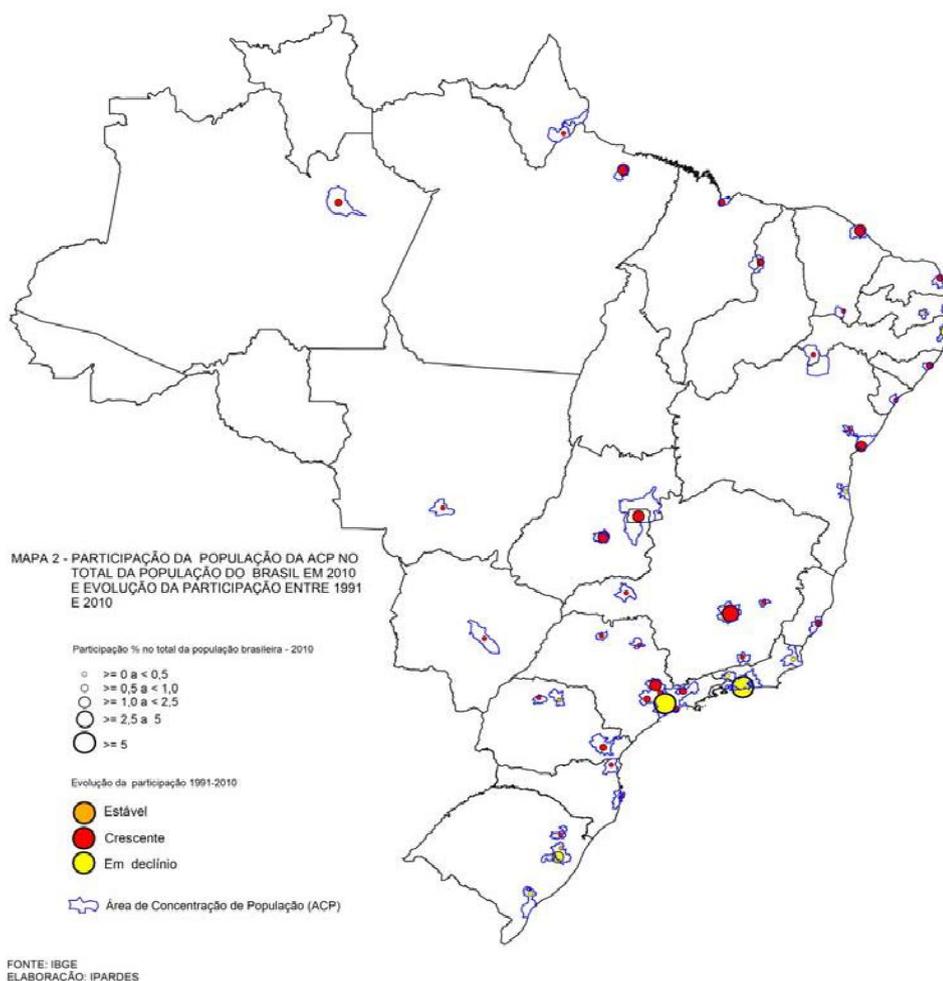
população total vem crescendo ou permanece estável no período, salvo na ACP do Rio de Janeiro, já citada, e nas de Porto Alegre e de Recife, que decaem ambas de 2% para 1,9%, entre as metropolitanas, e entre as não metropolitanas, Campina Grande, Campos dos Goytacazes, Ilhéus/Itabuna, Pelotas/Rio Grande e Volta Redonda/Barra Mansa (mapa 2).

TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA NO TOTAL DO BRASIL, GRAU DE URBANIZAÇÃO E DIFERENÇA DO GRAU DE URBANIZAÇÃO – ACPs E DEMAIS MUNICÍPIOS - BRASIL - 1991, 2000 E 2010

UNIDADE	POP. TOTAL/TOTAL BRASIL (%)			POP. URBANA/URBANA BRASIL (%)			GRAU DE URBANIZAÇÃO			DIFERENÇA GRAU 1991-10
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	
ACP de Aracaju	0,38	0,42	0,46	0,50	0,51	0,53	97,66	98,50	96,45	-1,22
ACP de Belém	0,99	1,09	1,11	0,86	1,29	1,26	65,86	96,27	95,27	29,41
ACP de Belo Horizonte	2,37	2,54	2,53	2,97	3,06	2,96	94,69	98,00	98,55	3,85
ACP de Brasília	1,34	1,61	1,81	1,65	1,89	2,06	93,45	95,15	95,70	2,25
ACP de Campina Grande	0,26	0,24	0,24	0,29	0,26	0,25	85,58	87,27	88,47	2,88
ACP de Campo Grande	0,36	0,39	0,41	0,47	0,48	0,48	98,59	98,84	98,66	0,07
ACP de Campos dos Goytacazes	0,27	0,24	0,24	0,29	0,26	0,26	83,44	89,48	90,29	6,86
ACP de Caxias do Sul	0,23	0,24	0,26	0,27	0,27	0,29	87,96	90,47	95,04	7,08
ACP de Cuiabá	0,38	0,41	0,42	0,50	0,50	0,49	97,56	98,45	98,24	0,68
ACP de Curitiba	1,32	1,54	1,57	1,66	1,79	1,77	95,10	94,55	95,05	-0,05
ACP de Feira de Santana	0,28	0,28	0,29	0,31	0,31	0,32	86,00	89,77	91,73	5,73
ACP de Florianópolis	0,36	0,41	0,45	0,43	0,49	0,52	91,34	95,89	96,14	4,81
ACP de Fortaleza	1,56	1,67	1,74	2,02	2,01	2,02	97,81	97,85	97,60	-0,22
ACP de Goiânia	0,82	0,95	1,05	1,05	1,15	1,24	96,98	98,89	99,33	2,35
ACP de Ilhéus/Itabuna	0,28	0,25	0,20	0,29	0,26	0,22	78,67	84,36	91,26	12,59
ACP de Ipatinga	0,22	0,24	0,25	0,29	0,30	0,29	98,09	98,72	98,37	0,29
ACP de João Pessoa	0,48	0,51	0,53	0,62	0,60	0,61	96,29	97,24	97,14	0,85
ACP de Joinville	0,32	0,36	0,39	0,39	0,41	0,44	91,78	93,79	94,49	2,71
ACP de Juaz. do Norte/Crato/Barb.	0,21	0,21	0,22	0,23	0,23	0,24	85,78	87,08	88,84	3,06
ACP de Juiz de Fora	0,27	0,28	0,28	0,35	0,34	0,33	98,15	98,89	98,64	0,49
ACP de Londrina	0,37	0,37	0,37	0,45	0,43	0,43	92,01	95,58	96,85	4,84
ACP de Macapá	0,16	0,21	0,26	0,18	0,25	0,30	86,44	95,25	96,17	9,73
ACP de Maceió	0,48	0,52	0,54	0,57	0,63	0,63	90,64	97,89	98,42	7,78
ACP de Manaus	0,69	0,83	0,94	0,91	1,01	1,11	99,51	99,36	99,49	-0,02
ACP de Maringá	0,25	0,27	0,29	0,31	0,32	0,33	93,57	96,01	97,08	3,51
ACP de Natal	0,56	0,61	0,66	0,65	0,66	0,72	88,19	87,45	93,20	5,00
ACP de Pelotas - Rio Grande	0,32	0,30	0,28	0,39	0,35	0,31	92,81	94,23	94,31	1,50
ACP de Petrolina/Juazeiro	0,21	0,23	0,26	0,21	0,22	0,24	74,81	76,20	77,25	2,44
ACP de Porto Alegre	2,03	2,03	1,92	2,59	2,41	2,23	96,60	96,60	98,27	1,67
Sub-ACP de Porto Alegre	1,64	1,63	1,53	2,11	1,94	1,79	97,21	96,64	98,74	1,53
Sub-ACP N.Hamburgo/S.Leopoldo	0,39	0,40	0,39	0,48	0,47	0,44	93,99	96,46	96,39	2,40
ACP de Recife	2,02	1,98	1,94	2,52	2,36	2,24	94,26	96,92	97,24	2,98
ACP de Ribeirão Preto	0,38	0,39	0,41	0,49	0,47	0,49	96,60	98,53	99,37	2,78
ACP do Rio de Janeiro	6,86	6,57	6,36	8,99	8,02	7,50	99,14	99,17	99,39	0,25
ACP de Salvador	1,75	1,82	1,85	2,22	2,19	2,15	96,21	97,77	98,13	1,91
ACP de São José do Rio Preto	0,24	0,26	0,26	0,30	0,30	0,29	94,93	93,58	93,87	-1,06
ACP de São Luís	0,56	0,63	0,69	0,25	0,64	0,68	33,34	81,95	83,38	50,04
ACP de São Paulo	14,22	14,48	14,43	18,29	17,09	16,82	97,22	95,89	98,38	1,16
Sub-ACP de São Paulo	10,71	10,73	10,54	13,82	12,62	12,32	97,60	95,49	98,67	1,07
Sub-ACP de Campinas	1,20	1,29	1,37	1,53	1,56	1,59	96,24	98,14	98,36	2,12
Sub-ACP de Santos	0,81	0,84	0,84	1,07	1,03	1,00	99,68	99,65	99,83	0,14
Sub-ACP de S.José dos Campos	0,69	0,71	0,73	0,86	0,84	0,84	95,01	95,86	96,89	1,88
Sub-ACP de Sorocaba	0,51	0,57	0,60	0,64	0,67	0,68	94,13	94,57	94,82	0,69
Sub-ACP de Jundiá	0,31	0,33	0,35	0,38	0,38	0,40	91,46	92,73	95,61	4,15
ACP de Teresina	0,49	0,51	0,52	0,59	0,58	0,57	91,18	93,38	92,35	1,17
ACP de Uberlândia	0,25	0,30	0,32	0,32	0,35	0,36	97,58	97,56	97,23	-0,35
ACP de Vitória	0,77	0,84	0,88	0,99	1,02	1,02	97,62	98,33	98,44	0,82
ACP de Volta Redonda/Bar. Mansa	0,34	0,32	0,30	0,44	0,38	0,35	96,38	97,19	97,87	1,49
TOTAL ACPs	45,62	47,34	47,96	57,10	56,08	55,34	94,62	96,25	97,34	2,73
Demais Municípios	54,38	52,66	52,04	42,90	43,92	44,66	59,63	67,75	72,40	12,76
TOTAL BRASIL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	75,59	81,25	84,36	8,77

FONTE: IBGE - Resultados do Universo do Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.



A maioria das ACPs tem o grau de urbanização crescente no período considerado, particularmente a de São Luís, que acresce 50,1 pontos percentuais, dado que salta do grau de 33,3%, em 1991, para 83,4% em 2010; Belém, de 65,9% para 95,3%; e Ilhéus-Itabuna, de 78,7% para 91,3%. Em sentido oposto, algumas ACPs perdem pontos percentuais no grau de urbanização, caso das metropolitanas de Curitiba e Fortaleza, respectivamente 0,1 e 0,2 pontos percentuais, além de Aracaju, São José do Rio Preto e Uberlândia, respectivamente 1,2, 1,1 e 0,4 p.p., certamente ocasionado por imprecisão e desatualização de perímetros urbanos.

Essas informações sinalizam a permanência do grau de concentração da população total nas grandes aglomerações urbanas, particularmente as metropolitanas, e, no caso da população urbana, uma aparente desconcentração condicionada pelo inacabado processo de urbanização horizontalizado em território nacional.

Enquanto o crescimento da população total apresenta taxas mais elevadas no conjunto das ACPs que no dos demais municípios, entre 1991-00 e 2000-10, o da população urbana é menos intenso que nos demais municípios (ver tabela 1). Nos dois conjuntos, verifica-se a redução nas taxas de crescimento, seja da população total ou urbana, entre 1991-00 e 2000-10. No caso da população total, a redução das taxas é mais abrupta no conjunto das ACPs; no da população urbana, mais abrupto nos demais municípios.

A despeito da redução das taxas, o incremento da população entre os períodos considerados ainda se situa em mais de 50% do total do incremento brasileiro no conjunto relativo às ACPs. Entre 1991 e 2000, 58,3% do incremento populacional do Brasil deu-se no conjunto das ACPs; no período seguinte, reduz-se o contingente e a proporção relativa passa para 53%. O incremento da população urbana também se reduz, com a proporção declinando de 51,9% para 50,9%. Mesmo assim, os contingentes populacionais incorporados permanecem substantivos.

Entre 1991-00, São Paulo absorveu em seu conjunto de subACPs 3,7 milhões de habitantes, seguido pela ACP do Rio de Janeiro, com incremento de 1,1 milhão (tabela 3). As ACPs de Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza e Salvador obtiveram incrementos entre 500 mil e 1 milhão de habitantes no período. Na década seguinte, a de São Paulo continuou agregando o mais elevado contingente, embora comparativamente menor, na ordem de 2,9 milhões de habitantes; apenas as do Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte ficaram na faixa entre 500 mil e 1 milhão de habitantes incorporados.

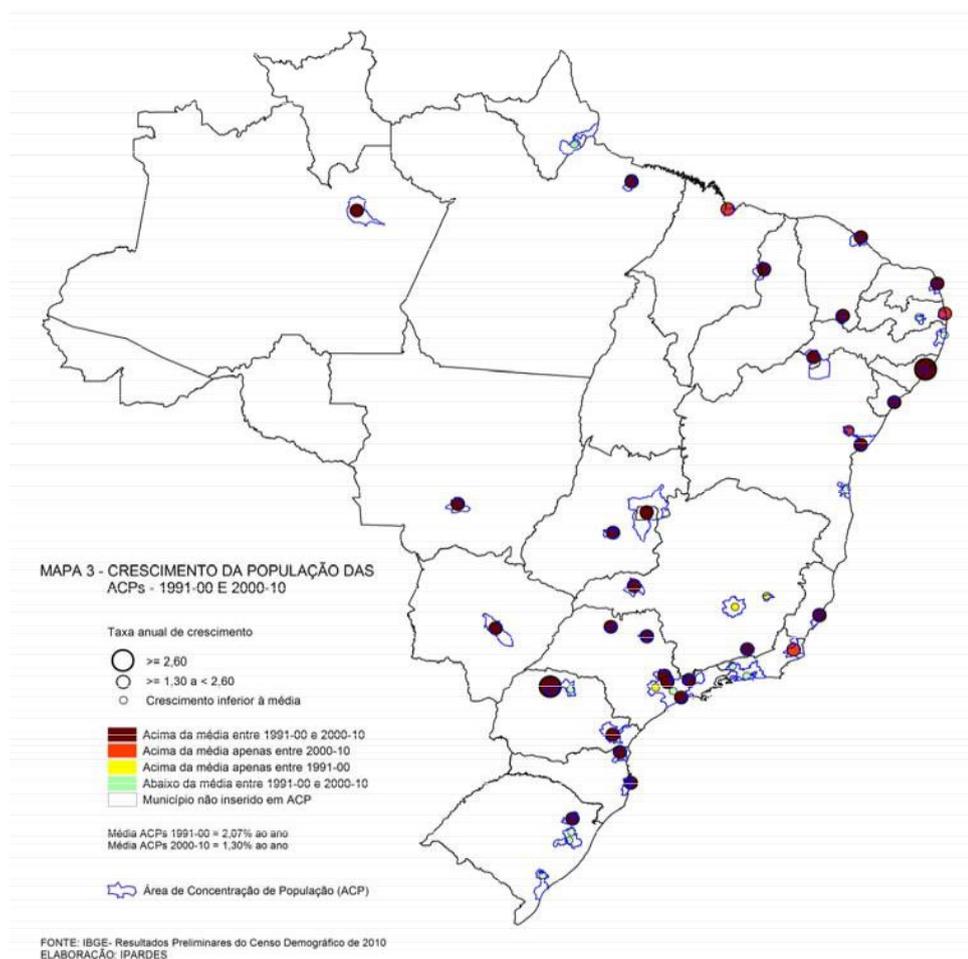
Sobre tão elevados contingentes, mesmo com taxas de crescimento moderadas, os ganhos populacionais são consideráveis. Entre as ACPs com maiores incrementos, a de São Paulo crescia entre 1991-00 a taxa de 1,85% a.a., declinando para 1,13% a.a. entre 2000-10 (mapa 3). Em seu interior, exceto a subACP de São Paulo, todas as subACPs cresciam a taxas superiores a 2% a.a. entre 1991-00, com destaque à de Sorocaba, com crescimento de 2,94% a.a.; entre 2000-10, algumas mantiveram crescimento acima da média do conjunto das ACPs (1,30% a.a.), mas a de Jundiá foi a que deteve a taxa mais elevada (1,83% a.a.). A ACP do Rio de Janeiro declinou de 1,15% a.a. para 0,85% a.a. nos mesmos períodos. Já as demais ACPs com elevado incremento registraram declínio das taxas, porém permaneceram com crescimento da população total ainda elevado. As ACPs de Belo Horizonte, Fortaleza e Salvador declinaram de taxas entre 2 e 2,5% a.a. para taxas entre 1,2 e 1,6% a.a. As ACPs de Curitiba e Brasília tinham taxas superiores a 3% a.a. no primeiro intervalo; a primeira decaiu para 1,39% a.a., enquanto a segunda continuou registrando taxa elevada, agora de 2,39% a.a. Em todo o conjunto de ACPs, a de Macapá foi a única a apresentar taxa superior ao dobro do crescimento médio anual das ACPs, tanto entre 1991-00 quanto entre 2000-10, respectivamente 5,21% a.a. e 3,22% a.a. Apresentaram crescimento inferior a 1% a.a. entre 2000-10 as ACPs metropolitanas de Recife e Rio de Janeiro e as subACPs de Porto Alegre, Novo Hamburgo/São Leopoldo e São Paulo, como também as não metropolitanas de Campina Grande, Pelotas/Rio Grande e Volta Redonda/Barra Mansa. No caso da ACP de Porto Alegre, cabe observar que a subACP de São Leopoldo/Novo Hamburgo apresentou nos dois períodos taxas superiores à da capital. A ACP de Ilhéus/Itabuna é a única a perder população entre 2000-10 (-0,74% a.a.). Exceto a ACP de Campos dos Goytacazes, todas tiveram a taxa reduzida entre o primeiro e segundo período.

TABELA 3 - INCREMENTO, TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA, E DIFERENÇA ENTRE AS TAXAS DE CRESCIMENTO - ACPS E DEMAIS MUNICÍPIOS - BRASIL- 1991, 2000 E 2010

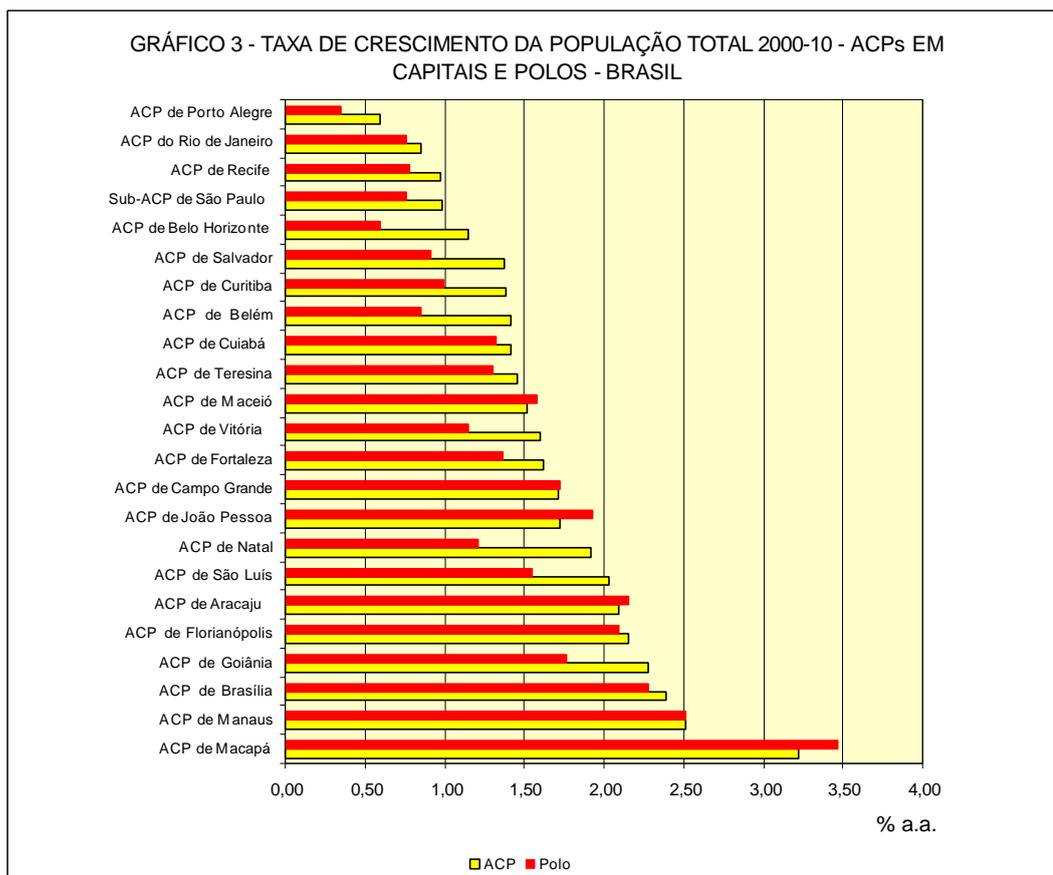
UNIDADE	INCREMENTO POP. TOTAL		INCREMENTO POP. URBANA		TAXA CRESC. POP. TOTAL		TAXA CRESC. POP. URBANA		DIFERENÇA CRESC.	
	1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010	Total	Urbana
ACP de Aracaju	150.854	164.380	153.327	143.837	2,69	2,09	2,79	1,88	-0,60	-0,92
ACP de Belo Horizonte	832.738	519.815	931.110	535.646	2,44	1,15	2,83	1,20	-1,29	-1,63
ACP de Belém	400.175	277.709	825.316	246.082	2,78	1,41	7,25	1,30	-1,37	-5,94
ACP de Brasília	769.407	727.270	765.367	711.285	3,78	2,39	3,99	2,45	-1,39	-1,54
ACP de Campina Grande	34.995	36.645	36.982	37.373	0,99	0,85	1,21	0,99	-0,14	-0,23
ACP de Campo Grande	137.495	123.176	137.227	120.328	2,64	1,72	2,67	1,70	-0,92	-0,97
ACP Campos Goytacazes	17.880	56.742	39.510	54.548	0,51	1,31	1,30	1,41	0,81	0,11
ACP de Cuiabá	133.873	105.050	136.866	101.683	2,41	1,41	2,52	1,39	-1,00	-1,13
ACP de Curitiba	673.490	384.832	626.260	378.637	3,41	1,39	3,34	1,44	-2,02	-1,90
ACP de Caxias do Sul	79.438	83.472	80.296	98.363	2,41	1,85	2,73	2,35	-0,56	-0,38
ACP de Feira de Santana	74.502	75.693	82.173	78.905	1,91	1,47	2,40	1,69	-0,43	-0,70
ACP de Florianópolis	173.996	166.175	190.808	161.541	3,26	2,15	3,82	2,18	-1,10	-1,64
ACP de Fortaleza	543.175	494.391	532.274	475.429	2,42	1,62	2,42	1,60	-0,79	-0,82
ACP de Goiânia	401.664	405.506	420.246	409.840	3,28	2,28	3,51	2,32	-1,00	-1,18
ACP de Ilhéus - Itabuna	9.775	-29.899	31.516	1.615	0,27	-0,74	1,05	0,05	-1,00	-1,01
ACP de Ipatinga	88.305	54.267	89.239	51.953	2,73	1,24	2,80	1,20	-1,49	-1,60
ACP Juazei.N./Crato/Barb.	61.295	62.880	57.309	62.253	2,09	1,61	2,26	1,81	-0,48	-0,45
ACP de João Pessoa	147.045	159.490	149.721	154.103	2,13	1,72	2,24	1,71	-0,41	-0,53
ACP de Joinville	134.586	140.749	135.740	137.241	2,85	2,11	3,10	2,18	-0,74	-0,92
ACP de Juiz de Fora	71.281	60.985	73.430	58.989	1,86	1,22	1,94	1,20	-0,63	-0,74
ACP de Londrina	83.928	82.680	99.605	88.014	1,63	1,25	2,06	1,38	-0,38	-0,68
ACP de Macapá	132.519	135.719	146.614	133.848	5,21	3,22	6,36	3,32	-1,99	-3,04
ACP de Maceió	181.615	143.903	228.774	146.295	2,61	1,52	3,50	1,57	-1,09	-1,93
ACP de Manaus	394.334	396.179	390.183	396.113	3,76	2,51	3,74	2,53	-1,25	-1,21
ACP de Maringá	90.350	90.350	95.693	92.567	2,51	1,82	2,80	1,94	-0,68	-0,87
ACP de Natal	218.713	216.610	185.163	261.353	2,70	1,92	2,60	2,57	-0,78	-0,03
ACP Pelotas/Rio Grande	46.180	15.801	50.072	15.333	1,07	0,31	1,24	0,31	-0,77	-0,93
ACP Petrolina/Juazeiro	88.932	98.822	72.018	80.433	2,92	2,27	3,13	2,41	-0,65	-0,73
ACP de Porto Alegre	464.082	210.476	448.526	264.113	1,64	0,59	1,64	0,77	-1,04	-0,87
Sub-ACP Porto Alegre	360.689	148.022	334.704	204.409	1,58	0,52	1,51	0,74	-1,05	-0,77
Sub-ACP N.Hamb/S.Leop.	103.393	62.454	113.822	59.704	1,89	0,89	2,18	0,88	-1,00	-1,30
ACP de Ribeirão Preto	100.119	128.376	109.517	133.169	1,85	1,79	2,08	1,87	-0,07	-0,21
ACP de Recife	395.651	340.973	462.365	342.567	1,41	0,97	1,73	1,00	-0,44	-0,73
ACP do Rio de Janeiro	1.084.594	982.713	1.078.535	1.001.535	1,15	0,85	1,16	0,87	-0,31	-0,29
ACP de Salvador	523.960	440.046	552.123	442.939	2,11	1,34	2,29	1,38	-0,77	-0,91
ACP São José Rio Preto	94.058	63.308	83.372	60.694	2,74	1,36	2,58	1,39	-1,38	-1,19
ACP de São Luís	250.551	238.642	603.952	214.330	3,03	2,03	13,97	2,21	-1,00	-11,76
ACP de São Paulo	3.701.273	2.934.528	3.270.875	3.499.798	1,85	1,13	1,69	1,39	-0,71	-0,30
Sub-ACP de São Paulo	2.506.620	1.870.620	2.062.281	2.424.239	1,67	0,98	1,42	1,31	-0,69	-0,11
Sub-ACP de Campinas	426.459	415.360	452.045	413.404	2,46	1,75	2,69	1,78	-0,71	-0,91
Sub-ACP de Santos	237.893	178.994	236.711	181.166	2,07	1,19	2,07	1,21	-0,88	-0,86
Sub-ACP S.José Campos	202.851	180.804	203.048	187.603	2,08	1,40	2,18	1,51	-0,68	-0,67
Sub-ACP de Sorocaba	221.152	176.963	212.410	170.282	2,94	1,69	2,99	1,72	-1,25	-1,28
Sub-ACP de Jundiá	106.298	111.787	104.380	123.104	2,37	1,83	2,53	2,14	-0,55	-0,39
ACP de Teresina	138.612	133.495	145.275	114.425	2,00	1,46	2,27	1,34	-0,54	-0,93
ACP de Uberlândia	134.153	102.799	130.817	98.284	3,56	1,88	3,55	1,85	-1,67	-1,70
ACP de Vitória	298.949	245.092	301.920	242.913	2,67	1,60	2,76	1,61	-1,08	-1,15
ACP Volta Red./Bar.Mansa	37.416	36.509	40.510	39.395	0,80	0,65	0,90	0,72	-0,15	-0,18
TOTAL ACPS	13.395.958	11.106.349	13.990.626	11.687.769	2,07	1,30	2,26	1,42	-0,76	-0,85
DEMAIS MUNICÍPIOS	9.577.737	9.850.280	12.972.343	11.284.064	1,28	1,05	2,74	1,72	-0,23	-1,02
TOTAL BRASIL	22.973.695	20.956.629	26.962.969	22.971.833	1,64	1,17	2,47	1,55	-0,47	-0,92

FONTE: IBGE - Resultados do Universo do Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.



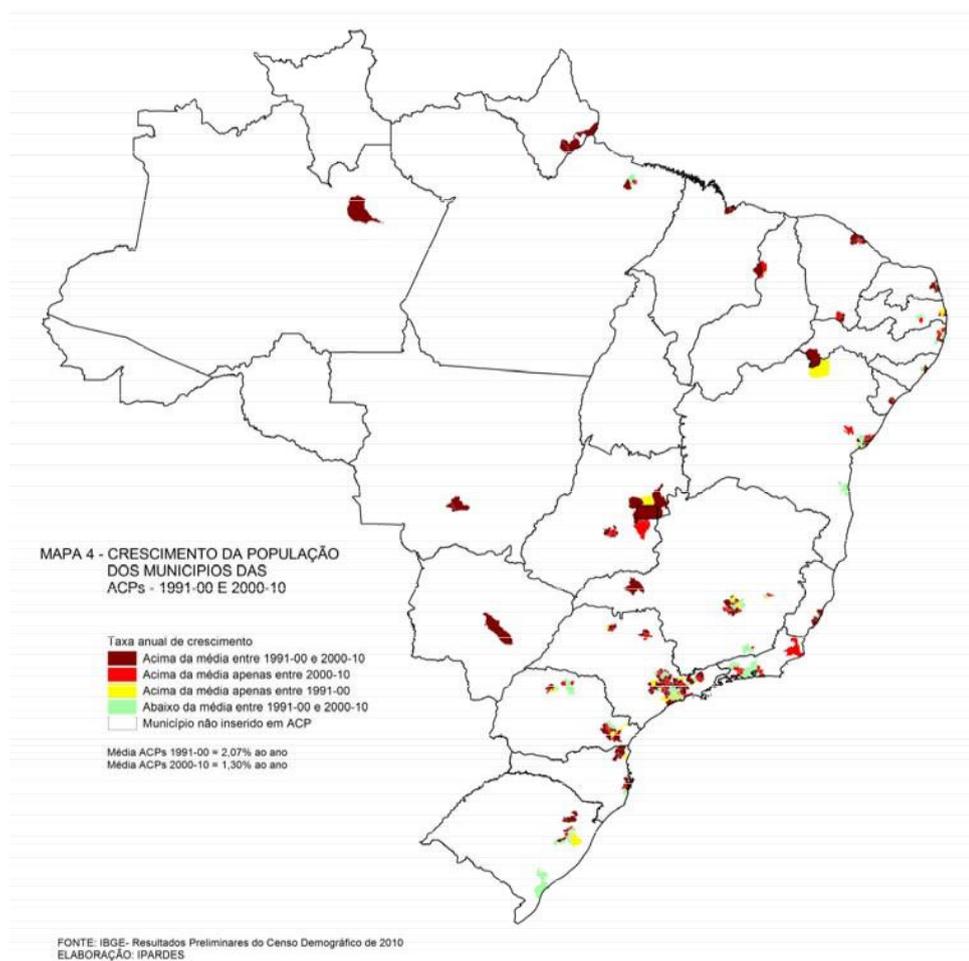
Há que se enfatizar que entre as 28 ACPs e subACPs com crescimento acima da média do conjunto entre 1991-00 e 2000-10, encontram-se sete de natureza metropolitana (Belém, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus e Salvador, restringindo-se à classificação do REGIC 2007) e dez polarizadas por capitais de Estado (Aracaju, Campo Grande, Cuiabá, Florianópolis, João Pessoa, Macapá, Maceió, Natal, São Luís e Vitória) – gráfico 3. Anota-se que os polos dessas unidades, com exceção de Aracaju, João Pessoa, Macapá e Maceió, apresentam taxas de crescimento inferior ao do conjunto da ACP entre 2000-10. Outras seis ACPs com crescimento acima da média nos dois períodos integram arranjos espaciais de natureza urbano-regional (Caxias do Sul, Campinas, Joinville, Jundiá, São José dos Campos e Sorocaba) e apenas cinco são interioranas (Juazeiro do Norte/Crato/Barbalha, Petrolina/ Juazeiro, Maringá, São José do Rio Preto e Uberlândia). Com crescimento acima da média apenas entre 2000-10 encontram-se uma capital de UF (Teresina), uma integrante de arranjo urbano-regional (Feira de Santana) e duas interioranas (Campos dos Goytacazes e Ribeirão Preto).



FONTES: IBGE
Elaboração: IPARDES

O comportamento individual dos municípios revela que majoritariamente o crescimento vem se dando acima da média do conjunto, sejam nos dois períodos analisados, seja em apenas um deles. Municípios com crescimento abaixo da média nos dois períodos são poucos e localizados nas principais ACPs do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, em outras de menor porte (mapa 4). Tal comportamento confirma que o padrão de crescimento elevado é recorrente entre o conjunto de municípios desses aglomerados, e não influenciado por um polo forte ou sustentado pela periferia.

Assim, pode-se afirmar que as dinâmicas territoriais entre as Áreas de Concentração de População permanecem expressivas em todo o território nacional, sejam ACPs polarizadas por metrópoles sejam outras de menor porte e menor expressão funcional ou posição na rede de cidades. Entretanto, em algumas UFs, os demais municípios se destacam pelo intenso ritmo de crescimento que registram. Nos estados do Amapá, Mato Grosso, Pará e Rio de Janeiro, a despeito de possuírem ACPs, são os demais municípios que apresentam as mais elevadas taxas de crescimento da população total entre 1991-00 e 2000-10 (tabela A.1).



Algumas UF's com mais de uma ACP têm comportamento peculiar: a ACP principal (metropolitana, na maioria dos casos) passa a crescer menos que outras ACPs da mesma UF: isso ocorre em relação à ACP fronteira de Petrolina/Juazeiro, com crescimento mais elevado que as metropolitanas de Recife e de Salvador; em Minas Gerais, com o crescimento superior da ACP de Uberlândia em relação à de Belo Horizonte; no Rio Grande do Sul, onde a ACP de Caxias do Sul cresce mais que a de Porto Alegre; em São Paulo, com a ACP de São José do Rio Preto registrando o mais elevado crescimento entre 1991-00 e a de Ribeirão Preto, entre 2000-10; assim como no Paraná, com a ACP de Maringá superando a de Curitiba no período 2000-10. Em todas as demais UF's, há um crescimento comum entre as ACPs, com supremacia das polarizadas pela capital do Estado.

Essa análise confirma o fato de que a intensa dinâmica de crescimento e concentração populacional nas aglomerações principais das UF's brasileiras, com poucas exceções, prossegue, fazendo-se acompanhar pelo crescimento também elevado de aglomerações de menor porte, algumas articuladas em arranjos espaciais com a aglomeração principal da UF. Também se ressalta o crescimento elevado de algumas ACPs interioranas, mas a análise põe em dúvida conclusões precipitadas de que são as "cidades médias" do interior

que passam a assumir a intensidade do crescimento metropolitano. Há que se concordar que houve, sim, uma inserção desses espaços interioranos nas dinâmicas populacionais de crescimento e concentração, mas sem romper a predominância das aglomerações principais no comando de tais dinâmicas.

Algumas questões remanescem e merecem ser remetidas para uma reflexão posterior e complementar ao objetivo deste trabalho. Entre elas, o que influencia o crescimento elevado em cada categoria de ACP (metropolitanas, em arranjos urbano-regionais, em limites interestaduais e interioranas)? As ACPs interioranas com maior crescimento sinalizam articulação mais estreita com as aglomerações principais ou independem delas? No inverso, o que provoca o crescimento ínfimo das metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre? No caso da primeira, seria possível supor que transformações no perfil produtivo e funcional, com introdução de atividades mais complexas e sofisticadas, pode ter repassado para o entorno atividades produtivas e intensivas em ocupação (como se infere a partir do crescimento elevado das demais subACPs)? No Rio de Janeiro, teria havido dispersão de atividades (ligadas à exploração do petróleo e à indústria naval), particularmente entre municípios litorâneos, e atraído novos contingentes antes focados na metrópole? Porto Alegre seria objeto dos impactos de uma desindustrialização? E Recife, estaria ainda enfrentando o elevado crescimento de municípios periféricos do entorno da ACP? São questões que apontam que este trabalho é apenas um ponto de partida para análises específicas sobre os diferentes comportamentos observados.

2.2 ACPS E UNIDADES INSTITUCIONALIZADAS

Como anteriormente abordado, muitas das ACPs formam núcleos de unidades institucionalizadas – RMs, RIDEs e AUs (quadro 1). Mas, há um grande número dessas unidades que não é polarizado por ACP, porque tem como núcleo centros ou pequenas aglomerações com população inferior a 350 mil habitantes. No oposto, há importantes ACPs que não configuram unidades institucionalizadas (ver mapa 1). Isso mostra uma disjunção entre o processo da urbanização e formação de aglomerações urbanas com o processo de institucionalização de unidades regionais, para o planejamento e gestão das funções públicas de interesse comum, conforme preconizado constitucionalmente – exercício necessário em todas as aglomerações urbanas, independentemente do porte. Tal disjunção decorre, fundamentalmente, da sobreposição dos interesses políticos aos interesses de ordem administrativa na criação de unidades regionais e, o mais grave, da desconsideração das dinâmicas e morfologias resultantes do fenômeno da metropolização.

QUADRO 1 - UNIDADES REGIONAIS INSTITUCIONALIZADAS ATÉ A DATA DO CENSO 2010

REGIÃO/UNIDADE	N.º MUN.	ACP	REGIÃO/UNIDADE	N.º MUN.	ACP
Norte (3 RMs)			RM Rio de Janeiro5 (RJ)	19	Sim
RM Belém (PA)	6	Sim	RM São Paulo (SP)	39	Sim
RM Macapá (AP)	2	Sim	RM Vale do Aço (MG)	4	Sim
RM Manaus (AM)	8	Sim	Colar Metropolitano V. Aço	22	Sim
Nordeste (12 RMs, 2 RIDES)			SUL (12 RMs, sendo 8 com "áreas de expansão", 3 AUs)		
RIDE Petrolina-PE/Juazeiro-BA	8	Sim	Aglom.Urbana do Nordeste (RS)	10	Sim
RIDE Teresina-PI/Timon-MA	14	Sim	Aglom. Urbana do Sul (RS)	5	Sim
RM Agreste (AL)	20	Não	Aglom.Urbana do Lit. Norte (RS)	20	Não
RM Aracaju (SE)	4	Sim	RM Carbonífera (SC)	7	Não
RM Campina Grande (PB)	28	Sim	Área Exp. Metr. Carbonífera	18	Não
RM Cariri (CE)	9	Sim	RM Chapecó (SC)	16	Não
RM Fortaleza (CE)	15	Sim	Área Expansão Metr. Chapecó	9	Não
RM Grande São Luís (MA)	5	Sim	RM Curitiba (PR)	26	Sim
RM João Pessoa (PB)	13	Sim	RM Florianópolis (SC)	9	Sim
RM Maceió (AL)	11	Sim	Área Expansão Metr. Fplis	13	Sim
RM Natal (RN)	10	Sim	RM Foz do Rio Itajaí (SC)	5	Não
RM Recife (PE)	14	Sim	Área Expansão Metr. Foz	4	Não
RM Salvador (BA)	13	Sim	RM Lages (SC)	2	Não
RM Sudoeste Maranhense (MA)	8	Não	Área Expansão Metr. Lages	21	Não
Centro-Oeste (2 RMs, 1 incluindo "entorno", 1 RIDE)			RM Londrina (PR)	11	Sim
RM Goiânia (GO)	20	Sim	RM Maringá (PR)	25	Sim
RM Vale do Rio Cuiabá (MT)	4	Sim	RM Norte/Nordeste Catarin. (SC)	2	Sim
Entorno Metropol. V. Rio Cuiabá	9	Não	Área Expansão Metr. N/NE	18	Sim
RIDE Distrito Federal e Entorno	22	Sim	RM Porto Alegre (RS)	31	Sim
Sudeste (7RMs, duas incluindo "colares")			RM Vale do Itajaí (SC)	5	Não
RM Baixada Santista (SP)	9	Sim	Área Expansão Metr. V. Itajaí	11	Não
RM Belo Horizonte (MG)	34	Sim	Aglom.Urbana do Nordeste (RS)	10	Sim
Colar Metropolitano BH	14	Sim	RM Tubarão (SC)	3	Não
RM Campinas (SP)	19	Sim	Área Expansão Metr. Tubarão	15	Não
RM Grande Vitória (ES)	7	Sim			

FONTE: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia (Informações de 31/07/2011)

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

Colares Metropolitanos, Áreas de Expansão Metropolitanas e Entorno Metropolitano, fazem parte, respectivamente, das legislações referentes aos estados de Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso.

42 Unidades institucionalizadas com um total de 696 municípios: 36 RMs (617 municípios) 3 RIDES (44 municípios 3 AUs (35 municípios).

A se considerar as informações sobre outras unidades institucionalizadas ou em processo de criação (SÃO PAULO, 2011), citadas anteriormente, o quadro apresentado agregaria unidades sem ACPs em Roraima, Paraíba e Santa Catarina. As unidades criadas ou propostas para São Paulo incidiriam sobre subACPs. No quadro atual, observa-se que a maioria das RMs catarinenses não tem uma ACP como núcleo. Nessa UF, o processo de instituição de unidades regionais se constitui como o mais exacerbado, posto que foram criadas oito unidades, todas consideradas metropolitanas. Outras unidades sem polarização por ACP são as RMs do Sudoeste Maranhense e do Agreste, polarizadas respectivamente por Imperatriz e Arapiraca, e a AU do litoral Norte do Rio Grande do Sul, que tem Osório como cidade principal. Algumas áreas de expansão metropolitana e os colares metropolitanos registram poucos municípios inseridos na ACP do núcleo. Neste trabalho, para o cômputo das unidades, esses recortes, assim como o entorno metropolitano da RM do Vale do Rio de Cuiabá, são incorporados à RM que circundam.

A criação de mais de uma unidade em uma mesma UF é aceitável, pois o próprio texto constitucional faculta aos estados federados a instituição de unidades em três

categorias distintas – regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões (Art. 25, § 3.º). Mesmo que não tenham sido definidos critérios para a classificação nessas categorias, a nomenclatura disposta no texto leva a crer que se refiram a unidades sucessivamente polarizadas por metrópoles, aglomerações não polarizadas por metrópoles e conjuntos de municípios não aglomerados. Essa leitura, contudo, não foi feita pelo legislador dos estados que, por inúmeras razões – com forte peso político –, opta generalizadamente pela classificação de qualquer unidade como metropolitana, a despeito da natureza do polo da aglomeração. Improriedades de compreensão também, muitas vezes por se ignorar as características do fenômeno urbano, ocorrem quando da delimitação das unidades institucionalizadas. Algumas se restringem a partes de aglomerações, excluindo municípios que compartilhem uma dinâmica comum; outras se estendem amplamente, incorporando municípios com relações íntimas com a dinâmica da aglomeração. Esse fato levou o Observatório das Metrópoles a desenvolver estudo para as unidades institucionalizadas, identificando, entre os municípios, além do polo da unidade, cinco níveis de integração à dinâmica metropolitana (RIBEIRO, 2009), como se verá na sequência.

O conjunto de unidades institucionalizadas atingia, em 2010, 36 RMs, 3 RIDEs e 3 AUs, que se localizavam em todas as grandes regiões brasileiras, e se compunha de 696 municípios (ver quadro 1). Entre eles, apenas 274 integram também ACPs, ou seja, fazem parte de aglomerações urbanas com polos com mais de 350 mil habitantes, entre outras características definidoras. Ao mesmo tempo, 63 municípios que integram ACPs não se inserem em nenhuma unidade institucionalizada (tabela 4).

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM ACPs, SEGUNDO UNIDADES INSTITUCIONALIZADAS E DEMAIS MUNICÍPIOS - BRASIL - 2010

CONDIÇÃO DO MUNICÍPIO	UNIDADES INSTITUCIONALIZADAS		DEMAIS MUNICÍPIOS		BRASIL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Inserido em ACP	274	81,3	63	18,7	337	100,0
Não inserido em ACP	422	8,1	4.806	91,9	5.228	100,0
TOTAL	696	12,5	4.869	87,5	5.565	100,0

FONTE: IBGE - Resultados do Universo do Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.

No caso das ACPs, a classificação dos municípios por porte de tamanho sofre influência do critério de corte mínimo dos polos. Assim, os estratos de tamanho de população que mais concentram municípios são aqueles entre 100 mil e 500 mil habitantes (38% dos municípios integrantes de ACPs) seguidos daqueles entre 20 mil a 100 mil habitantes (também 38%) – tabela 5. Do total de 245 municípios brasileiros no estrato de 100 mil a 500 mil habitantes, 52,2% integram ACPs; outros municípios de ACPs perfazem 24,6% do estrato entre 20 mil e 100 mil habitantes, que atingem um total nacional de 1.368 municípios. Isso demonstra que as ACPs, que são aglomerações de fato, agregam municípios entre os mais populosos e

mais densos, e que esses são exatamente aqueles que descrevem processos de ocupação contínua; em casos excepcionais incluem municípios de menor porte, situados no entorno dessas áreas de alta densidade.

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS MUNICÍPIOS POR CLASSES DE TAMANHO DA POPULAÇÃO TOTAL - ACPs, UNIDADES INSTITUCIONALIZADAS E DEMAIS MUNICÍPIOS - BRASIL - 2010

CLASSE DE TAMANHO DA POPULAÇÃO	ACPs						TOTAL BRASIL	
	ACP			Demais Municípios			Abs.	%
	Abs.	% na ACP	% no Brasil	Abs.	% nos Demais	% no Brasil		
Até 5.000	3	0,89	0,23	1.298	24,83	99,77	1.301	23,38
5.001 a 10.000	13	3,86	1,07	1.199	22,93	98,93	1.212	21,78
10.001 a 20.000	27	8,01	1,93	1.374	26,28	98,07	1.401	25,18
20.001 a 50.000	70	20,77	6,71	973	18,61	93,29	1.043	18,74
50.001 a 100.000	58	17,21	17,85	267	5,11	82,15	325	5,84
100.001 a 500.000	128	37,98	52,24	117	2,24	47,76	245	4,40
500.001 a 1.000.000	23	6,82	100,00	0	0,00	0,00	23	0,41
Mais de 1.000.000	15	4,45	100,00	0	0,00	0,00	15	0,27
TOTAL	337	100,00	6,06	5.228	100,00	93,94	5.565	100,00

CLASSE DE TAMANHO DA POPULAÇÃO	UNIDADES INSTITUCIONALIZADAS						TOTAL BRASIL	
	Unid. Instit.			Demais Municípios			Abs.	%
	Abs.	% Un. Inst.	% no Brasil	Abs.	% nos Demais	% no Brasil		
Até 5.000	87	12,50	6,69	1.214	24,93	93,31	1.301	23,38
5.001 a 10.000	100	14,37	8,25	1.112	22,84	91,75	1.212	21,78
10.001 a 20.000	136	19,54	9,71	1.265	25,98	90,29	1.401	25,18
20.001 a 50.000	143	20,55	13,71	900	18,48	86,29	1.043	18,74
50.001 a 100.000	77	11,06	23,69	248	5,09	76,31	325	5,84
100.001 a 500.000	122	17,53	49,80	123	2,53	50,20	245	4,40
500.001 a 1.000.000	16	2,30	69,57	7	0,14	30,43	23	0,41
Mais de 1.000.000	15	2,16	100,00	0	-	-	15	0,27
TOTAL	696	100,00	12,51	4.869	100,00	87,49	5.565	100,00

FONTE: IBGE - Resultados do Universo do Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Entre as unidades institucionalizadas, as maiores concentrações se dão nos estratos entre 10 mil e 50 mil habitantes (40,1%) e 100 mil a 500 mil (17,5% dos municípios integrados nessas unidades). Dos não integrantes de ACPs ou unidades institucionalizadas, aproximadamente 74% situam-se nos estratos até 20 mil habitantes. Há que se ressaltar que 100% dos municípios inseridos na classe de população superior a 500 mil habitantes estão integrados a alguma ACP (tabela 6). O mesmo não ocorre no caso das unidades institucionalizadas, que incorporam 100% dos municípios com mais de 1 milhão de habitantes, porém apenas 69,6% daqueles entre 500 mil e 1 milhão de habitantes. Isso mostra que, se essa classe de municípios configura área de concentração de população, nem por isso foi completamente objeto de institucionalização.

TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR CLASSES DE TAMANHO DA POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS - ACPs, UNIDADES INSTITUCIONALIZADAS E DEMAIS MUNICÍPIOS - BRASIL - 2010

CLASSE DE TAMANHO DA POPULAÇÃO	ACP		UNIDADE INSTITUCIONALIZADA		DEMAIS MUNICÍPIOS	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Até 5.000	11.450	0,01	300.621	0,33	4.070.932	4,52
5.001 a 10.000	92.339	0,1	714.455	0,78	7.808.605	8,67
10.001 a 20.000	428.163	0,47	1.964.780	2,15	17.635.127	19,58
20.001 a 50.000	2.370.680	2,59	4.479.813	4,91	26.224.889	29,11
50.001 a 100.000	4.227.713	4,62	5.430.443	5,95	16.282.811	18,08
100.001 a 500.000	28.487.076	31,14	26.796.874	29,36	18.056.613	20,05
500.001 a 1.000.000	15.711.100	17,17	11.426.173	12,52	.	-
Mais de 1.000.000	40.160.406	43,9	40.160.406	44,00	.	-
TOTAL	91.488.927	100	91.273.565	100,00	90.078.977	100

FONTE: IBGE - Resultados do Universo do Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.

As unidades institucionalizadas, compondo um número menor, relativamente às ACPs, porém conjugando um número maior de municípios, têm grande diversidade no tamanho dos mesmos, e até os estratos menores são bem representados em sua composição. Se nas ACPs os municípios com menos de 20 mil habitantes correspondem a 3,2% do total de municípios brasileiros nesse estrato de tamanho, no caso das unidades institucionalizadas atingem 24,7% do total. Pode-se supor que isso se deva ao fato das unidades institucionalizadas alcançarem grandes extensões territoriais e sinaliza que as mesmas são fisicamente maiores que as aglomerações que lhes servem de núcleo e que comandam as dinâmicas principais da unidade. O processo que as constitui não dispensa municípios menores, situados em continuidade e/ou descontinuidade à mancha de ocupação, incorporando-os dentro dos limites da unidade.

Tal alcance territorial em pouco altera o comportamento dessas duas categorias na proporção de população que registram em relação ao total da população brasileira, posto que é o espaço efetivamente aglomerado que responde pela concentração populacional das unidades. Tanto as ACPs quanto as unidades institucionalizadas detêm aproximadamente 91 milhões de habitantes (ver tabela 6), dispostos, no caso da primeira, em 6% dos municípios brasileiros, e no caso das segundas, em 12,5% do total de municípios. Os 4.806 municípios não integrantes de ACPs ou unidades institucionalizadas concentram outros 90 milhões de habitantes, distribuídos num universo de 86,4% dos 5.565 municípios do país.

As ACPs concentram 61,1% da população nos municípios classificados com mais de 500 mil habitantes, enquanto as unidades institucionalizadas concentram 56,5%. Entre 1991-00, as ACPs tiveram um incremento populacional de 13,4 milhões de habitantes, muito próximo ao das unidades institucionalizadas, 13,1 milhões, em ambos os casos, perto a 58% do incremento nacional (tabela 7). As taxas de crescimento anual da população também se assemelharam muito, sendo respectivamente 2,07% a.a. 2,03% a.a. No mesmo período, o incremento dos demais municípios foi de 8,5 milhões de habitantes, ou 37% do

incremento do país, sob um crescimento de 1,2% a.a. No período 2000-10, o incremento das duas primeiras categorias decresce, ficando em ambas em aproximadamente 11,1 milhões de habitantes, ou 53% do total do país, e a taxa de crescimento se iguala, em 1,3% a.a. Os demais municípios também têm ligeiro declínio na taxa de crescimento, que passa a se situar em 1% a.a., mas têm acréscimo no incremento populacional, atingindo 8,6 milhões de habitantes, ou 41,2% do incremento nacional. Esse fato poderia justificar, *a priori*, análises que ressaltam o crescimento interiorano em detrimento do metropolitano.

TABELA 7 - INCREMENTO E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO TOTAL SEGUNDO CATEGORIAS - ACPs, UNIDADES INSTITUCIONALIZADAS E DEMAIS MUNICÍPIOS - BRASIL - 1991-00 E 2000-10

INCREMENTO TOTAL	1991-00			2000-10		
	Incremento	% increm. Brasil	Taxa (% a.a)	Incremento	% increm. Brasil	Taxa (% a.a)
ACPs	13.395.958	58,31	2,07	11.106.349	53,00	1,30
Unidades institucionalizadas	13.129.699	57,15	2,03	11.099.217	52,96	1,31
Demais municípios	8.495.355	36,98	1,24	8.643.182	41,24	1,01
Brasil	22.973.695	100,00	1,64	20.956.629	100,00	1,17

FONTE: IBGE - Resultados Preliminares do Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.

De modo geral, as classes mais populosas influenciam o comportamento do crescimento da população total dessas unidades. Sobre bases populacionais mais elevadas, mesmo que as taxas de crescimento anual sejam baixas, o incremento populacional continua ativo e provoca efeitos substantivos na densidade da ocupação, assim como na expansão da mancha urbana, envolvendo municípios limítrofes. Nessas áreas, em estágio avançado de urbanização, o declínio do crescimento da população decorre de vários fatores, fundamentalmente da queda da fecundidade, mais expressiva que o aumento da longevidade. Em áreas menos urbanizadas, a fecundidade ainda influencia positivamente o crescimento da população; além do mais, sobre bases populacionais reduzidas, qualquer incremento se manifesta em taxas elevadas de crescimento. O total do incremento constatado no conjunto dos demais municípios pode estar restrito a determinadas porções do território, o que requer, portanto, que esse crescimento seja analisado mais detidamente, o que será objeto do próximo segmento deste trabalho. Estas observações alertam para que não seja minimizada a dinâmica populacional nas aglomerações metropolitanas, sob a ótica das taxas reduzidas de crescimento populacional dos polos.

Ainda em termos de crescimento anual da população dos municípios não integrantes de ACPs ou unidades institucionalizadas, observa-se que as classes de tamanho com taxas mais elevadas são as de população entre 50 mil e 100 mil habitantes e entre 100 mil e 500 mil habitantes – respectivamente 1,23% a.a. e 1,62% a.a., bastante superiores à média do conjunto, 1,01% a.a. (tabela 8). Ao se averiguar o crescimento das mesmas classes, quando se tratam de municípios em ACPs e unidades institucionalizadas,

constata-se que nessas ele é bem mais elevado, apontando para dinâmicas mais intensas no crescimento dessas áreas concentradoras. Mesmo assim, não se deve relevar a intensidade do processo nesses demais municípios, dado que neles a taxa do estrato entre 50 mil e 100 mil habitantes se eleva do período 1991-00 para o de 2000-10, enquanto nas ACPs e nas unidades institucionalizadas, decresce. Essa categoria de municípios também merece uma análise mais apurada quanto à sua localização, que será esboçada na sequência.

TABELA 8 - TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO SEGUNDO ACPs, UNIDADES INSTITUCIONALIZADAS E DEMAIS MUNICÍPIOS - BRASIL - 1991, 2000 E 2010

CLASSE DE TAMANHO DO MUNICÍPIO	ACP		UNIDADE INSTITUCIONALIZADA		DEMAIS MUNICÍPIOS	
	1991/00	2000/10	1991/00	2000/10	1991/00	2000/10
Até 5.000	4,57	1,47	5,71	0,50	4,28	0,40
5.001 a 10.000	5,06	2,48	1,93	0,70	1,99	0,43
10.001 a 20.000	5,34	1,98	1,97	1,38	0,91	0,67
20.001 a 50.000	3,97	2,23	2,22	1,77	0,64	0,98
50.001 a 100.000	3,68	1,91	3,35	1,89	0,94	1,23
100.001 a 500.000	3,05	1,59	3,19	1,69	1,86	1,62
500.001 a 1.000.000	1,5	1,16	1,20	0,99	-	-
Mais de 1.000.000	1,41	1,04	1,41	1,04	-	-
TOTAL	2,07	1,30	2,03	1,31	1,24	1,01

FONTE: IBGE - Resultados do Universo do Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Tanto nas ACPs quanto nas unidades institucionalizadas, o conjunto dos municípios da classe entre 50 mil e 100 mil habitantes cresce a 1,9% a.a.; na classe superior, entre 100 mil e 500 mil habitantes, o crescimento das ACPs se aproxima (1,59% a.a.) e o das unidades institucionalizadas supera o dos demais municípios, apresentando a taxa de 1,69% a.a.

Pode-se concluir que o interior vem apresentando dinâmicas expressivas, mas permanecem ainda muito significativas as dinâmicas dos espaços mais concentradores. Neles, a expansão das manchas contínuas, incorpora municípios de menor porte, com taxas de crescimento muito elevadas, aproximando-se e até superando os 2% a.a., como se verificam nos estratos de população entre 5 mil e 50 mil habitantes nas ACPs, com taxas de 2,48% a.a. (5 a 10 mil), 1,98% a.a. (10 a 20 mil) e 2,23% a.a. (20 a 50 mil). Tal comportamento sugere que o processo de periferização avança territorialmente e permanece latente, como uma das dinâmicas mais importantes da metropolização brasileira.

2.3 DINÂMICA POPULACIONAL DAS UNIDADES INSTITUCIONALIZADAS

Há estudos recentes que confirmam a importância das dinâmicas da metropolização e a permanência de determinados processos, e que não menosprezam as mudanças constatadas a partir das informações do Censo Demográfico de 2010 (OBSERVATORIO, 2011; SILVA, 2011). Reafirmam que as unidades institucionalizadas e que possuem natureza

metropolitana³ são de fato as que mais concentram população, e que as mesmas vêm aumentando sua participação no conjunto da população brasileira. Mesmo os polos metropolitanos, apesar de reduzidas as taxas de crescimento, comparativamente a períodos anteriores, não apresentam perda de população, como algumas vezes é noticiado pela mídia.

Chama-nos a atenção que nesse momento a imprensa volta a divulgar análises supostamente bem fundamentadas sobre o esvaziamento econômico e demográfico das metrópoles brasileiras. Munidos de números aparentemente válidos, jornalistas e alguns acadêmicos têm destacado que a riqueza está se deslocando para o interior do Brasil, e com ela parte da população concentrada nas grandes cidades. Muitas das conclusões veiculadas estão fundadas em imprecisões estatísticas e conceituais, sobretudo aquelas que insistem em dizer que os municípios agrupados na simplória faixa de população entre 100 e 500 mil habitantes foram os que mais cresceram. É necessário, no entanto, mergulhar na complexidade do sistema urbano brasileiro para que as definições do que são atualmente “espaços metropolitanos” e “não-metropolitanos”, assim como cidades médias, não sejam utilizadas de maneira equivocada frente à importância dessas categorias e aos limites do simples “corte populacional”. (OBSERVATÓRIO, 2011, p.4-5).

Além de desmistificarem uma suposta desmetropolização, esses estudos apontam um aumento na razão de sexo, favorecido pela presença feminina, nos espaços efetivamente metropolitanos, e da participação dos grupos etários de idosos nas pirâmides dessas unidades, o que sinaliza elementos característicos dos estágios mais avançados da urbanização.

Silva (2011) busca analisar o comportamento dessas unidades com base na escala dos níveis de integração dos municípios à dinâmica metropolitana (RIBEIRO, 2009), demonstrando diferenças consideráveis:

os núcleos e os municípios muito altamente integrados à dinâmica metropolitana apresentam as menores taxas de crescimento, o que sugere uma propagação dos avanços na dinâmica demográfica, enquanto os municípios com muito baixa integração passam a apresentar as maiores taxas de crescimento no universo metropolitano. (SILVA, 2011, p.2).

As informações apresentadas por Silva (2011, p.3) apontam que, enquanto os núcleos das 15 unidades institucionalizadas e com natureza metropolitana apresentam taxa de crescimento de 1,02% a.a., entre 2000-10, os municípios com os níveis de integração alta, média e muito baixa crescem a taxas superiores a 2% a.a. (respectivamente 2,12% a.a., 2,09% a.a. e 2,21% a.a.); os níveis de integração baixa e muito alta crescem em menor intensidade, porém ainda mais que os polos (respectivamente 1,87% a.a. e 1,14% a.a.) – tabela 9. Apontam também que se eleva a participação no total da população

³ É bom lembrar que, conforme classificação do Observatório das Metrópoles, correspondem às RMs de São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Salvador, Vitória e a RIDE de Brasília (RIBEIRO, 2009).

brasileira tanto das unidades metropolitanas como um todo quanto, em particular, das periferias, em todos os níveis de integração. Apenas os núcleos metropolitanos apresentam declínio na participação, mesmo assim, sem atingir 1%, considerando-se a partir de 1991.

Entre as unidades metropolitanas, Silva (2011) destaca o crescimento das RMs de Goiânia, Florianópolis e Manaus e da RIDE de Brasília, todas entre 2% a.a. a 2,5% a.a. Destaca também as elevadas taxas de alguns conjuntos de municípios em unidades mais consolidadas, que mantêm ainda inconcluso o processo de periferização. Isso ocorre entre os municípios com níveis muito alto e alto de integração na RM de Goiânia (3,3% a.a. e 6,2% a.a., respectivamente); no nível muito alto na RIDE de Brasília (3,3% a.a.); no nível alto nas RMs do Rio de Janeiro (3,5% a.a.), Salvador (3,4% a.a.) e Belém (3,8% a.a.); no nível médio na RM de Fortaleza (3,4% a.a.); e no nível baixo, nas RMs de Belém (4,2% a.a.) e Campinas (3,0% a.a.) – tabela 10.

A partir das informações organizadas por Silva (2011), constata-se que as mais elevadas taxas de crescimento incidem em municípios com nível de integração alta e muito alta, inclusive em RMs com reduzido crescimento dos polos, como a do Rio de Janeiro. Esses níveis correspondem a municípios, fundamentalmente, limítrofes aos polos e/ou situados na área de ocupação contínua da aglomeração núcleo. Poucas são as aglomerações que apresentam taxas elevadas nos níveis de integração média e baixa, casos que podem corresponder à expansão dessa área de ocupação contínua. O nível de integração muito baixa não apresenta taxas elevadas nas unidades analisadas, sendo a extrema verificada na RIDE do DF e Entorno (1,6% a.a.), confirmando a expressividade do fenômeno de crescimento na capital federal.

Ampliando o universo de análise para todas as unidades institucionalizadas até a data do Censo Demográfico de 2010 (ver quadro 1), constata-se um comportamento geral não muito diferente, pois influenciado pelas unidades metropolitanas. Os polos vêm perdendo participação no total da população brasileira, mas em pontos percentuais inexpressivos, já que somam uma perda de -0,57 pontos percentuais entre 1991 e 2010 (tabela 11). Os municípios periféricos, ao contrário, ampliam sua participação, de 18,6%, em 1991, para 21,4% em 2010. Tal crescimento controla o comportamento das unidades como um todo, que aumentam a participação em 2,22 pontos percentuais.

TABELA 9 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL E TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO SEGUNDO NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO À DINÂMICA METROPOLITANA - 1991, 2000 E 2010

ESPAÇO	PARTICIPAÇÃO % POP. TOTAL BRASIL			TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)	
	1991	2000	2010	1991-00	2000-10
Unidade Metropolitana	34,9	36,1	36,3	2,00	1,23
Núcleo	21,1	20,6	20,3	1,33	1,02
Periferia	13,8	15,5	16,0	2,95	1,50
Integr. muito Alta	8,8	9,8	9,8	2,83	1,14
Integr. Alta	2,9	3,3	3,7	3,19	2,12
Integr. Média	1,4	1,6	1,8	3,51	2,09
Integr. Baixa	0,4	0,4	0,5	2,85	1,87
Integr. muito Baixa	0,3	0,3	0,3	1,54	2,21

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

NOTA: Extraída de Silva (2011, p.3).

TABELA 10 - TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL NAS RMS POR NÍVEL DE INTEGRAÇÃO - 2000/2010

RMS/NÍVEL	NÚCLEO	MUITO ALTA	ALTA	MÉDIA	BAIXA	MUITO BAIXA	TOTAL
São Paulo	0,8	1,0	1,9	1,8	1,2	-	1,0
Rio de Janeiro	0,8	0,3	3,5	2,1	1,7	-	0,9
Belo Horizonte	0,6	1,6	1,8	2,1	1,8	1,2	1,1
Porto Alegre	0,4	0,7	0,6	1,4	0,8	-	0,6
Curitiba	1,0	2,0	2,4	1,9	0,6	1,1	1,4
Recife	0,8	0,9	1,4	2,0	-	-	1,0
Salvador	0,9	-	3,4	2,7	2,4	-	1,4
Fortaleza	1,3	1,6	2,8	3,4	2,0	-	1,7
Belém	0,8	1,8	3,8	-	4,2	-	1,3
Campinas	1,1	2,2	2,2	2,5	3,0	-	1,8
Brasília	2,3	3,3	2,0	-	2,3	1,6	2,3
Goiânia	1,8	3,3	6,2	2,6	2,1	-	2,3
Vitória	1,1	1,7	2,0	1,8	2,7	-	1,6
Florianópolis	2,1	1,9	2,6	1,9	2,8	1,0	2,2
Manaus	2,5	-	-	-	-	-	2,5

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

NOTA: Extraída de Silva (2011, p.7).

TABELA 11 - POPULAÇÃO, PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA POPULAÇÃO DO BRASIL E TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DAS UNIDADES INSTITUCIONALIZADAS, SEGUNDO POLOS E DEMAIS MUNICÍPIOS DA UNIDADE - BRASIL - 1991, 2000 E 2010

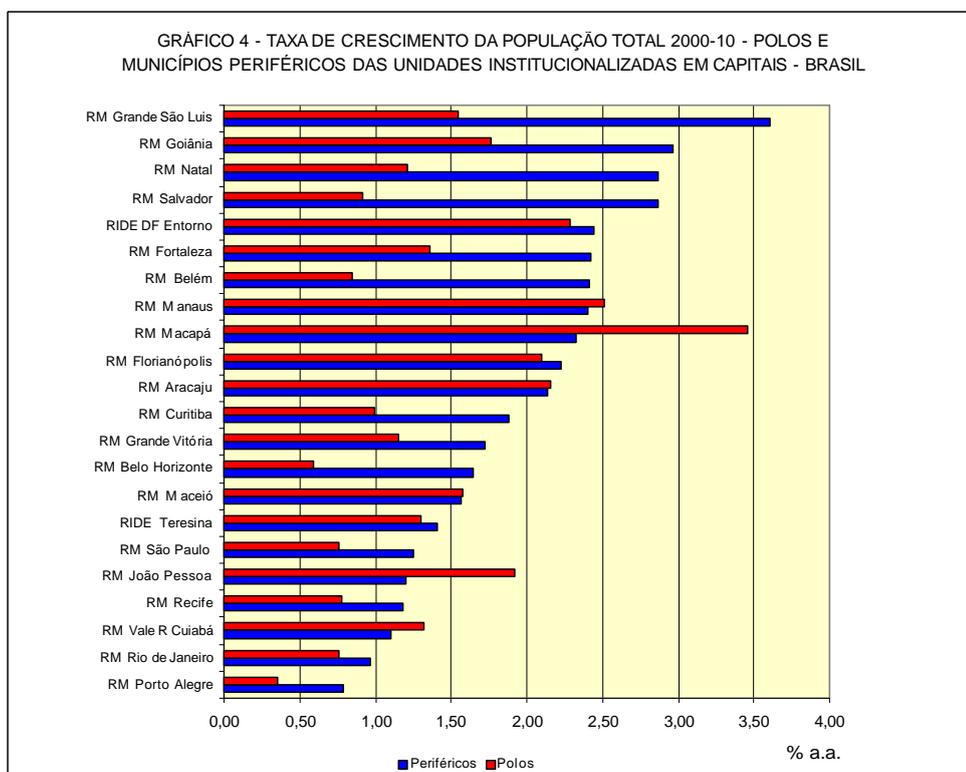
RECORTE	POPULAÇÃO TOTAL			PARTICIPAÇÃO POP. TOTAL (%)			CRESCIMENTO ANUAL (%)	
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991-00	2000-10
Polos	39.493.692	44.894.699	50.232.832	26,9	26,44	26,33	1,45	1,13
Demais Mun. das Unidades (periféricos)	27.307.317	35.039.627	40.799.907	18,6	20,64	21,39	2,81	1,52
Unidades Institucionalizadas	67.044.649	80.174.348	91.273.565	45,66	47,22	47,85	2,03	1,31
Brasil	146.825.475	169.799.170	190.755.799	100,00	100,00	100,00	1,64	1,17

FONTE: IBGE - Resultados do Universo do Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.

No caso do crescimento da população total, para o conjunto das unidades e municípios periféricos, percebe-se forte declínio nas taxas de crescimento; entre os polos, esse declínio é menos acentuado, demonstrando um processo de crescimento mais estável e, ressalte-se, sobre bases populacionais elevadas. Entre 2000-10, o crescimento desses recortes registra taxas de 1,13% a.a. nos polos, 1,52% a.a. nos municípios periféricos e 1,31% a.a. para o conjunto das unidades institucionalizadas – todas superiores à taxa anual de crescimento do Brasil no mesmo período (1,17% a.a.).

Entre as 15 unidades metropolitanas, as taxas anuais variam, mas são um pouco menores (tabela 12). Quando se trata do conjunto dos municípios periféricos, no caso das metropolitanas entre 2000-10, salvo na RM de Manaus, esses municípios crescem mais que o total da unidade. Esses mesmos municípios, exceto nas RMs de Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, crescem com mais ímpeto, se comparado ao crescimento médio dos municípios periféricos das unidades institucionalizadas do Brasil. Os polos Manaus e Brasília crescem mais que o dobro da média dos polos das unidades institucionalizadas (1,13% a.a.), respectivamente, 2,51% a.a. e 2,28% a.a., apontando para novas frentes de crescimento metropolitano muito além do crescimento tradicional na linha da costa. Mais uma vez, é importante salientar o comportamento de Brasília, uma metrópole que vem provocando reposicionamentos na hierarquia urbana brasileira, e anotar o das unidades e polos da Região Norte, cujas dinâmicas populacionais são absolutamente expressivas. Quando se inserem unidades polarizadas por capitais de estados, observa-se o crescimento extremado do polo Macapá, e o fato de que poucos polos crescem a taxas superiores a dos periféricos, destacando-se esta capital assim como João Pessoa (gráfico 4).



FONTE: IBGE
Elaboração: IPARDES

TABELA 12 - POPULAÇÃO TOTAL, PARTICIPAÇÃO NA POPULAÇÃO TOTAL DA UNIDADE E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DAS UNIDADES INSTITUCIONALIZADAS, POLOS E MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS - BRASIL - 1991, 2000 E 2010

continua

UNIDADE INSTITUCIONALIZADA/ RECORTE	POPULAÇÃO TOTAL			PARTICIPAÇÃO % NA UNIDADE			TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL	
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991-00	2000-10
RM Manaus ⁽¹⁾								
Periféricos	180.599	239.997	304.308	15,1	14,6	14,4	3,24	2,40
Polo	1.011.501	1.405.835	1.802.014	84,9	85,4	85,6	3,76	2,51
Total unidade	1.192.100	1.645.832	2.106.322	100,0	100,0	100,0	3,68	2,50
RM Belém*								
Periféricos	189.945	558.149	708.484	13,2	30,4	33,7	12,85	2,41
Polo	1.244.689	1.280.614	1.393.399	88,82	71,32	68,22	0,32	0,85
Total unidade	1.434.634	1.838.763	2.101.883	100,0	100,0	100,0	2,82	1,35
RM Macapá								
Periféricos	51.451	80.439	101.262	22,25	22,11	20,27	5,14	2,33
Polo	179.777	283.308	398.204	77,75	77,89	79,73	5,23	3,46
Total unidade	231.228	363.747	499.466	100,00	100,00	100,00	5,21	3,22
RM Grande São Luís								
Periféricos	143.353	221.951	316.344	17,07	20,33	23,76	5,02	3,61
Polo	696.371	870.028	1.014.837	82,93	79,67	76,24	2,53	1,55
Total unidade	839.724	1.091.979	1.331.181	100,00	100,00	100,00	2,99	2,00
RM Sudoeste Maranhense								
Periféricos	72.770	94.663	98.368	20,83	29,11	28,44	2,99	0,38
Polo	276.502	230.566	247.505	79,17	70,89	71,56	-2,02	0,71
Total unidade	349.272	325.229	345.873	100,00	100,00	100,00	-0,80	0,62
RIDE da Grande Teresina								
Periféricos	254.013	292.838	336.729	29,77	29,05	29,26	1,61	1,41
Polo	599.272	715.360	814.230	70,23	70,95	70,74	2,01	1,30
Total unidade	853.285	1.008.198	1.150.959	100,00	100,00	100,00	1,89	1,33
RM Cariri								
Periféricos	247.841	285.649	314.539	58,81	57,38	55,72	1,61	0,97
Polo	173.566	212.133	249.939	41,19	42,62	44,28	2,28	1,65
Total unidade	421.407	497.782	564.478	100,00	100,00	100,00	1,89	1,27
RM Fortaleza*								
Periféricos	692.190	915.367	1.163.582	28,13	29,95	32,18	3,18	2,43
Polo	1.768.637	2.141.402	2.452.185	71,87	70,05	67,82	2,17	1,36
Total unidade	2.460.827	3.056.769	3.615.767	100,00	100,00	100,00	2,46	1,69
RM Natal								
Periféricos	285.247	412.352	547.265	32,0	36,7	40,5	4,22	2,87
Polo	606.887	712.317	803.739	68,64	63,82	59,97	1,81	1,21
Total unidade	892.134	1.124.669	1.351.004	100,0	100,0	100,0	2,63	1,85
RM Campina Grande								
Periféricos	320.525	327.472	351.168	49,6	48,0	47,7	0,24	0,70
Polo	326.307	355.331	385.213	50,4	52,0	52,3	0,96	0,81
Total unidade	646.832	682.803	736.381	100,0	100,0	100,0	0,61	0,76
RM João Pessoa								
Periféricos	373.065	421.712	475.061	42,85	41,36	39,64	1,38	1,20
Polo	497.600	597.934	723.515	57,15	58,64	60,36	2,08	1,92
Total unidade	870.665	1.019.646	1.198.576	100,00	100,00	100,00	1,79	1,63
RIDE Petrolina/Juazeiro								
Periféricos	145.678	172.772	194.483	32,38	30,53	28,33	1,93	1,19
Polo	304.173	393.105	491.927	67,62	69,47	71,67	2,92	2,27
Total unidade	449.851	565.877	686.410	100,00	100,00	100,00	2,61	1,95
RM Recife*								
Periféricos	1.621.750	1.914.660	2.152.843	55,54	57,37	58,33	1,88	1,18
Polo	1.298.229	1.422.905	1.537.704	44,46	42,63	41,67	1,03	0,78
Total unidade	2.919.979	3.337.565	3.690.547	100,00	100,00	100,00	1,51	1,01
RM Agreste								
Periféricos	338.325	370.136	387.043	67,23	66,50	64,39	1,01	0,45
Polo	164.921	186.466	214.006	32,77	33,50	35,61	1,39	1,39
Total unidade	503.246	556.602	601.049	100,00	100,00	100,00	1,14	0,77
RM Maceió								
Periféricos	157.602	191.423	223.616	20,03	19,35	19,34	2,20	1,57
Polo	629.041	797.759	932.748	79,97	80,65	80,66	2,70	1,58
Total unidade	786.643	989.182	1.156.364	100,00	100,00	100,00	2,60	1,57

TABELA 12 - POPULAÇÃO TOTAL, PARTICIPAÇÃO NA POPULAÇÃO TOTAL DA UNIDADE E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DAS UNIDADES INSTITUCIONALIZADAS, POLOS E MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS - BRASIL - 1991, 2000 E 2010

continua

UNIDADE INSTITUCIONALIZADA/ RECORTE	POPULAÇÃO TOTAL			PARTICIPAÇÃO % NA UNIDADE			TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL	
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991-00	2000-10
RM Aracaju								
Periféricos	127.859	214.133	264.667	24,12	31,69	31,67	5,95	2,14
Polo	402.341	461.534	571.149	75,88	68,31	68,33	1,55	2,15
Total unidade	530.200	675.667	835.816	100,00	100,00	100,00	2,76	2,15
RM Salvador ⁽¹⁾								
Periféricos	511.093	677.196	898.317	19,76	21,70	25,13	3,21	2,87
Polo	2.075.273	2.443.107	2.675.656	80,24	78,30	74,87	1,85	0,91
Total unidade	2.586.366	3.120.303	3.573.973	100,00	100,00	100,00	2,13	1,37
RM Belo Horizonte ⁽¹⁾								
Periféricos	1.889.946	2.580.762	3.039.550	48,33	53,55	56,14	3,56	1,65
Polo	2.020.161	2.238.526	2.375.151	51,67	46,45	43,86	1,16	0,59
Total unidade	3.910.107	4.819.288	5.414.701	100,00	100,00	100,00	2,37	1,17
RM Vale do Aço								
Periféricos	296.389	350.577	375.829	62,21	62,26	61,08	1,90	0,70
Polo	180.069	212.496	239.468	37,79	37,74	38,92	1,87	1,20
Total unidade RM Grande Vitória ⁽²⁾	476.458	563.073	615.297	100,00	100,00	100,00	1,89	0,89
Periféricos	878.065	1.146.292	1.359.903	77,24	79,68	80,58	3,03	1,72
Polo	258.777	292.304	327.801	22,76	20,32	19,42	1,38	1,15
Total unidade	1.136.842	1.438.596	1.687.704	100,00	100,00	100,00	2,68	1,61
RM Rio de Janeiro ⁽¹⁾								
Periféricos	4.315.881	5.011.351	5.515.262	44,05	46,11	46,60	1,69	0,96
Polo	5.480.768	5.857.904	6.320.446	55,95	53,89	53,40	0,75	0,76
Total unidade	9.796.649	10.869.255	11.835.708	100,00	100,00	100,00	1,17	0,86
RM Baixada Santista								
Periféricos	791.326	1.058.837	1.244.736	64,85	71,70	74,80	3,32	1,63
Polo	428.923	417.983	419.400	35,15	28,30	25,20	-0,29	0,03
Total unidade	1.220.249	1.476.820	1.664.136	100,00	100,00	100,00	2,16	1,20
RM Campinas ⁽²⁾								
Periféricos	1.018.430	1.368.752	1.717.024	54,58	58,54	61,39	3,37	2,29
Polo	847.595	969.396	1.080.113	45,42	41,46	38,61	1,52	1,09
Total unidade	1.866.025	2.338.148	2.797.137	100,00	100,00	100,00	2,56	1,81
RM São Paulo ⁽¹⁾								
Periféricos	5.798.756	7.444.451	8.430.472	37,54	41,64	42,83	2,84	1,25
Polo	9.646.185	10.434.252	11.253.503	62,46	58,36	57,17	0,88	0,76
Total unidade	15.444.941	17.878.703	19.683.975	100,00	100,00	100,00	1,65	0,97
RM Curitiba ⁽¹⁾								
Periféricos	786.646	1.181.079	1.422.294	37,43	42,66	44,81	4,66	1,88
Polo	1.315.035	1.587.315	1.751.907	62,57	57,34	55,19	2,13	0,99
Total unidade	2.101.681	2.768.394	3.174.201	100,00	100,00	100,00	3,14	1,38
RM Londrina								
Periféricos	234.523	268.993	295.116	37,5	37,6	36,8	1,55	0,93
Polo	390.100	447.065	506.701	62,5	62,4	63,2	1,54	1,26
Total unidade	624.623	716.058	801.817	100,0	100,0	100,0	1,54	1,14
RM Maringá								
Periféricos	259.657	302.734	333.226	51,9	51,2	48,3	1,74	0,96
Polo	240.292	288.653	357.077	48,1	48,8	51,7	2,08	2,15
Total unidade	499.949	591.387	690.303	100,0	100,0	100,0	1,90	1,56
RM Norte/Nordeste Catarinense								
Periféricos	381.348	477.378	579.124	52,35	52,63	52,92	2,55	1,95
Polo	347.151	429.604	515.288	47,65	47,37	47,08	2,42	1,84
Total unidade	728.499	906.982	1.094.412	100,00	100,00	100,00	2,49	1,90
RM Carbonífera								
Periféricos	270.678	314.496	357.898	64,91	64,86	65,05	1,70	1,30
Polo	146.320	170.420	192.308	35,09	35,14	34,95	1,72	1,22
Total unidade	416.998	484.916	550.206	100,00	100,00	100,00	1,71	1,27
RM Chapecó								
Periféricos	212.621	206.798	219.964	63,34	58,46	54,51	-0,31	0,62
Polo	123.050	146.967	183.530	36,66	41,54	45,49	2,01	2,25
Total unidade	335.671	353.765	403.494	100,00	100,00	100,00	0,59	1,32

TABELA 12 - POPULAÇÃO TOTAL, PARTICIPAÇÃO NA POPULAÇÃO TOTAL DA UNIDADE E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DAS UNIDADES INSTITUCIONALIZADAS, POLOS E MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS - BRASIL - 1991, 2000 E 2010

conclusão

UNIDADE INSTITUCIONALIZADA/ RECORTE	POPULAÇÃO TOTAL			PARTICIPAÇÃO % NA UNIDADE			TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL	
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991-00	2000-10
RM Florianópolis ⁽²⁾								
Periféricos	373.793	474.000	590.993	59,41	58,07	58,39	2,70	2,23
Polo	255.390	342.315	421.240	40,59	41,93	41,61	3,34	2,10
Total unidade	629.183	816.315	1.012.233	100,00	100,00	100,00	2,96	2,17
RM Foz do Rio Itajaí								
Periféricos	134.684	228.095	349.398	52,96	60,73	65,58	6,09	4,36
Polo	119.631	147.494	183.373	47,04	39,27	34,42	2,38	2,20
Total unidade	254.315	375.589	532.771	100,00	100,00	100,00	4,47	3,56
RM Lages								
Periféricos	174.373	191.153	193.805	53,55	54,80	55,29	1,04	0,14
Polo	151.235	157.682	156.727	46,45	45,20	44,71	0,47	-0,06
Total unidade	325.608	348.835	350.532	100,00	100,00	100,00	0,78	0,05
RM Tubarão								
Periféricos	192.716	236.121	259.486	66,97	72,74	72,74	2,30	0,95
Polo	95.062	88.470	97.235	33,03	27,26	27,26	-0,80	0,95
Total unidade	287.778	324.591	356.721	100,00	100,00	100,00	1,36	0,95
RM Vale do Itajaí								
Periféricos	239.688	296.357	380.720	53,06	53,09	55,20	2,41	2,54
Polo	212.025	261.808	309.011	46,94	46,91	44,80	2,39	1,67
Total unidade	451.713	558.165	689.731	100,00	100,00	100,00	2,40	2,14
Aglomeración Urbana do Litoral Norte - RS								
Periféricos	131.363	195.622	243.053	78,09	84,41	85,59	4,57	2,19
Polo	36.857	36.131	40.906	21,91	15,59	14,41	-0,22	1,25
Total unidade	168.220	231.753	283.959	100,00	100,00	100,00	3,66	2,05
Aglomeración Urbana do Nordeste - RS								
Periféricos	201.580	245.330	280.863	40,93	40,50	39,20	2,23	1,36
Polo	290.925	360.419	435.564	59,07	59,50	60,80	2,43	1,91
Total unidade	492.505	605.749	716.427	100,00	100,00	100,00	2,35	1,69
Aglomeración Urbana do Sul - RS								
Periféricos	40.965	47.514	52.531	8,12	8,53	9,09	1,68	1,01
Polo	463.522	509.702	525.503	91,88	91,47	90,91	1,07	0,31
Total unidade	504.487	557.216	578.034	100,00	100,00	100,00	1,12	0,37
RM Porto Alegre*								
Periféricos	1.967.329	2.358.188	2.549.634	60,89	63,41	64,40	2,05	0,78
Polo	1.263.403	1.360.590	1.409.351	39,11	36,59	35,60	0,83	0,35
Total unidade	3.230.732	3.718.778	3.958.985	100,00	100,00	100,00	1,59	0,63
RM Vale do Rio Cuiabá								
Periféricos	295.792	352.440	393.065	42,3	42,2	41,6	1,98	1,10
Polo	402.813	483.346	551.098	57,7	57,8	58,4	2,07	1,32
Total unidade	698.605	835.786	944.163	100,0	100,0	100,0	2,03	1,23
RM Goiânia ⁽¹⁾								
Periféricos	390.487	650.290	871.140	29,75	37,30	40,09	5,89	2,97
Polo	922.222	1.093.007	1.302.001	70,25	62,70	59,91	1,92	1,77
Total unidade	1.312.709	1.743.297	2.173.141	100,00	100,00	100,00	3,23	2,23
RIDE do Distrito Federal e Entorno ⁽¹⁾								
Periféricos	560.615	901.130	1.147.568	25,93	30,52	30,87	5,47	2,45
Polo	1.601.094	2.051.146	2.570.160	74,07	69,48	69,13	2,82	2,28
Total unidade	2.161.709	2.952.276	3.717.728	100,00	100,00	100,00	3,56	2,33
TOTAL UNIDADES INSTITUCIONALIZADAS								
Periféricos	27.550.957	35.279.649	41.040.733	41,1	44,0	45,0	2,81	1,52
Polos	39.493.692	44.894.699	50.232.832	58,9	56,0	55,0	1,45	1,13
Total unidades	67.044.649	80.174.348	91.273.565	100,00	100,00	100,00	2,03	1,31

FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 1991 e 2000; Resultados do Universo do Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Unidade metropolitana segundo IBGE (2008) e Observatório das Metrôpoles (RIBEIRO, 2009).

(2) Unidade metropolitana apenas segundo Observatório das Metrôpoles (RIBEIRO, 2009).

Entre o total das unidades, há que se destacar casos extremados de crescimento. As RMs de Macapá e da Foz do Itajaí apresentam taxas de crescimento de, respectivamente, 3,22% a.a. e 3,56% a.a., superiores ao dobro da taxa do conjunto de unidades (1,31% a.a.) – ver tabela 12. Desagregadamente, além de Manaus e Brasília, o polo Macapá (3,46% a.a.) e Petrolina (3,01% a.a.), na RIDE Petrolina/Juazeiro – um dos polos da unidade –, também crescem acima do crescimento do conjunto dos polos. Os municípios periféricos das RMs de São Luís (3,61% a.a.) e da Foz do Itajaí (4,36% a.a.) são os que crescem mais que o dobro da média do conjunto dos municípios periféricos das unidades institucionalizadas (1,52% a.a.).

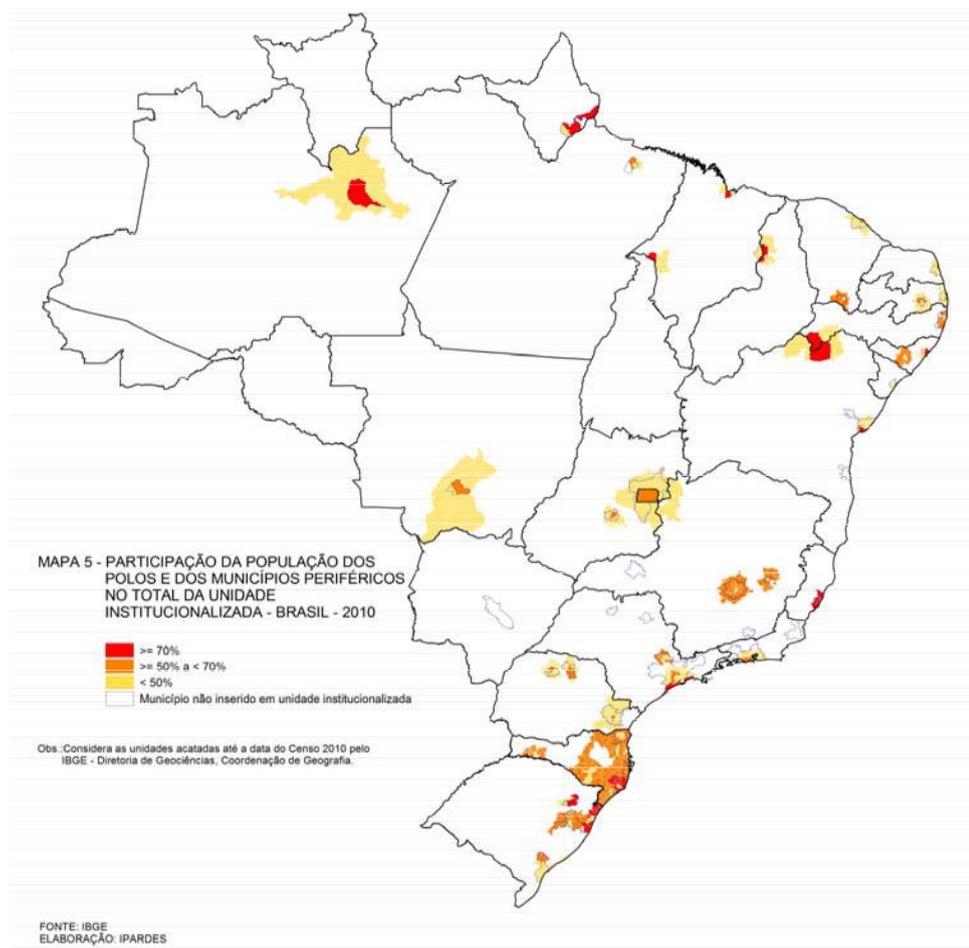
Cabe destacar que, em um momento de declínio generalizado das taxas de crescimento da população, alguns polos de RMs vivem situação inversa, com taxas mais elevadas entre 2000-10 que entre 1991-00. Casos de Belém (0,32% a.a. no primeiro período e 0,85% a.a. no segundo), Aracaju (1,55% a.a. e 2,15% a.a.), Maringá (2,08% a.a. e 2,15% a.a.), Chapecó (2,01% a.a. e 2,25% a.a.), além de Arapiraca, na RM do Agreste Alagoano, que mantém a mesma taxa nos dois períodos (1,39% a.a.). Os polos de outras RMs e AUs que perdiam população passaram de taxas negativas a positivas, como Santos (-0,29% a.a. e 0,03% a.a.), na RM Baixada Santista, Imperatriz (-2,02% a.a. e 0,71% a.a.), na RM do Sudoeste Maranhense, Tubarão (-0,80% a.a. e 0,95% a.a.) e Osório, na AU do Litoral Norte Riograndense (-0,22% a.a. e 1,25% a.a.). Entre os municípios periféricos, também se constata aumentos nas taxas das unidades de Campina Grande (0,27% a.a. e 0,72% a.a.), Vale do Itajaí (2,41% a.a. e 2,54% a.a.) e Chapecó (-0,31% a.a. e 0,62% a.a.).

Esses casos mostram que não há um padrão único de crescimento das aglomerações urbanas no Brasil, mesmo entre as de natureza metropolitana. A heterogeneidade das dinâmicas encontradas deve-se à própria natureza da unidade, seu papel na respectiva UF, assim como a condições conjunturais e históricas que podem explicar particularidades. No caso dos municípios periféricos das unidades, além da ponderação anterior, pode-se dizer que unidades em formação reproduzem dinâmicas consagradas, como a periferização nos limites dos polos e/ou a expansão das periferias incorporando novos municípios.

O peso elevado dos polos sobre o conjunto da unidade institucionalizada é recorrente entre um grande número de unidades, nas quais estes chegam a ultrapassar os 70% da população total da unidade em 1991, 2000 e 2010 (mapa 5; ver tabela 12). Isso se dá em Imperatriz, Macapá, Maceió, Manaus, Salvador, São Luís e Teresina; Belém e Fortaleza superam esse percentual apenas nos dois primeiros, mantendo-se acima dos 50% no último período. Com concentração de população entre 50% e 70% nos períodos 1991, 2000 e 2010 apontam-se os polos Aracaju, Brasília, Campina Grande, Caxias do Sul, Cuiabá, Curitiba, Goiânia, João Pessoa, Londrina, Maringá, Natal, Rio de Janeiro e São Paulo. O extremo se dá na AU do Sul (RS), na qual Pelotas e Rio Grande concentram mais de 90% da população da unidade. Todos esses casos mostram forte centralidade do polo e,

na maioria das vezes, lenta ascensão na participação dos municípios das periferias, seja em unidades de natureza metropolitana ou não.

Embora sem um padrão claramente definido, pode-se sintetizar que no Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil o peso dos polos é ainda muito significativo sobre o conjunto de municípios da unidade institucionalizada, enquanto no Sul, exceto Paraná, e no Sudeste há um maior equilíbrio no conjunto das unidades. Mesmo assim, os polos ainda se sobressaem com peso relativamente superior.



Com características opostas, os municípios periféricos da RM de Vitória e da AU do Litoral Norte do Rio Grande do Sul participam com mais de 70% nos três períodos; os das RMs da Baixada Santista e de Tubarão, apenas nos dois últimos. Os municípios periféricos das RMs do Agreste, Campinas, Carbonífera, Cariri, Chapecó, Florianópolis, Foz do Rio Itajaí, Lages, Norte/Nordeste Catarinense, Porto Alegre, Recife, Vale do Aço, Vale do Cariri e Vale do Itajaí têm participação entre 50% e 70% nos três períodos analisados; o da RM de Belo Horizonte, apenas nos dois últimos. Nestes casos, as unidades se caracterizam pelo entorno composto por municípios em iguais condições ao polo, impulsionadas por atividades relevantes na indústria e/ou comércio e serviços. Isso fica ainda mais claro no

caso das RMs catarinenses, cuja UF caracteriza-se por uma rede urbana bem distribuída territorialmente e sem grandes concentrações populacionais. Nas demais unidades, essa característica assume condições particulares a cada região.

Há um amplo espectro de comportamentos, mesmo entre unidades de mesma natureza, induzidos por características regionais, internas às UFs, relativas ao estágio e modo de inserção na divisão social do trabalho. Porém, há uma lógica que impulsiona processos de ocupação, condicionada pelo valor da terra e da moradia e pelas condições sociais dos moradores, que se repete em todas as unidades. A valorização dos polos e o crescimento inconcluso das periferias metropolitanas são percebidos nas demais aglomerações urbanas, independentemente do porte populacional. Década após década, esse crescimento revela uma expansão física da mancha da aglomeração, atingindo, em alguns casos, municípios muito distantes do núcleo central da aglomeração. Mesmo nesse movimento de expansão, os municípios formadores desse núcleo – com níveis de integração à dinâmica principal mais elevados – ou mais próximos de seus limites, permanecem com expressivo crescimento populacional, o que sinaliza que, as aglomerações ao mesmo tempo seguem se densificando e ampliando seu alcance territorial.

3 DINÂMICAS DE INTERIORIZAÇÃO DO CRESCIMENTO

3.1 UNIVERSO DOS MUNICÍPIOS NÃO INSERIDOS EM ACPs

Considerando que as ACPs configuram espacialmente o fenômeno da aglomeração urbana, seja ou não de natureza metropolitana, o perfil dos municípios inseridos nessas unidades distingue-se nitidamente dos demais municípios distribuídos pelo território nacional. Expressa um estágio avançado do processo de urbanização, associado à metropolização e configuração de espacialidades complexas.

Essa distinção justifica, portanto, analisar separadamente aqueles municípios que não integram ACPs, ora denominados “demais” municípios. Lembra-se que os mesmos somam 99.266.872 habitantes em 2010, o que corresponde a 52,4% da população brasileira (ver tabela 1). Essa participação vem decrescendo ao se tomar 1991 como referência, quando alcançava 54,4%. Em 2010, esses municípios responderam por 47% do incremento da população total do país, e o crescimento médio anual de sua população, no período 2000-10 foi de 1,05%.

Para a análise do conjunto dos demais municípios, os mesmos foram organizados em seis classes de tamanho da população total – até 5 mil habitantes, entre 5 mil e 10 mil, 10 mil e 20 mil, 20 mil e 50 mil, 50 mil e 100 mil, 100 mil e 500 mil. As classes entre 500 mil e 1 milhão e superior a 1 milhão de habitantes não são contempladas por municípios desse conjunto. Nas seis classes, o que se buscou analisar foi a distribuição daqueles municípios com taxa de crescimento da população total superior ao crescimento médio anual dos municípios que não se inserem em ACPs (1,05% a.a. entre 2000-10), e mais particularmente os que cresceram a taxas igual ou maiores que o dobro dessa. Na primeira condição se enquadram 1.684 municípios brasileiros, dos quais 149 (8,8%) fazem parte de RMs, RIDEs ou AUs institucionalizadas, dos quais 36 foram criados após 1991 (tabela 13). Pelo fato destes se integrarem a espacialidades com alguns privilégios, como abordado anteriormente, optou-se que fossem distinguidos dos demais.

TABELA 13 - MUNICÍPIOS NÃO INTEGRANTES DE ACP COM CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL ACIMA DA MÉDIA DO CONJUNTO, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO DA POPULAÇÃO - BRASIL - 2010

CLASSE DE TAMANHO DA POPULAÇÃO	CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL 2000-10 => 1,05%					CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL 2000-10 => 2,10% (Excluindo Novos)			
	Total	Unidades Institut.	Demais	Novos em Un. Inst.	Novos nos Demais	Total Excluindo Novos	Total	Unidades Institut.	Demais
Até 5.000	266	9	115	9	133	124	29	2	27
5.001 a 10.000	337	16	179	12	130	195	58	4	54
10.001 a 20.000	471	48	321	12	90	369	122	20	102
20.001 a 50.000	413	48	337	3	25	385	131	24	107
50.001 a 100.000	123	19	100	0	4	119	43	8	35
100.001 a 500.000	74	9	64	0	1	73	26	4	22
TOTAL	1684	149	1116	36	383	1265	409	62	347
Participação %	100,00	8,85	66,27	2,14	22,74	75,12	100,00	15,20	84,80

FONTE: IBGE - Resultados do Universo do Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Excluindo os municípios criados após 1991, a análise dos que se encontram com crescimento acima da média se volta a 1.265 unidades territoriais, das quais 149 se incluem em unidades institucionalizadas. O corte de análise sobre aqueles com crescimento acima da média se deve ao entendimento de que esse crescimento reflete dinâmicas mais expressivas em relação ao restante dos municípios. Mesmo assim, há que se identificar os expoentes dessa dinâmica, ou seja, aqueles com taxas ainda maiores. Para tanto, considerou-se o corte de 2,10% a.a., que corresponde ao dobro do crescimento médio considerado como segundo filtro. Chega-se, então, ao universo de 409 municípios com crescimento efetivamente expressivo, sendo 15,2% deles em unidades institucionalizadas.

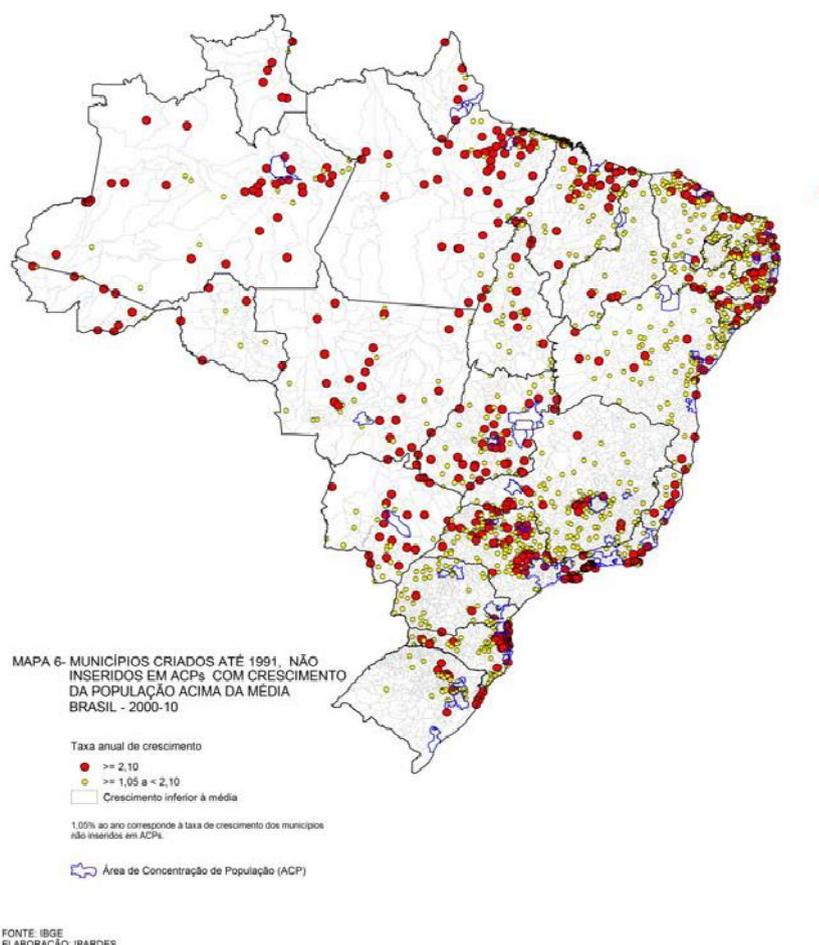
A distinção feita na análise quanto a municípios criados após 1991, deve-se ao fato de que as taxas de crescimento desses, por inúmeros motivos, não espelham um processo contínuo, mas retratam efeitos imediatos à instalação de novas sedes municipais, muitas vezes como resposta a mecanismos artificiais de indução da ocupação que em pouco tempo se esgarçam, além de que podem carregar problemas na reconstituição da base territorial para composição da taxa. Por isso, esses foram excluídos da análise. Mesmo assim, há que se considerar que, entre os criados na década 1991-00, 25% integra o conjunto com crescimento superior à média dos demais municípios, o que é um volume elevado de unidades em franca transformação (ver tabela 13). A grande maioria deles incide em regiões da nova fronteira agrícola, pautada no agronegócio, exploração mineral e presença de grandes obras de infraestrutura: regiões Norte, particularmente Pará, mas também Amazonas, Rondônia, Acre, Roraima, Amapá e Tocantins; Centro Oeste, fundamentalmente Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e Nordeste, neste caso, fortemente centrados no Maranhão. Em menor volume, aparecem nas demais regiões e UFs. Tal fragmentação municipal pode ser explicada pelas disputas e conflitos de interesse que se fazem acompanhar nessas novas escalas produtivas

Esse crescimento associado à fronteira da atividade econômica tem um importante diferencial em relação à expansão da fronteira agrícola dos anos 60 e 70, quando a nova pauta de produção atingia regiões de pequenos produtores, desprovidos de tecnologia, e as práticas mecanizadas bem como a concentração fundiária provocaram grandes fluxos de evasão rural. Nestes tempos, a expansão atinge porções do território menos povoadas e já com algum grau de mecanização. A nova atividade acaba, assim, exercendo atração a um contingente de população em busca de trabalho.

3.2 MUNICÍPIOS INSERIDOS EM UNIDADES INSTITUCIONALIZADAS

Entre os municípios que crescem mais que a média do conjunto (1,05% a.a.), é expressiva a proporção daqueles que se integram em unidades institucionalizadas, mas estão fora de ACPs (mapa 6). Alguns, por possuírem o núcleo composto por aglomeração urbana, cujo porte, densidade e padrão de ocupação não preenchem os critérios mínimos

que caracterizam uma ACP; outros, por se situarem fora das ACPs que formam os núcleos de unidades institucionalizadas, apesar de estarem dentro dos limites formais dessas unidades. No total, chegam a 8,8% dos demais municípios, já excluídos os criados após 1991.



Entre eles, os de maior porte, com população no estrato entre 100 e 500 mil habitantes e crescimento acima do dobro da média (2,10% a.a.), todos se classificam em níveis elevados da hierarquia urbana, segundo o REGIC 2007: Chapecó (SC), na categoria de Capital Regional; Balneário Camboriu, Brusque e Itajaí (SC), na categoria de Centros Sub-regionais. Balneário Camboriu e Brusque são os que mais crescem neste conjunto, com taxas de 3,33% a.a. e 3,94% a.a., respectivamente.

Com crescimento acima da média, mas inferior ao dobro, outras centralidades se destacam: Blumenau, Arapiraca e Criciúma, como Capitais Regionais, e Bento Gonçalves, como Centro Sub-regional. Sete Lagoas (MG), que cresce a 1,48% a.a., integrado ao colar metropolitano de Belo Horizonte, inclui-se nesse estrato de tamanho e de crescimento, mas não foi classificado pelo REGIC.

No estrato de tamanho entre 50 mil e 100 mil habitantes, Indaial, na RM do Vale do Itajaí, classifica-se como Centro de Zona com crescimento superior ao dobro da média. Com crescimento populacional entre a média e o dobro, neste estrato de população, tem-se ainda Araranguá, classificada como Centro Sub-regional, e municípios classificados como Centros de Zona, casos de Itacoatiara, na RM de Manaus, Itaúna e Pará de Minas, na RM de Belo Horizonte, e São Bento do Sul, na RM do Norte/Nordeste Catarinense.

Sem nível de centralidade relevante, têm-se os Centros Locais Camboriú, Gaspar e Navegantes, nas RMs catarinenses, Horizonte e Pacajus, na RM de Fortaleza, Ipojuca, na RM de Recife, e Santa Isabel do Pará, na RM de Belém, que também crescem mais que o dobro da média considerada (quadro 3). Além destes, crescem entre a média e o dobro Casa Nova, na RIDE Petrolina/Juazeiro, Cascavel, na RM de Fortaleza, Içara, na RM Carbonífera (SC), Manacapuru, na RM de Manaus, Parobé, na RM de Porto Alegre, e Peruíbe, na RM da Baixada Santista, também classificados apenas como Centros Locais.

No estrato entre 20 e 50 mil habitantes, Xanxerê, crescendo a 1,66% a.a., é o único município com menos de 100 mil habitantes categorizado como Centro Sub-regional, e que funciona como polo de uma RM. Reaparecem municípios com função de Centro de Zona, crescendo a taxas superiores ao dobro da média. Entre os cinco enquadrados neste caso, três pertencem às RMs catarinenses e dois à AU do litoral norte riograndense. São eles: Timbó, Tijucas e São João Batista (SC), o último destacando-se com a taxa anual de 5,86%; Capão da Canoa e Tramandaí (RS). É também notável o crescimento elevado de municípios classificados como Centros Locais – ou alguns não classificados pelo REGIC – na recém-criada RM de Manaus (Careiro da Várzea, Iranduba, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva) e nas RMs catarinenses (Barra Velha, Itapema, Penha, Pomerode e São Francisco do Sul), e ainda Girau do Ponciano (RM do Agreste), Marechal Deodoro (RM de Maceió), Pojuca e Vera Cruz (RM de Salvador), Vera Cruz (RM de Natal), Bela Vista de Goiás (RM de Goiânia), Cristalina (RIDE do DF e Entorno), Artur Nogueira (RM de Campinas), Conde (RM de João Pessoa), Mandirituba (RM de Curitiba), e São Gonçalo do Amarante (RM de Fortaleza).

Neste estrato de tamanho, com crescimento entre a média e o dobro, classificados como Centros de Zona, registram-se Braço do Norte, Imbituba, Sombrio e Xaxim, nas RMs de Santa Catarina, Osório e Torres, na AU do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, Santa Bárbara, na RM de Belo Horizonte, e Buritis, município mineiro da RIDE do DF e Entorno. Outros 16 municípios classificados como Centros Locais têm taxas de crescimento nesse intervalo e localizam-se: 4 nas unidades institucionalizadas do Rio Grande do Sul; 3 nas de Minas Gerais; 2 nas de São Paulo; e 1 em RMs de cada das UFs: AL, AM, BA, CE, GO, PI, SC.

No estrato com população inferior a 20 mil habitantes, há que se destacar Pinhalzinho, na RM de Chapecó, como único município com centralidade mais significativa – Centro de Zona – e crescimento acima do dobro da média, com a taxa de 2,83% a.a. Os demais são Centros Locais – ou não classificados pelo REGIC –, outra vez, concentrados em Santa Catarina (Balneário Piçarras, Garopaba, Guabiruba, Itapoá, Luiz Alves, Nova Trento, Porto Belo e São Ludgero) e em Goiás, na RM do Distrito Federal e Entorno

(Abadiânia, Aragoiânia, Bonfinópolis e Hidrolândia), mas também na AU do Litoral Norte do Rio Grande do Sul (Arroio do Sal, Cidreira e Imbé), RM de Maceió (Barra de Santo Antônio e Messias), RM de Belo Horizonte (Jaboticatubas e São José da Varginha), RM de Manaus (Novo Airão), RM de Fortaleza (Pindoretama), RM da Grande Vitória (Fundão) e RM de Campina Grande (Montadas). Outros 47 municípios com a mesma classificação têm taxas de crescimento no intervalo entre a média e o dobro, e se localizam: 17 nas unidades institucionalizadas de Santa Catarina; 9 nas do Paraná; 5 nas de Minas Gerais; 5 nas da Paraíba; 2 em unidades de cada das UFs: AL, GO, MT e RS; e 1 em unidades de cada das UFs: AM, CE e PE.

Sabe-se que as unidades institucionalizadas, embora não reflitam um padrão único de inserção na divisão social do trabalho, na grande maioria, têm suas atividades centradas nos setores secundário e terciário, tipicamente urbanos. A despeito dos tamanhos populacionais, são polarizadas por aglomerações, que se expandem e se tornam nitidamente desiguais, principalmente no tocante à apropriação do solo, sob forte impulso dos mercados imobiliários. Regidas por municípios autônomos, essas aglomerações exigem procedimentos complexos para o exercício de funções públicas de interesse comum, que muitas vezes extrapola o espaço efetivamente aglomerado e incide sobre municípios de seu entorno – caso dos municípios em análise, que se diferenciam dos municípios não-aglomerados, objeto da análise subsequente. O elevado crescimento desses municípios, por um lado sinaliza maior inserção na economia, por outro, complexifica o processo de gestão, que deve imprescindivelmente ser articulado e cooperado.

É importante destacar nesse conjunto de municípios inseridos em unidades institucionalizadas, com elevada população e crescimento, a presença de Santa Catarina, por ser a UF com o maior número de Regiões Metropolitanas no Brasil, todas com grande extensão territorial. Muitas delas perpassam o arranjo urbano-regional Leste Catarinense, que articula um elevado número de aglomerações e centros em dinâmicas permeadas de fluxos multidirecionais, e criam, nessa porção do Estado, uma verdadeira região urbana.

Outro fenômeno que se mostra nesse conjunto é a expressividade da dinâmica de crescimento de municípios litorâneos em toda a costa brasileira, inseridos ou não em unidades institucionalizadas.

3.3 MUNICÍPIOS “MÉDIOS”

Entre os demais municípios, ou seja, os que não integram ACPs nem unidades institucionalizadas, a análise considera cortes de tamanho e apenas aqueles criados antes de 1991, com crescimento acima da média do conjunto não inserido em ACP. Além disso, privilegia a leitura dos que detêm algum nível de centralidade que não a local. Tomando como referência o universo de municípios brasileiros, denomina “médios” os que possuem mais de 20 mil habitantes e “pequenos”, os abaixo deste patamar.

QUADRO 2 - MUNICÍPIOS COM CRESCIMENTO SUPERIOR À 1,05% A.A.,⁽¹⁾ PERTENCENTES A UNIDADES INSTITUCIONALIZADAS, NÃO INSERIDOS EM ACP, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO NO REGIC 2007⁽²⁾ E CLASSE DE TAMANHO DA POPULAÇÃO - BRASIL - 2010

ESTRATO DE TAMANHO DA POPULAÇÃO	CAPITAL REGIONAL			CENTRO SUB-REGIONAL			CENTRO DE ZONA		
	Unidade	Município	Taxa Anual	Unidade	Município	Taxa Anual	Unidade	Município	Taxa Anual
>=100 mil hab. ⁽³⁾	RM Chapecó	Chapecó	2,25	RM Foz do Rio Itajaí	Itajaí	2,20			
	RM Vale do Itajaí	Blumenau	1,67	RM Foz do Rio Itajaí	Balneário Camboriú	3,94			
	RM Agreste	Arapiraca	1,39	RM Vale do Itajaí	Brusque	3,33			
	RM Carbonífera	Criciúma	1,22	AU do Nordeste RS	Bento Gonçalves	1,61			
50 mil a <100 mil hab.				RM Carbonífera (5)	Araranguá	1,15	RM Vale do Itajaí	Indaial	3,16
							RM Manaus	Itacoatiara	1,88
							RM Belo Horizonte	Pará de Minas	1,44
							RM Norte/NE Catarin.	São Bento do Sul	1,35
						RM Belo Horizonte	Itaúna	1,07	
20 mil a <50 mil hab.				RM Chapecó (7)	Xanxerê	1,66	AU Litoral Norte RS	Capão da Canoa	3,26
							AU Litoral Norte RS	Tramandaí	2,97
							RM Vale do Itajaí	Timbó	2,28
							RM Florianópolis	Tijucas	2,80
							RM Florianópolis	São João Batista	5,86
							AU Litoral Norte RS	Osório	1,25
							RM Tubarão	Imbituba	1,19
							AU Litoral Norte RS	Torres	1,16
							RM Tubarão	Braço do Norte	1,58
							RM Belo Horizonte	Santa Bárbara	1,43
							RM Carbonífera	Sombrio Xaxim	1,49
							RM Chapecó	Buritis	1,18
							RIDE DF e Entorno		1,09
Até 20 mil hab.						RM Chapecó	Pinhalzinho	2,83	

FONTE: IBGE - Resultados do Universo do Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Corresponde à taxa média anual de crescimento dos municípios não inseridos em ACPs.

(2) Não considera Centros Locais ou municípios não classificados pelo REGIC.

(3) Sete Lagoas, com 214.152 habitantes, inserido em unidade institucionalizada, não foi classificado pelo REGIC 2007.

QUADRO 3 - MUNICÍPIOS EM UNIDADE INSTITUCIONALIZADA COM CRESCIMENTO SUPERIOR A 2,10% A.A.⁽¹⁾ NÃO INSERIDOS EM ACP, CLASSIFICADOS COMO CENTROS LOCAIS OU NÃO CLASSIFICADOS PELO REGIC 2007, SEGUNDO ESTRATOS DE TAMANHO DA POPULAÇÃO⁽²⁾ - BRASIL - 2010

50 MIL A <100 MIL HABITANTES			20 MIL A <50 MIL HABITANTES			ATÉ 20 MIL HABITANTES		
Unidade Institucionalizada	Município	Taxa Anual	Unidade Institucionalizada	Município	Taxa Anual	Unidade Institucionalizada	Município	Taxa Anual
RM Fortaleza	Horizonte	5,03	RM Foz do Rio Itajaí	Itapema	5,88	RM Norte/NE Catarin.	Itapoá	5,26
RM Foz do Rio Itajaí	Navegantes	4,41	RM Manaus	Presidente Figueiredo	4,56	RM Foz do Rio Itajaí	Balneário Piçarras	4,58
RM Foz do Rio Itajaí	Camboriú	4,17	RM Manaus	Rio Preto da Eva	3,88	RM Manaus	Novo Airão	4,31
RM Fortaleza	Pacajus	3,45	RM Norte/NE Catarin.	Barra Velha	3,72	RM Foz do Rio Itajaí	Porto Belo	4,16
RM Belém	Sta Isabel do Pará	3,24	RM Foz do Rio Itajaí	Penha	3,58	AU Litoral Norte RS	Arroio do Sal	3,91
RM Recife	Ipojuca	3,12	RM Manaus	Careiro da Várzea	3,32	AU Litoral Norte RS	Imbé	3,74
RM Vale do Itajaí	Gaspar	2,25	RIDE DF e Entorno	Cristalina	3,16	AU Litoral Norte RS	Cidreira	3,61
			RM Campinas	Artur Nogueira	2,92	RM Vale do Itajaí	Guabiruba	3,57
			RM Norte/NE Catarin.	São Francisco do Sul	2,79	RM Goiânia	Bonfinópolis	3,48
			RM João Pessoa	Conde	2,69	RM Florianópolis	Garopaba	3,26
			RM Maceió	Marechal Deodoro	2,51	RIDE DF e Entorno	Abadiânia	3,24
			RM Goiânia	Bela Vista de Goiás	2,48	RM Goiânia	Hidrolândia	2,89
			RM Curitiba	Mandirituba	2,39	RM Vale do Itajaí	Luiz Alves	2,73
			RM Salvador	Vera Cruz	2,36	RM Grande Vitória	Fundão	2,73
			RM Manaus	Irlanduba	2,36	RM Maceió	Messias	2,72
			RM Salvador	Pojuca	2,35	RM Goiânia	Aragoiânia	2,68
			RM Natal	Vera Cruz	2,32	RM Belo Horizonte	S. José da Varginha	2,67
			RM Vale do Itajaí	Pomerode	2,29	RM Tubarão	São Ludgero	2,50
			RM Agreste	Girau do Ponciano	2,15	RM Goiânia	Nova Veneza	2,40
			RM Fortaleza	S. Gonçalo do Amarante	2,11	RM Belo Horizonte	Jaboticatubas	2,39
						RM Campina Grande	Montadas	2,32
						RM Maceió	Barra de Sto Antônio	2,29
						RM Fortaleza	Pindoretama	2,25
						RM Florianópolis	Nova Trento	2,15

FONTE: IBGE - Resultados do Universo do Censo Demográfico

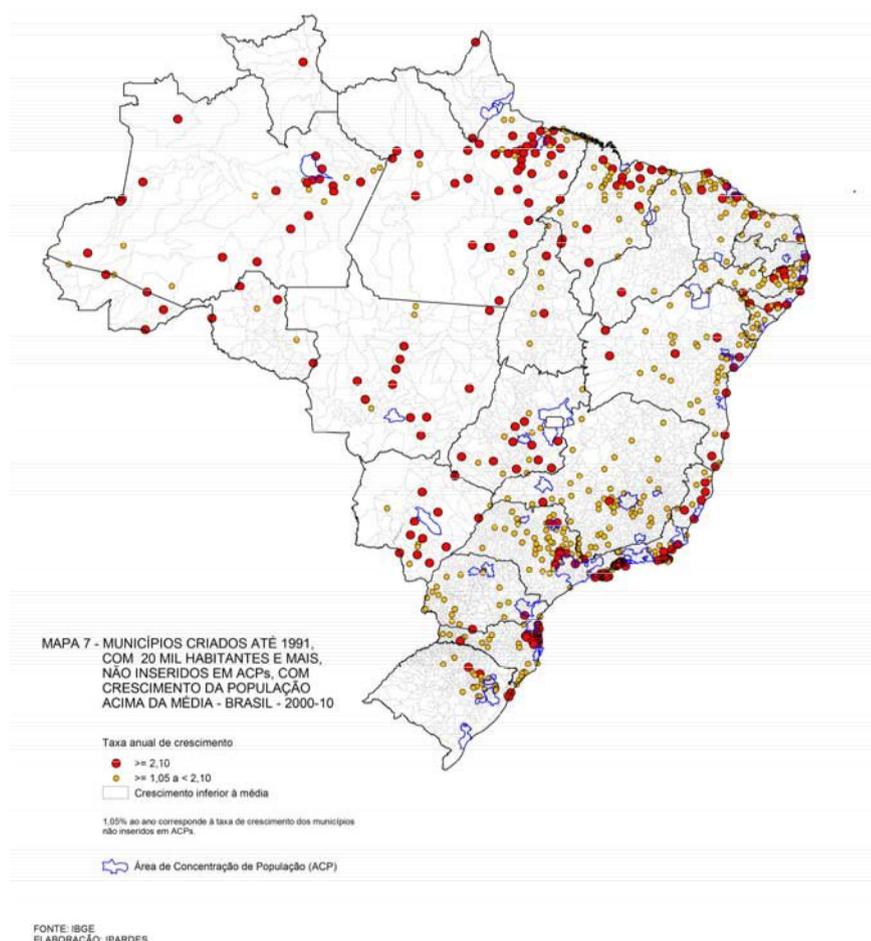
NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Corresponde ao dobro da taxa média anual de crescimento dos municípios não inseridos em ACPs.

(2) Exclui municípios criados após 1991.

Entre 2000-10, 1.120 municípios brasileiros cresceram mais que a média dos municípios não integrados a ACPs ou unidades institucionalizadas (1,05% a.a.) – ver mapa 6. Desses, 31% (ou 348 municípios) cresceram mais que o dobro da média (2,10% a.a.), muitos dos quais classificados como Capitais Regionais, Centros Sub-regionais ou Centros de Zona na hierarquia da rede urbana brasileira (IBGE, 2008).

No estrato com mais de 100 mil habitantes, crescimento superior ao dobro da média e classificação no REGIC 2007 como Capitais Regionais, os maiores municípios são capitais de UFs da Região Norte: Porto Velho (RO), com população de 428.527 habitantes e crescimento de 2,50% a.a., Rio Branco (AC), com 336.038 habitantes e crescimento de 2,88% a.a., Boa Vista (RR), 284.313 habitantes e taxa de 3,55% a.a., e Palmas (TO), 228.332 habitantes e crescimento de 5,21% a.a. (mapa 7 e quadro 4). As dinâmicas de ocupação do espaço nessas capitais não propiciaram a configuração de grandes áreas de concentração de população aglomeradas, limitando assim sua constituição como ACPs. Mesmo assim, é substantivo o papel que esses centros exercem regionalmente.



QUADRO 4 - MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 20 MIL HABITANTES, COM CRESCIMENTO SUPERIOR À 2,10% A.A.,⁽¹⁾ NÃO INSERIDOS EM ACP OU UNIDADE INSTITUCIONALIZADA, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO NO REGIC 2007⁽²⁾ - BRASIL - 2010

ESTRATO DE TAMANHO DA POPULAÇÃO	CAPITAL REGIONAL			CENTRO SUB-REGIONAL			CENTRO DE ZONA		
	UF	Município	Taxa Anual	UF	Município	Taxa Anual	UF	Município	Taxa Anual
>= 100 mil hab.	TO	Palmas	5,21	RJ	Macaé	4,55	PA	Parauapebas	7,96
	RR	Boa Vista	3,55	GO	Rio Verde	4,23	RJ	Araruama	3,07
	PA	Marabá	3,35	MT	Sinop	4,22	BA	Porto Seguro	2,86
	TO	Araguaína	2,89	RJ	Cabo Frio	3,92	MS	Três Lagoas	2,56
	AC	Rio Branco	2,88	RJ	Angra dos Reis	3,58			
	RO	Porto Velho	2,50	MT	Rondonópolis	2,67			
	PE	Caruaru	2,19	PA	Castanhal	2,56			
				BA	Teixeira de Freitas	2,56			
				ES	Linhares	2,30			
				PA	Cametá	2,16			
50 mil a <100 mil hab.				RO	Vilhena	3,58	MT	Sorriso	6,45
				MA	Balsas	3,34	GO	Caldas Novas	3,56
				PA	Tucuruí	2,79	MT	Tangará da Serra	3,55
				PA	Paragominas	2,50	MA	Tutóia	3,42
				PA	Altamira	2,49	AM	Tabatinga	3,26
							GO	Mineiros	3,10
							GO	Catalão	3,02
							MA	Grajaú	2,79
							MT	Primavera do Leste	2,71
							MS	Ponta Porã	2,49
20 mil a <50 mil hab.							SP	São Sebastião	2,45
							ES	Aracruz	2,39
							MT	Lucas do Rio Verde	8,96
							MT	Nova Mutum	7,88
							MT	Campo Novo do Parecis	4,57
							MG	Extrema	4,05
							PI	Bom Jesus	3,58
							SE	Canindé de S. Francisco	3,35
							MT	Vila Rica	3,21
							AC	Tarauacá	3,17
						PA	Tucumã	2,90	
						AM	Lábrea	2,67	
						AC	Sena Madureira	2,60	
						MS	Nova Andradina	2,57	
						BA	Valente	2,52	
						RS	Marau	2,52	
						MA	São Bento	2,50	
						GO	Itaberaí	2,41	
						MA	Santa Helena	2,40	
						MS	Naviraí	2,39	
						ES	Venda N. do Imigrante	2,38	
						AC	Brasiléia	2,32	
						MT	Água Boa	2,22	
						RS	Nova Prata	2,21	
						PR	Palmas	2,11	

FONTES: IBGE - Resultados do Universo do Censo Demográfico; IBGE (2008); IPARDES

1) Corresponde ao dobro da taxa média anual de crescimento dos municípios não inseridos em ACPs.

2) Não considera Centros Locais ou municípios não classificados pelo REGIC.

Além das capitais, respondem às mesmas condições Caruaru (PE), com 314.912 habitantes e taxa de 2,19% a.a., Marabá (PA), com 233.669 habitantes e taxa de 3,55% a.a., e Araguaína (TO), com 150.484 habitantes e taxa de 2,89% a.a., mais uma vez traduzindo crescimento elevado de municípios não-aglomerados, particularmente do Norte.

Nesse mesmo estrato de tamanho e patamar de crescimento populacional situam-se 10 Centros Sub-regionais, com incidência elevada nas UFs Rio de Janeiro (Macaé, com taxa de 4,55% a.a., Cabo Frio, 3,92% a.a. e Angra dos Reis, 3,58% a.a.), Pará (Castanhal, 2,56% a.a. e Cametá, 2,16% a.a.), Mato Grosso (Sinop, 4,22% a.a. e Rondonópolis, 2,67% a.a.), assim como presença dispersa em outras UFs: Bahia (Teixeira de Freitas, 2,56% a.a.), Espírito Santo (Linhares, 2,30% a.a.) e Goiás (Rio Verde, 4,23% a.a.). Como Centros de Zona, registram-se Araruama (RJ), 3,07% a.a., Porto Seguro (BA), 2,86% a.a., Três Lagoas (MS), 2,56% a.a., e Parauapebas (PA), 7,96% a.a., o que mais cresce no conjunto.

No estrato de população com mais de 100 mil habitantes, há ainda um conjunto significativo de municípios com níveis de centralidade entre Centro de Zona e Centro Sub-regional, com crescimento entre a média e o dobro da média (quadro 5). Classificados como Capitais Regionais, há um grande número de municípios em Minas Gerais (Montes Claros, Uberaba, Divinópolis, Pouso Alegre e Varginha), mas também estão presentes no Paraná (Ponta Grossa e Cascavel) e outras UFs: Vitória da Conquista (BA), Sobral (CE), Dourados (MS), Santarém (PA), Mossoró (RN) e Araraquara (SP). Além destes, há mais 24 Centros Sub-regionais, bastante concentrados no Sudeste brasileiro, particularmente em São Paulo (Araras, Botucatu, Bragança Paulista, Itapetininga, Jaú e São Carlos), Minas Gerais (Conselheiro Lafaiete, Patos de Minas, Poços de Caldas e Ubá), Rio de Janeiro (Resende e Teresópolis) e Espírito Santo (São Mateus). No Sul, o Paraná concentra três centralidades (Apucarana, Toledo e Umuarama); no Norte, aparecem no Amazonas (Parintins), Pará (Abaetetuba e Bragança); no Nordeste, na Bahia (Paulo Afonso e Eunápolis), Ceará (Itapipoca) e Maranhão (Caxias); e no Centro Oeste, em Goiás (Anápolis). Como Centros de Zona, tem-se ainda Birigui e Tatuí (SP), Itabira (MG), Arapongas (PR) e Açailândia (MA).

Reúne-se a estes, Caraguatatuba, no litoral paulista, crescendo com taxa de 2,48% a.a. e com 100.840 habitantes, classificado como Centro Local. Destaca-se esse município por ser o único no estrato de mais de 100 mil habitantes, entre aqueles não inseridos em ACPs, que não foi classificado em níveis de centralidade mais elevados.

Esse panorama orienta conclusões, como de Oliveira (2011, p.4), que, tratando o crescimento dos municípios do Brasil, afirma que:

Quanto ao porte dos municípios, as maiores taxas de crescimento médio foram observadas naqueles com 100 mil a 500 mil habitantes, em torno de 2,05% ao ano, contra 1,79% para os municípios com mais de 500 mil habitantes. (...) Portanto, são os municípios de porte médio, caracterizados como núcleos polarizadores de importantes sub-regiões da maioria dos Estados brasileiros, que mais tendem a atrair populações e oportunidades de crescimento a nível regional.

QUADRO 5 - MUNICÍPIOS COM CRESCIMENTO ENTRE 1,05% A.A. E 2,10% A.A.,⁽¹⁾ COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 100 MIL HABITANTES, NÃO INSERIDOS EM ACP OU UNIDADE INSTITUCIONALIZADA, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO NO REGIC 2007⁽²⁾ - BRASIL - 2010

ESTRATO TAMANHO POPULAÇÃO	CAPITAL REGIONAL			CENTRO SUB-REGIONAL			CENTRO DE ZONA		
	UF	Município	Taxa Anual	UF	Município	Taxa Anual	UF	Município	Taxa Anual
> 100 mil hab.	MG	Pouso Alegre	2,04	CE	Itapipoca	2,09	PR	Arapongas	2,00
	RN	Mossoró	1,97	PR	Toledo	1,97	MA	Açailândia	1,65
	CE	Sobral	1,94	PA	Bragança	1,90	SP	Birigui	1,43
	MS	Dourados	1,74	ES	São Mateus	1,88	SP	Tatuí	1,40
	MG	Montes Claros	1,66	MG	Ubá	1,78	MG	Itabira	1,11
	MG	Uberaba	1,62	BA	Eunápolis	1,76			
	BA	Vitória da Conquista	1,57	RJ	Teresópolis	1,72			
	PR	Cascavel	1,55	PA	Abaetetuba	1,71			
	MG	Divinópolis	1,48	SP	Botucatu	1,63			
	SP	Araraquara	1,35	SP	Bragança Paulista	1,61			
	PR	Ponta Grossa	1,31	SP	Jaú	1,57			
	MG	Varginha	1,22	GO	Anápolis	1,51			
	PA	Santarém	1,16	SP	São Carlos	1,41			
				SP	Itapetininga	1,41			
				RJ	Resende	1,37			
				SP	Araras	1,32			
				MG	Conselheiro Lafaiete	1,26			
				AM	Parintins	1,25			
				MG	Poços de Caldas	1,18			
				BA	Paulo Afonso	1,17			
			PR	Apucarana	1,15				
			MG	Patos de Minas	1,14				
			PR	Umuarama	1,05				
			MA	Caxias	1,05				

FONTES: IBGE - Resultados do Universo do Censo Demográfico; IBGE (2008); IPARDES

(1) Corresponde à média e ao dobro da taxa média anual de crescimento dos municípios não inseridos em ACPs.

(2) Não considera Centros Locais ou municípios não classificados pelo REGIC.

Cita-se a observação mas se salienta que o autor faz cortes sobre o conjunto total da população brasileira, que incluem nos referidos estratos de tamanho municípios integrantes de ACPs e os demais. Mesmo assim, a observação ilustra a perspectiva da maioria dos analistas do Censo que dão destaque ao crescimento das cidades de “porte médio”. No caso de Oliveira, é verdadeira a conclusão de que o elevado crescimento dos municípios desse porte ocorre com mais frequência entre os caracterizados como núcleos polarizadores, como destacados nesta sessão. Esses têm forte presença em centralidades reconhecidas pelo REGIC 2007, marcadamente no Sudeste e Sul, mas emergem em novas fronteiras da urbanização, nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, neste caso, mais significativamente no Maranhão e Bahia.

Com população entre 50 mil e 100 mil habitantes e crescimento acima do dobro da média, destacam-se, os Centros Sub-regionais paraenses Paragominas (97.819 habitantes e taxa de crescimento de 2,5% a.a.), Tucuruí (97.128 habitantes e taxa de 2,79% a.a.) e Altamira (99.075 habitantes e taxa de 2,49% a.a.); além de Balsas (MA), 83.528 habitantes

e taxa de 3,34% a.a., e Vilhena (RO), 76.202 habitantes e taxa de 3,58% a.a. (ver quadro 4). Como eles, detendo centralidade como Centros de Zona, no mesmo patamar de tamanho e crescimento, encontram-se Catalão (GO), com 86.647 habitantes e crescimento em 3,02% a.a., e Tangará da Serra (MT), 83.431 habitantes e taxa de 3,55% a.a., os mais populosos, assim como no Centro Oeste, Caldas Novas e Mineiros (GO), Primavera do Leste e Sorriso (MT), Ponta Porã (MS); no Nordeste, Grajaú e Tutóia (MA); no Sudeste, Aracruz (ES) e São Sebastião (SP); e no Norte, Tabatinga (AM), na fronteira com a Colômbia, compondo uma aglomeração com Letícia, nesse país.

No mesmo estrato populacional e patamar de crescimento, porém classificados como Centros Locais pelo REGIC 2007, ou seja, com menor expressão de centralidade, há 15 municípios, aos quais se recomenda sejam considerados com atenção, posto que possuem bases populacionais elevadas e sofrem também elevado crescimento (quadro A.1). São eles: Campo Alegre (AL), Maués, Itapecuru Mirim e Barreirinhas (AM), Santa Cruz do Capibaribe (PE), São Pedro da Aldeia e Saquarema (RJ). A maior concentração se dá no Pará, onde alguns municípios se sobressaem por comportamentos extremados em relação ao conjunto, casos de São Félix do Xingu, com 91.340 habitantes e crescimento de 10,19% a.a., Santana do Araguaia, com 56.153 habitantes e crescimento de 6,05% a.a., e Tailândia, com 79.297 habitantes e crescimento de 7,51% a.a., além de Alenquer, Dom Eliseu, Jacundá, Moju, Oriximiná, Portel, Santa Isabel do Pará e São Miguel do Guamá. Nova Serrana, em Minas Gerais, também está entre aqueles com taxas mais elevadas, reunindo uma população de 73.699 habitantes e um crescimento de 7,01% a.a. Sem uma estrutura funcional que os classifique como centralidades mais relevantes na hierarquia urbana, tais municípios podem estar passando por transformações que exigem aportes de investimentos e ajustes urgentes nos processos de gestão urbana e regional.

Não se devem desconsiderar os municípios do mesmo estrato populacional, classificados como Centros Sub-regionais, porém crescendo entre a média e o dobro (quadro A.1). São eles, em maior concentração no Nordeste, Bom Jesus da Lapa, Irecê, Santo Antônio de Jesus e Valença (BA) Chapadinha, Pinheiro e Santa Inês (MA), Iguatu e Quixadá (CE), Arcoverde e Serra Talhada (PE), Açu (RN) e Itabaiana (SE); no Sul, Cianorte, Francisco Beltrão e Pato Branco (PR), Caçador e Rio do Sul (SC) e Lajeado (RS); no Norte, Breves, Capanema e Redenção (PA), Ariquemes (RO), Cruzeiro do Sul (AC) e Gurupi (TO); além de Lavras, Manhuaçu e Viçosa (MG) e Itumbiara (GO). Tampouco devem ser relegados os Centros de Zona, mais concentrados no Nordeste, Acaraú, Aracati, Limoeiro do Norte e Russas (CE), Carpina, Ouricuri e Surubim (PE), Itapetinga (BA) e Lagarto (SE); e Sudeste, Araxá, Frutal, Paracatu, Patrocínio, São Sebastião do Paraíso e Três Corações (MG), Leme e Votuporanga (SP) e Rio Bonito (RJ); além de Goianésia e Jataí (GO) e Telêmaco Borba (PR).

Outros municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes, crescendo entre a média e o dobro, classificados como Centros Locais, localizam-se no Nordeste

(Quixeramobim, Tianguá, Trairi e Viçosa do Ceará, no Ceará; Buíque, Gravatá e São Bento do Una, em Pernambuco), Sudeste (Ibitinga, Lençóis Paulista e Ubatuba, em São Paulo; Mariana, em Minas Gerais, e Cachoeiras de Macacu, no Rio de Janeiro) e Norte (Coari, no Amazonas; Tomé-Açu e Viseu, no Pará).

Levando em conta o papel de intermediação regional, confirmada entre os classificados como Centros Sub-regionais ou Centros de Zona pelo REGIC 2007, mas possível de ocorrer entre os Centros Locais citados e mesmo entre municípios não classificados pelo REGIC, em suas relações horizontais, e de sua relação com os centros em posição superior na rede de cidades, em relações mais verticais, estes municípios também podem ser apontados como “cidades médias”. Tal compreensão se fundamenta em conceitos de autores consagrados, de que essas cidades são importantes nós da rede urbana nacional (CORRÊA, 2007) e de que configuram espaços que realizam a intermediação entre as cidades maiores e as menores (SPOSITO, 2007).

Em determinadas regiões menos densas, municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes, classificados como Centros de Zona, também exercem o papel de intermediação regional. Ressalta-se sua importância nesse estrato de tamanho e o fato de que crescem mais que o dobro da média do conjunto em análise (ver quadro 4). Na Região Norte encontram-se Brasília, Sena Madureira e Tarauacá (AC), este com taxa de crescimento de 3,17% a.a., Lábrea (AM) e Tucumã (PA); no Nordeste, Santa Helena e São Bento (MA), Bom Jesus (PI) e Canindé de São Francisco (SE), ambos também crescendo mais que o triplo (respectivamente 3,58% a.a. e 3,35% a.a.) e Valente (BA); no Centro Oeste, Nova Andradina e Naviraí (MS), Itaberaí (GO), sendo os do Mato Grosso aqueles com as mais elevadas taxas da Região: Lucas do Rio Verde (8,96% a.a.), Nova Mutum (7,88% a.a.), Campo Novo do Parecis (4,57% a.a.) e Vila Rica (3,21% a.a.), além de Água Boa (2,22% a.a.). Mesmo em regiões mais densas, alguns municípios se destacam nas mesmas condições: Palmas (PR), Marau e Nova Prata (RS), Venda Nova do Imigrante (ES) e Extrema (MG), este com a expressiva taxa de 4,05% a.a.

Ainda entre os classificados como Centros de Zona, cabe salientar aqueles com crescimento entre a média e o dobro, configurando um conjunto com 77 municípios, localizados em todas as regiões brasileiras (quadro A.2). São 28 municípios no Nordeste, com destaque a Bahia e Maranhão como as UFs mais concentradoras da Região; 20 no Sudeste, cabendo a Minas Gerais a maior concentração; 14 no Sul, distribuídos entre as três UFs; 8 no Centro Oeste, com supremacia de Goiás; e 7 no Norte, onde Tocantins detém o maior número.

Se em termos de municípios classificados como Centros Sub-regionais ou Centros de Zona pelo Regic 2007, e com crescimento acima da média, a distribuição se dá entre todas as regiões, os Centros Locais e municípios não classificados pelo REGIC abrem novas localizações. Alguns deles se destacam pelo crescimento elevado, mais que o triplo da média (quadro A.2). Encontram-se particularmente na Região Norte, com alta concentração

no Pará, casos de Bagre, Baião, Currálinho, Juruti, Ourilândia do Norte, Pacajá, Ponta de Pedras, Porto de Moz e Rurópolis, mas também em outras UFs, Benjamin Constant, Ipixuna e Manaquiri (AM), Laranjal do Jari e Oiapoque (AP), Machadinho D'Oeste e Nova Mamoré (RO). No Nordeste, o Maranhão também tem um número elevado de casos: Estreito, Miranda do Norte, Urbano Santos e Vargem Grande, além de Sanharó e Toritama (PE) e São Desidério (BA); no Centro Oeste, Maracaju e Sidrolândia (MS) e Campo Verde (MT); e no Sudeste, Casimiro de Abreu e Quissamã (RJ) e Jarinu (SP).

Percebe-se, no conjunto de municípios destacados, que há dinâmicas envolvendo novas porções do território; municípios que, de algum modo, estão sendo focos de atração populacional e que, conseqüentemente, passam a enfrentar mudanças e rupturas em seu tradicional modo de administrar a municipalidade, posto que assumem demandas para novas funções. Como nem sempre há preparo nas estruturas administrativas para essas transformações, sofrem as populações por carências de várias ordens, que caracterizam o paradoxo das áreas em franca ascensão econômica e notória degradação social.

3.4 MUNICÍPIOS “PEQUENOS”

Os municípios aqui considerados pequenos são todos aqueles com porte populacional inferior a 20 mil habitantes, desde que não inseridos em unidades institucionalizadas ou ACPs, e que tenham sido criados até 1991. Totalizam 2.688 unidades territoriais, das quais 615 apresentam crescimento anual com taxa superior à média do conjunto dos não inseridos em ACPs (1,05% a.a.), sendo que apenas 180 crescem mais que o dobro dessa média (tabela 14). Esses correspondem a 6,7% do total de municípios considerados neste corte de análise, e 53,3% deles se situa no estrato de população entre 10 e 20 mil habitantes.

TABELA 14 - MUNICÍPIOS ATÉ 20 MIL HABITANTES, CRIADOS ANTES DE 1991, NÃO INSERIDOS EM ACP OU UNIDADE INSTITUCIONALIZADA, SEGUNDO CLASSES DE CRESCIMENTO E TAMANHO DA POPULAÇÃO - BRASIL - 2000-10

CLASSE DE TAMANHO DA POPULAÇÃO	TAXA DE CRESCIMENTO POP. TOTAL 2000-10						TOTAL	%
	>= 5%	2,10 a < 5%	1,05 a < 2,10%	0 a < 1,05%	<0			
10 mil a < 20 mil	5	97	219	492	303	1.116	41,83	
5 mil a < 10 mil	3	51	125	322	341	842	31,56	
Até 5 mil	3	24	88	226	369	710	26,61	
TOTAL	11	172	432	1.040	1.013	2.668	100,00	
%	0,41	6,45	16,19	38,98	37,97	100,00		

FONTE: IBGE - Resultados do Universo do Censo Demográfico
Elaboração: IPARDES

Vale lembrar que bases populacionais reduzidas são bastante passíveis a apresentarem taxas elevadas de crescimento, mesmo que sob incrementos mínimos. Tais incrementos são impactantes à rotina administrativa, portanto devem ser considerados nas políticas

públicas, mas por si não refletem dinâmicas territoriais mais significativas, pois por vezes expressam apenas situações conjunturais.

Entre os municípios que crescem mais que o dobro da média, 10 são classificados no REGIC 2007 como Centros de Zona (quadro 6): no Centro Oeste, Chapadão do Sul (MS), que se sobressai com a taxa de 5,36% a.a., Itapaci (GO) e Alto Araguaia (MT); no Nordeste, Caracol e Anísio de Abreu (PI), e Passa e Fica (RN); no Sul, Serafina Corrêa e Tapejara (RS); e no Norte, Dianópolis e Pedro Afonso (TO). Todos os demais nessa faixa de crescimento são Centros Locais e alguns municípios não classificados pelo REGIC. Crescem mais expressivamente (acima de 5% a.a.), Balbinos (SP), com 3.702 habitantes e uma taxa anual de 10,92%; Juruena, 11.201 habitantes e taxa de 7,47% a.a., e Alto Taquari, 8.072 habitantes e 6,07% a.a., ambos no Mato Grosso; também no Centro Oeste, Baliza (GO); no Norte, Assis Brasil (AC), Santa Isabel do Rio Negro e Juruá (AM), Ferreira Gomes e Tartarugalzinho (AP), com mais de dez mil habitantes, e Alto Taquari (MT), Assis Brasil (AC); além de Lavínia (SP) e Pirajuba (MG), no Sudeste (mapa 8).

QUADRO 6 - MUNICÍPIOS COM CRESCIMENTO ENTRE 1,05% A.A. E 2,10% A.A.,⁽¹⁾ COM POPULAÇÃO INFERIOR A 20 MIL HABITANTES, NÃO INSERIDOS EM ACP OU UNIDADE INSTITUCIONALIZADA, CLASSIFICADOS COMO CENTROS DE ZONA NO REGIC 2007⁽²⁾ - BRASIL - 2010

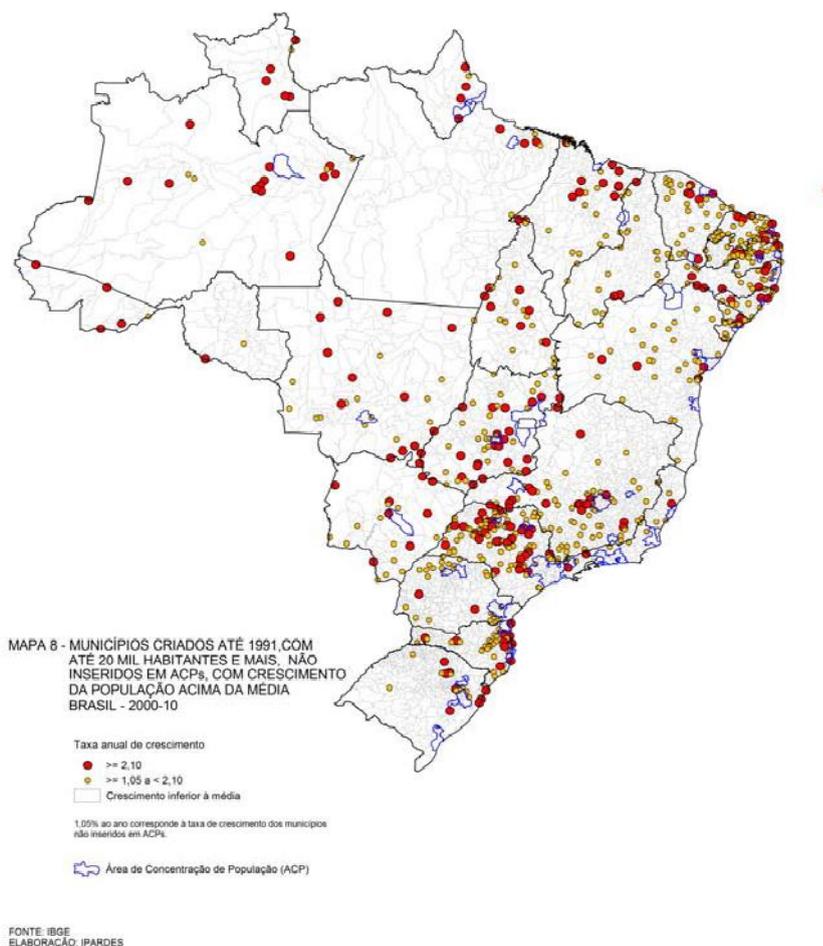
CRESCIMENTO => 2,10%			CRESCIMENTO ENTRE 1,05% E <2,10%		
UF	Município	Taxa Anual	UF	Município	Taxa Anual
MS	Chapadão do Sul	5,36	MS	Bataguassu	2,05
RS	Tapejara	2,45	PI	Paulistana	1,81
TO	Dianópolis	2,16	RS	Nova Petrópolis	1,21
GO	Itapaci	2,85	PB	Araruna	1,29
MT	Alto Araguaia	3,21	PR	Siqueira Campos	1,44
RS	Serafina Corrêa	2,72	MT	Comodoro	1,91
MA	Maracaçuné	2,57	MG	Ipanema	1,10
TO	Pedro Afonso	2,48	MG	Turmalina	1,44
RN	Passa e Fica	2,91	PI	Jaicós	1,29
PI	Caracol	2,42	AL	Batalha	1,44
PI	Anísio de Abreu	2,42	PI	Água Branca	1,26
			RN	São Paulo do Potengi	1,37
			MT	Araputanga	1,16
			TO	Taguatinga	1,34
			SC	Presidente Getúlio	1,90
			MG	Itamonte	1,39
			PI	Alto Longá	1,29
			PI	Fronteiras	1,05
			PI	Avelino Lopes	1,41
			PI	Curimatá	1,24
			PR	Paranacity	1,19

FONTE: IBGE - Resultados do Universo do Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) 1,05% a.a. corresponde à taxa média, e 2,10% a.a., ao dobro da média anual de crescimento dos municípios não inseridos em ACPs.

(2) As demais classes do Regic 2007, salvo Centros Locais, não foram encontradas neste corte de tamanho e crescimento populacional.



Com crescimento inferior a 5% a.a., mas superior ao dobro da média, classificados como centros locais, o Sudeste e o Nordeste se aproximam com respectivamente 48 e 45 municípios. No Sudeste, encontram-se apenas em São Paulo e Minas Gerais, sendo o primeiro com 33 municípios nessas condições; no Nordeste a maior concentração se dá no Maranhão, com 10 municípios. No Centro-Oeste, Goiás registra 15 municípios entre os 32 da Região; e no Norte, com 31 municípios, o destaque é para o Amazonas. O Sul tem apenas 7 municípios pequenos crescendo significativamente, sendo 4 no Rio Grande do Sul (quadro A.3).

Entre os municípios pequenos que crescem a taxas entre a média e o dobro, há que se dar destaque aos classificados como Centros de Zona (ver quadro 6). Esses se apresentam em maior número no Piauí (Água Branca, Alto Longá, Avelino Lopes, Curimatá, Fronteiras, Jaicós e Paulistana), Minas Gerais (Ipanema, Itamonte e Turmalina), Mato Grosso (Araputanga e Comodoro) e Paraná (Siqueira Campos e Paranacity), além de Araruna (PB), Bataguassu (MS), Batalha (AL), Nova Petrópolis (RS), São Paulo do Potengi (RN), Presidente Getúlio (SC) e Taguatinga (TO).

Observa-se que um grande número de municípios pequenos cresce mais que a média nas regiões Norte, Centro-Oeste e em algumas UFs do Nordeste caracterizadas por uma malha territorial pouco fragmentada. Cabe analisar se esse crescimento associa-se a

novas dinâmicas da expansão da fronteira econômica (ou expansão do agronegócio, mineração e grandes obras de infraestrutura) nessas regiões. Salienta-se a importância desse crescimento, particularmente por se tratar de um universo amplo, no qual 38,9% dos municípios cresce entre 0 e 1,05% a.a., e outros 37,9% apresentam taxas de crescimento negativas (ver tabela 14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada, individualizando as Áreas de Concentração da População dos demais municípios brasileiros, encontra dinâmicas complexas em qualquer desses recortes. No caso dos espaços aglomerados, evidencia-se que o fenômeno da aglomeração urbana se manifesta em todo o território nacional, em diferentes escalas, estando na maioria das UFs fortemente associado ao município da sede administrativa, em alguns casos, articulando-a espacialmente a outras ACPs, dando origem a arranjos espaciais de maior complexidade.

A análise desconstrói hipóteses de que as metrópoles e suas aglomerações estariam perdendo o ímpeto de crescimento das últimas décadas, que agora estaria se dando em “cidades médias”. Mostra-se que ainda são as aglomerações de natureza metropolitana, juntamente com outras singulares, que respondem pela absorção de quase metade da população total brasileira (48%) e mais da metade da população urbana (55,3%), em um total de 337 municípios que se inserem nas 46 ACPs/subACPs identificadas pelo IBGE. Anote-se que a participação da população total vem crescendo nas últimas três décadas, já que em 1991 correspondia a 45,6% da população total do país. Essas também são as áreas com as mais elevadas taxas de crescimento da população, 1,30% a.a. para o conjunto de municípios inseridos em ACPs, enquanto o conjunto dos demais municípios cresceu a taxa de 1,05% a.a. É certo que as taxas de crescimento populacional declinaram, generalizadamente, nas últimas décadas. Mesmo assim, a considerar as bases populacionais bastante elevadas e a redução da fecundidade nessas áreas, pode-se dizer que continuam expressivas. O incremento populacional também teve o contingente reduzido, mas não perdeu a magnitude: 11,7 milhões de residentes entre 2000-10 nas ACPs; nos demais 5.274 municípios brasileiros, 11,3 milhões. Exceto as ACPs de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre, entre as metropolitanas, todas as demais ganharam participação no total da população e vêm crescendo a taxas superiores à da média do conjunto.

Ao mesmo tempo em que se mantém o padrão concentrador da população total nas Áreas de Concentração de População, o crescimento da população urbana se dá generalizadamente entre os demais municípios brasileiros. Tanto é que a participação da população dos municípios não inseridos em ACPs vem crescendo no total da população urbana do Brasil, saltando de 42,9% em 1991 para 44,7% em 2010.

Observa-se que não há um padrão único de crescimento das aglomerações urbanas no Brasil, mesmo entre as de natureza metropolitana. A diversidade de comportamentos reflete a natureza da unidade, seu papel na respectiva UF, assim como condições conjunturais e a própria história das relações socioespaciais que resultaram em sua configuração. Há padrões diferenciados entre as dinâmicas das ACPs metropolitanas históricas, como São Paulo e Rio de Janeiro, das mais recentes, assim como dessas para as de natureza não metropolitana, distinguindo-se entre estas as mais próximas às metrópoles das interioranas.

Porém, há uma lógica comum a todas as unidades, emanada da articulação capital/estado/sociedade, que impulsiona processos de valorização/desvalorização do solo, criando espaços desiguais. A qualificação dos polos e o crescimento inconcluso das periferias metropolitanas se mantêm e são percebido também nas demais aglomerações urbanas, independente do porte populacional, o que sinaliza que as aglomerações, ao mesmo tempo, seguem crescendo e ampliando seu alcance territorial. Há sinais de que não é mais a atividade industrial que motiva o crescimento urbano, mas que diferentes atividades e funções (serviços e comércio) estão distribuídas entre um número maior de municípios dos aglomerados. Nesse processo, os polos, possivelmente revalorizados em função do desempenho de atividades mais complexas e mais sofisticadas, tornaram-se mais seletivos à ocupação e alguns crescem a taxas ínfimas, apontando para mudanças de uso (menos residências) ou novo perfil dos moradores (possivelmente famílias de menor tamanho, idosos etc.).

O crescimento que permanece e se amplia territorialmente nestas aglomerações, acompanha tentacularmente eixos viários – certamente juntando em manchas contínuas condomínios horizontais residenciais ou empresariais, ocupações periféricas pobres, plantas industriais, comerciais e de serviços, entre outras ocupações. Isso ocorre nas aglomerações metropolitanas, mas também em aglomerações em arranjos espaciais não metropolitanos. Exemplo nítido é o Leste Catarinense onde se articulam aglomerações e centros em dinâmicas permeadas de fluxos multidirecionais, criando uma verdadeira região urbana. Observa-se também a expressividade da dinâmica de crescimento em municípios contíguos às principais ACPs, confirmando sua tendência de expansão física, e em municípios litorâneos por toda a costa brasileira, inseridos ou não nessas aglomerações e arranjos espaciais. Essa incidência do crescimento amplia e introduz demandas que exigem procedimentos complexos para o exercício de funções públicas de interesse comum, dificultando o processo de gestão.

O mapeamento realizado tornou evidente a discrepância entre as ACPs, que expressam com bastante exatidão o fenômeno urbano em sua dimensão aglomerada, e as unidades regionais institucionalizadas. A dissonância entre os limites dessas categorias reflete que nem sempre o motivo da institucionalização se deve a contemplar um fenômeno de crescimento e compartilhamento de funções entre municípios, que passam a deter limites político-administrativos cada vez mais tênues entre si. Vale ressaltar que, além da discrepância dos limites, há também uma desconsideração conceitual, percebida no fato de que a maioria das unidades foi criada como “região metropolitana”, mesmo em casos de polarização por centros ou aglomeração sem nenhuma característica dessa natureza. Apesar disso, os municípios inseridos em unidades institucionalizadas apresentam um perfil de crescimento superior à média dos municípios não inseridos em ACPs, atestando que, mesmo sem grande integração à dinâmica principal da aglomeração, esses municípios se valem, alguns marginalmente, dessa dinâmica, enquanto servem de área de expansão às aglomerações em pleno crescimento.

Entre os municípios não inseridos em ACPs, as novas áreas em elevado crescimento – superior à média e até ao dobro da média do conjunto – ocorrem em grande escala em regiões de expansão da fronteira econômica: agronegócio, mineração ou grandes projetos de infraestrutura. Nessas regiões encontra-se a maioria dos municípios recentemente criados e com crescimento superior à média dos demais municípios, apontando para áreas em franca transformação, ou seja, nas regiões Norte, particularmente Pará, mas também Amazonas, Rondônia, Acre, Roraima, Amapá e Tocantins; Centro Oeste, fundamentalmente Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e Nordeste, neste caso, fortemente centrados no Maranhão. Tal fragmentação municipal pode buscar explicação nas disputas e conflitos de interesse ou na necessidade de nucleação para apoio a essas novas escalas produtivas. É importante acentuar que, diferentemente da expansão da fronteira agrícola dos anos 60 e 70, com forte concentração fundiária e expulsão de elevados contingentes de pequenos proprietários e trabalhadores rurais, a expansão contemporânea atinge porções do território menos povoadas e já com algum grau de mecanização, e a nova atividade exerce atração a um contingente de população em busca de trabalho – possivelmente, parte dele com expectativas frustradas.

Entre os municípios de maior porte (mais de 100 mil habitantes), destacam-se capitais de UFs do Norte, cuja dinâmica de ocupação do espaço não propiciou a configuração de áreas de concentração de população. O comportamento extremado se dá em Palmas (TO), com 228.332 habitantes e crescimento de 5,21% a.a. Além das capitais, muitos municípios nesse estrato populacional respondem às mesmas condições, particularmente do Norte. Além desses, destaca-se o grande número de municípios com mais de 20 mil habitantes e elevado crescimento nas várias regiões do país, com forte presença no Pará e outros estados do Norte e Centro Oeste, assim como de municípios com população inferior a 20 mil habitantes, estes com localização marcante nos estados do Nordeste, no interior de São Paulo e litoral de Santa Catarina.

Nesse conjunto de municípios com elevado crescimento e não inseridos em ACPs, um grande número se situa em unidades institucionalizadas, como já observado, e outro grande número corresponde a centralidades classificadas pelo REGIC 2007 como Capitais Regionais, Centros Sub-regionais e Centros de Zona, o que sugere que a centralidade urbana e a proximidade a aglomerações seguem influenciando o crescimento populacional. Mas, e estes merecem maior detalhe de análises, há muitos Centros Locais e alguns municípios não classificados pelo REGIC que também se encontram na condição de elevado crescimento. Em determinadas regiões, todas essas categorias de municípios exercem importante papel de intermediação regional, reforçando e ampliando a rede de centros como nós da rede urbana nacional. São os casos que mais se aproximam ao que pode ser considerada uma “cidade média”, e que, mesmo crescendo acima da média do conjunto, não lhes cabe a compreensão generalizada de que, nesta década, junto às demais, assumem o ímpeto do crescimento metropolitano anterior.

Enfatiza-se que há dinâmicas diferenciadas envolvendo novas porções do território. Muitos municípios estão sendo focos de atração populacional e, conseqüentemente, passam a enfrentar demandas para novas funções. Nem todos se encontram preparados, em suas estruturas administrativas, para essas transformações. Dessa forma, salienta-se a necessária preocupação com a gestão, adequação de políticas públicas e qualificação para a administração municipal.

Conclui-se que as dinâmicas territoriais no Brasil permanecem fortemente impulsionando velhos e novos processos nas aglomerações polarizadas por capitais de UFs, particularmente as de natureza metropolitana, com configurações espaciais articuladas a partir dessas, que constituem arranjos urbano-regionais. Consolidam um processo de concentração, mais extenso territorialmente, porém sem perder a densidade, e o reproduzem em todas as regiões do país, onde se observa a emergência de novas aglomerações, principalmente polarizadas pelas capitais estaduais, entre outras pelo interior das UFs.

Observa-se também a reprodução de dinâmicas expressivas em relação a municípios não aglomerados das áreas de expansão da fronteira da economia, desde os com porte populacional elevado, até pequenos municípios, mas que sugerem, como os primeiros, que assumem novos papéis, mesmo que complementares, na organização do território. As dinâmicas observadas confirmam um Brasil ainda mais urbano – seja eles elevados graus de urbanização dos municípios, seja pela horizontalidade do processo que incide em todas as regiões brasileiras –, com ampliação dos nós da rede de cidades, mas ainda sem romper a predominância das aglomerações como núcleos das posições superiores da hierarquia dessa rede e como situações preferenciais de moradia a elevado contingente da população brasileira. Porém, seria prematuro apontar um processo de desconcentração, posto que, pelas características das áreas em mudança, há que se confirmar a consolidação dos processos iniciados.

Muito há ainda a ser estudado para se compreender as dinâmicas em curso e ensaiar tendências. Informações sobre migrações e movimentos pendulares da população, seguramente, permitirão avançar nas conclusões anunciadas nesta Nota Técnica. Ressalta-se a importância do IBGE em ter identificado e assumido as áreas de concentração de população como unidades agregadas, para efeitos do REGIC 2007 e para futuras pesquisas. Essas unidades, conforme mostraram os dados do Censo 2010, são espaços em grande transformação, o que exige a constante atualização de seus limites. São espaços para os quais há que se formular políticas públicas que transcendam o âmbito municipal e assumam uma dimensão cujas especificidades exigem a realização de funções públicas de interesse comum, posto que a natureza dos processos urbanos ignora limites político-administrativos. Consolidam-se espaços de ocupação contínua e em franco crescimento e expansão, para os quais as ações devem ser articuladas e cooperadas. O IBGE, ao identificar as ACPs, deu uma contribuição decisiva nesse sentido.

REFERÊNCIAS

- CASTELLO BRANCO, M. L. G. Espaços urbanos e áreas de concentração de população. Comunicação. Sessão Livre “Dinâmicas metropolitanas: concentração e complexidade socioespacial”. XIV ENCONTRO NACIONAL Da ANPUR, Rio de Janeiro, maio de 2011.
- CASTELLO BRANCO, M. L. G. **Espaços urbanos**: uma proposta para o Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
- CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- Buletin, L. (2017, February 1). *Berita Terkini*. Retrieved february 1, 2017, from Berita Terkini: <http://www.buletinlokal.com/>
- IBGE. **Primeiros resultados definitivos do Censo 2010**: população do Brasil é de 190.755.799 pessoas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia= 1866&id_pagina=>. Acesso em: 13 maio 2011.
- IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008.
- MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil**: uma análise com foco em Curitiba. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. As Metrôpoles no Censo 2010: novas tendências? **Boletim Semanal**, n.167, de 15/12/2010. Disponível em: <www.observatoriodasmetrolopes.net>. Acesso em: 18 maio 2011.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. As metrôpoles no Censo 2010: quem somos? **Boletim Semanal**, n.183, de 04/05/2011, 17p. Disponível em: <www.observatoriodasmetrolopes.net>. Acesso em: 16 maio 2011.
- OLIVEIRA, L.A.P. de. Primeiros resultados do Censo Demográfico 2010. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v.28, n.1, p.3-4, jan./jun. 2011.
- RIBEIRO, L. C. de Q. **Hierarquização e identificação dos espaços urbanos**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.
- SÃO PAULO. GOVERNO DO ESTADO. **Regiões Metropolitanas do Brasil**. Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas; Secretaria do Desenvolvimento Metropolitano; Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. Emplasa. São Paulo, 2011. (1 CD-Rom)
- SILVA, E.T. da. Censo 2010: As Metrôpoles na Dinâmica Demográfica. **Boletim Semanal**, n.174, de 32/02/2011. Disponível em: <www.observatoriodasmetrolopes.net>. Acesso em: 25 fev. 2011.
- SPOSITO, M. E. B. Sobre novas possibilidades e perspectivas: historiando nosso percurso e apresentando nossos textos sobre cidades médias. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

APÊNDICE DE INFORMAÇÕES

TABELA A.1 - POPULAÇÃO TOTAL E URBANA, PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL - UFS E ACPS - BRASIL - 1991, 2000 E 2010

continua

UF/RECORTE	POPULAÇÃO TOTAL						POPULAÇÃO URBANA						TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)				
	1991		2000		2010		1991		2000		2010		Total		Urbano		
	Abs.	% Brasil	Abs.	% Brasil	Abs.	% Brasil	Abs.	% Brasil	Abs.	% Brasil	Abs.	% Brasil	1991/00	2000/10	1991/00	2000/10	
RO												1.149.180	0,71	2,24	1,25	3,35	2,65
Demais	1.132.692	0,77	1.379.787	0,81	1.562.409	0,82	659.327	0,59	884.523	0,64	1.149.180	0,71	2,24	1,25	3,35	2,65	
Total	1.132.692	0,77	1.379.787	0,81	1.562.409	0,82	659.327	0,59	884.523	0,64							
AC																	
Demais	417.718	0,28	557.526	0,33	733.559	0,38	258.520	0,23	370.267	0,27	532.279	0,33	3,29	2,78	4,11	3,70	
Total	417.718	0,28	557.526	0,33	733.559	0,38	258.520	0,23	370.267	0,27	532.279	0,33	3,29	2,78	4,11	3,70	
AM																	
ACP de Manaus	1.011.501	0,69	1.405.835	0,83	1.802.014	0,94	1.006.585	0,91	1.396.768	1,01	1.792.881	1,11	3,76	2,51	3,74	2,53	
Demais	1.091.742	0,74	1.406.722	0,83	1.681.971	0,88	496.169	0,45	710.454	0,51	962.609	0,60	2,88	1,80	4,11	3,08	
Total	2.103.243	1,43	2.812.557	1,66	3.483.985	1,83	1.502.754	1,35	2.107.222	1,53	2.755.490	1,71	3,31	2,16	3,86	2,72	
RR																	
Demais	217.583	0,15	324.397	0,19	450.479	0,24	140.818	0,13	247.016	0,18	344.859	0,21	4,58	3,34	6,51	3,39	
Total	217.583	0,15	324.397	0,19	450.479	0,24	140.818	0,13	247.016	0,18	344.859	0,21	4,58	3,34	6,51	3,39	
PA																	
ACP de Belém	1.447.251	0,99	1.847.426	1,09	2.125.135	1,11	953.228	0,86	1.778.544	1,29	2.024.626	1,26	2,78	1,41	7,25	1,30	
Demais	3.502.809	2,39	4.344.881	2,56	5.455.916	2,86	1.643.160	1,48	2.342.149	1,70	3.166.933	1,97	2,45	2,30	4,06	3,06	
Total	4.950.060	3,37	6.192.307	3,65	7.581.051	3,97	2.596.388	2,34	4.120.693	2,99	5.191.559	3,23	2,54	2,04	5,32	2,34	
AP																	
ACP de Macapá	231.228	0,16	363.747	0,21	499.466	0,26	199.863	0,18	346.477	0,25	480.325	0,30	5,21	3,22	6,36	3,32	
Demais	58.169	0,04	113.285	0,07	170.060	0,09	34.268	0,03	78.206	0,06	120.711	0,08	7,76	4,15	9,70	4,44	
Total	289.397	0,20	477.032	0,28	669.526	0,35	234.131	0,21	424.683	0,31	601.036	0,37	5,77	3,45	6,91	3,53	
TO																	
Demais	919.863	0,63	1.157.098	0,68	1.383.445	0,73	530.636	0,48	859.961	0,62	1.090.106	0,68	2,61	1,80	5,56	2,40	
Total	919.863	0,63	1.157.098	0,68	1.383.445	0,73	530.636	0,48	859.961	0,62	1.090.106	0,68	2,61	1,80	5,56	2,40	

TABELA A.1 - POPULAÇÃO TOTAL E URBANA, PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL - UFS E ACPS - BRASIL - 1991, 2000 E 2010

continua

UF/RECORTE	POPULAÇÃO TOTAL						POPULAÇÃO URBANA						TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)			
	1991		2000		2010		1991		2000		2010		Total		Urbano	
	Abs.	% Brasil	Abs.	% Brasil	Abs.	% Brasil	Abs.	% Brasil	Abs.	% Brasil	Abs.	% Brasil	1991/00	2000/10	1991/00	2000/10
MA																
ACP de São Luís	820.137	0,56	1.070.688	0,63	1.309.330	0,69	273.435	0,25	877.387	0,64	1.091.717	0,68	3,03	2,03	13,97	2,21
ACP de Teresina/Timon	107.439	0,07	129.692	0,08	155.460	0,08	90.814	0,08	113.066	0,08	135.133	0,08	2,13	1,83	2,49	1,80
Demais	4.002.677	2,73	4.451.095	2,62	5.109.999	2,68	1.608.172	1,45	2.373.617	1,72	2.920.299	1,81	1,20	1,39	4,46	2,09
Total	4.930.253	3,36	5.651.475	3,33	6.574.789	3,45	1.972.421	1,78	3.364.070	2,44	4.147.149	2,58	1,54	1,52	6,17	2,11
PI																
ACP de Teresina/Timon	611.490	0,42	727.849	0,43	835.576	0,44	564.701	0,51	687.724	0,50	780.082	0,48	1,97	1,39	2,23	1,27
Demais	1.970.647	1,34	2.115.429	1,25	2.282.784	1,20	802.483	0,72	1.100.866	0,80	1.270.877	0,79	0,80	0,76	3,61	1,45
Total	2.582.137	1,76	2.843.278	1,67	3.118.360	1,63	1.367.184	1,23	1.788.590	1,30	2.050.959	1,27	1,09	0,93	3,06	1,38
CE																
ACP de Fortaleza	2.289.455	1,56	2.832.630	1,67	3.327.021	1,74	2.239.410	2,02	2.771.684	2,01	3.247.113	2,02	2,42	1,62	2,42	1,60
ACP de Juazeiro-Crato-Barbalha	302.515	0,21	363.810	0,21	426.690	0,22	259.504	0,23	316.813	0,23	379.066	0,24	2,09	1,61	2,26	1,81
Demais	3.774.677	2,57	4.234.221	2,49	4.698.670	2,46	1.663.093	1,50	2.226.821	1,61	2.720.378	1,69	1,30	1,05	3,33	2,02
Total	6.366.647	4,34	7.430.661	4,38	8.452.381	4,43	4.162.007	3,75	5.315.318	3,85	6.346.557	3,94	1,75	1,30	2,78	1,79
RN																
ACP de Natal	816.136	0,56	1.034.849	0,61	1.251.459	0,66	719.790	0,65	904.953	0,66	1.166.306	0,72	2,70	1,92	2,60	2,57
Demais	1.599.431	1,09	1.741.933	1,03	1.916.568	1,00	949.477	0,86	1.131.720	0,82	1.298.685	0,81	0,96	0,96	1,99	1,39
Total	2.415.567	1,65	2.776.782	1,64	3.168.027	1,66	1.669.267	1,50	2.036.673	1,48	2.464.991	1,53	1,58	1,33	2,26	1,93
PB																
ACP de Campina Grande	380.522	0,26	415.517	0,24	452.162	0,24	325.660	0,29	362.642	0,26	400.015	0,25	0,99	0,85	1,21	0,99
ACP de João Pessoa	711.207	0,48	858.252	0,51	1.017.742	0,53	684.847	0,62	834.568	0,60	988.671	0,61	2,13	1,72	2,24	1,71
Demais	2.109.385	1,44	2.170.056	1,28	2.296.624	1,20	1.041.559	0,94	1.250.002	0,91	1.449.992	0,90	0,32	0,57	2,07	1,50
Total	3.201.114	2,18	3.443.825	2,03	3.766.528	1,97	2.052.066	1,85	2.447.212	1,77	2.838.678	1,76	0,82	0,90	1,99	1,49

TABELA A.1 - POPULAÇÃO TOTAL E URBANA, PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL - UFS E ACPS - BRASIL - 1991, 2000 E 2010

continua

UF/RECORTE	POPULAÇÃO TOTAL						POPULAÇÃO URBANA						TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)			
	1991		2000		2010		1991		2000		2010		Total		Urbano	
	Abs.	% Brasil	Abs.	% Brasil	Abs.	% Brasil	Abs.	% Brasil	Abs.	% Brasil	Abs.	% Brasil	1991/00	2000/10	1991/00	2000/10
PE																
ACP de Petrolina-Juazeiro	175.406	0,12	218.538	0,13	293.962	0,15	125.273	0,11	166.279	0,12	219.215	0,14	2,50	3,01	3,23	2,80
ACP de Recife	2.970.004	2,02	3.365.655	1,98	3.706.628	1,94	2.799.553	2,52	3.261.918	2,36	3.604.485	2,24	1,41	0,97	1,73	1,00
Demais	3.982.445	2,71	4.334.151	2,55	4.795.858	2,51	2.126.828	1,92	2.630.052	1,91	3.228.510	2,01	0,95	1,02	2,41	2,07
Total	7.127.855	4,85	7.918.344	4,66	8.796.448	4,61	5.051.654	4,55	6.058.249	4,39	7.052.210	4,38	1,19	1,06	2,06	1,53
AL																
ACP de Maceió	702.731	0,48	884.346	0,52	1.028.249	0,54	636.944	0,57	865.718	0,63	1.012.013	0,63	2,61	1,52	3,50	1,57
Demais	1.811.369	1,23	1.938.275	1,14	2.092.245	1,10	845.089	0,76	1.054.021	0,76	1.285.847	0,80	0,76	0,77	2,51	2,01
Total	2.514.100	1,71	2.822.621	1,66	3.120.494	1,64	1.482.033	1,34	1.919.739	1,39	2.297.860	1,43	1,31	1,01	2,94	1,81
SE																
ACP de Aracaju	563.827	0,38	714.681	0,42	879.061	0,46	550.657	0,50	703.984	0,51	847.821	0,53	2,69	2,09	2,79	1,88
Demais	928.049	0,63	1.069.794	0,63	1.188.956	0,62	452.220	0,41	569.242	0,41	672.545	0,42	1,61	1,06	2,61	1,68
Total	1.491.876	1,02	1.784.475	1,05	2.068.017	1,08	1.002.877	0,90	1.273.226	0,92	1.520.366	0,94	2,03	1,49	2,71	1,79
BA																
ACP de Feira de Santana	406.447	0,28	480.949	0,28	556.642	0,29	349.557	0,31	431.730	0,31	510.635	0,32	1,91	1,47	2,40	1,69
ACP de Ilhéus - Itabuna	409.027	0,28	418.802	0,25	388.903	0,20	321.793	0,29	353.309	0,26	354.924	0,22	0,27	(0,74)	1,05	0,05
ACP de Petrolina - Juazeiro	128.767	0,09	174.567	0,10	197.965	0,10	102.266	0,09	133.278	0,10	160.775	0,10	3,47	1,27	3,01	1,89
ACP de Salvador	2.564.524	1,75	3.088.484	1,82	3.528.530	1,85	2.467.425	2,22	3.019.548	2,19	3.462.487	2,15	2,11	1,34	2,29	1,38
Demais	8.359.226	5,69	8.907.448	5,25	9.344.866	4,90	3.775.729	3,40	4.834.483	3,50	5.613.655	3,49	0,71	0,48	2,81	1,51
Total	11.867.991	8,08	13.070.250	7,70	14.016.906	7,35	7.016.770	6,32	8.772.348	6,36	10.102.476	6,28	1,09	0,70	2,54	1,42
MG																
ACP de Belo Horizonte	3.476.212	2,37	4.308.950	2,54	4.828.765	2,53	3.291.794	2,97	4.222.904	3,06	4.758.550	2,96	2,44	1,15	2,83	1,20
ACP de Juiz de Fora	400.208	0,27	471.489	0,28	532.474	0,28	392.806	0,35	466.236	0,34	525.225	0,33	1,86	1,22	1,94	1,20
ACP de Uberlândia	367.061	0,25	501.214	0,30	604.013	0,32	358.165	0,32	488.982	0,35	587.266	0,36	3,56	1,88	3,55	1,85
APC de Ipatinga	325.806	0,22	414.111	0,24	468.378	0,25	319.574	0,29	408.813	0,30	460.766	0,29	2,73	1,24	2,80	1,20
Demais	11.173.865	7,61	12.195.730	7,18	13.163.700	6,90	7.424.554	6,69	9.084.893	6,59	10.383.409	6,45	0,99	0,77	2,29	1,34
Total	15.743.152	10,72	17.891.494	10,54	19.597.330	10,27	11.786.893	10,62	14.671.828	10,64	16.715.216	10,39	1,44	0,91	2,49	1,31

TABELA A.1 - POPULAÇÃO TOTAL E URBANA, PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL - UFS E ACPS - BRASIL - 1991, 2000 E 2010

continua

UF/RECORTE	POPULAÇÃO TOTAL						POPULAÇÃO URBANA						TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)			
	1991		2000		2010		1991		2000		2010		Total		Urbano	
	Abs.	% Brasil	Abs.	% Brasil	Abs.	% Brasil	Abs.	% Brasil	Abs.	% Brasil	Abs.	% Brasil	1991/00	2000/10	1991/00	2000/10
ES																
ACP de Vitória	1.126.638	0,77	1.425.587	0,84	1.670.679	0,88	1.099.796	0,99	1.401.716	1,02	1.644.629	1,02	2,67	1,60	2,76	1,61
Demais	1.473.980	1,00	1.671.645	0,98	1.844.273	0,97	824.792	0,74	1.061.333	0,77	1.286.843	0,80	1,42	0,99	2,87	1,95
Total	2.600.618	1,77	3.097.232	1,82	3.514.952	1,84	1.924.588	1,73	2.463.049	1,79	2.931.472	1,82	1,98	1,27	2,81	1,76
RJ																
ACP de Campos dos Goytacazes	389.109	0,27	406.989	0,24	463.731	0,24	324.667	0,29	364.177	0,26	418.725	0,26	0,51	1,31	1,30	1,41
ACP de Volta Redonda - Barra Mansa	505.502	0,34	542.918	0,32	579.427	0,30	487.178	0,44	527.688	0,38	567.083	0,35	0,80	0,65	0,90	0,72
ACP do Rio de Janeiro	10.070.042	6,86	11.154.636	6,57	12.137.349	6,36	9.983.405	8,99	11.061.940	8,02	12.063.475	7,50	1,15	0,85	1,16	0,87
Demais	1.843.053	1,26	2.286.739	1,35	2.809.422	1,47	1.404.391	1,27	1.867.661	1,35	2.414.956	1,50	2,45	2,08	3,25	2,60
Total	12.807.706	8,72	14.391.282	8,48	15.989.929	8,38	12.199.641	10,99	13.821.466	10,02	15.464.239	9,61	1,32	1,06	1,41	1,13
SP																
ACP de Ribeirão Preto	562.800	0,38	662.919	0,39	791.295	0,41	543.659	0,49	653.176	0,47	786.345	0,49	1,85	1,79	2,08	1,87
ACP de S. José Rio Preto	345.128	0,24	439.186	0,26	502.494	0,26	327.628	0,30	411.000	0,30	471.694	0,29	2,74	1,36	2,58	1,39
ACP de São Paulo	20.884.654	14,22	24.585.927	14,48	27.520.455	14,43	20.304.255	18,29	23.575.130	17,09	27.074.928	16,82	1,85	1,13	1,69	1,39
Demais	9.796.343	6,67	11.344.371	6,68	12.447.955	6,53	8.139.319	7,33	9.953.545	7,22	11.252.284	6,99	1,66	0,93	2,28	1,23
Total	31.588.925	21,51	37.032.403	21,81	41.262.199	21,63	29.314.861	26,41	34.592.851	25,08	39.585.251	24,60	1,80	1,09	1,87	1,36
PR																
ACP de Curitiba	1.935.356	1,32	2.608.846	1,54	2.993.678	1,57	1.840.500	1,66	2.466.760	1,79	2.845.397	1,77	3,41	1,39	3,34	1,44
ACP de Londrina	542.886	0,37	626.814	0,37	709.494	0,37	499.497	0,45	599.102	0,43	687.116	0,43	1,63	1,25	2,06	1,38
ACP de Maringá	365.708	0,25	456.058	0,27	546.408	0,29	342.180	0,31	437.873	0,32	530.440	0,33	2,51	1,82	2,80	1,94
Demais	5.604.763	3,82	5.871.740	3,46	6.194.946	3,25	3.515.776	3,17	4.282.349	3,10	4.849.739	3,01	0,52	0,54	2,24	1,25
Total	8.448.713	5,75	9.563.458	5,63	10.444.526	5,48	6.197.953	5,58	7.786.084	5,64	8.912.692	5,54	1,40	0,89	2,59	1,36
SC																
ACP de Florianópolis	525.927	0,36	699.923	0,41	866.098	0,45	480.360	0,43	671.168	0,49	832.709	0,52	3,26	2,15	3,82	2,18
ACP de Joinville	473.135	0,32	607.721	0,36	748.470	0,39	434.222	0,39	569.962	0,41	707.203	0,44	2,85	2,11	3,10	2,18
Demais	3.542.932	2,41	4.048.716	2,38	4.633.868	2,43	2.293.955	2,07	2.976.801	2,16	3.708.001	2,30	1,51	1,36	2,97	2,22
Total	4.541.994	3,09	5.356.360	3,15	6.248.436	3,28	3.208.537	2,89	4.217.931	3,06	5.247.913	3,26	1,87	1,55	3,12	2,21

TABELA A.1 - POPULAÇÃO TOTAL E URBANA, PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL - UFS E ACPS - BRASIL - 1991, 2000 E 2010

conclusão

UF/RECORTE	POPULAÇÃO TOTAL						POPULAÇÃO URBANA						TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)			
	1991		2000		2010		1991		2000		2010		Total		Urbano	
	Abs.	% Brasil	Abs.	% Brasil	Abs.	% Brasil	Abs.	% Brasil	Abs.	% Brasil	Abs.	% Brasil	1991/00	2000/10	1991/00	2000/10
RS																
ACP de Caxias do Sul	336.289	0,23	415.727	0,24	499.199	0,26	295.800	0,27	376.096	0,27	474.459	0,29	2,41	1,85	2,73	2,35
ACP de Pelotas - Rio Grande	463.522	0,32	509.702	0,30	525.503	0,28	430.217	0,39	480.289	0,35	495.622	0,31	1,07	0,31	1,24	0,31
ACP de Porto Alegre	2.981.601	2,03	3.445.683	2,03	3.656.159	1,92	2.880.134	2,59	3.328.660	2,41	3.592.773	2,23	1,64	0,59	1,64	0,77
Demais	5.357.258	3,65	5.816.686	3,43	6.013.068	3,15	3.390.391	3,05	4.132.939	3,00	4.537.437	2,82	0,93	0,33	2,25	0,94
Total	9.138.670	6,22	10.187.798	6,00	10.693.929	5,61	6.996.542	6,30	8.317.984	6,03	9.100.291	5,65	1,23	0,49	1,96	0,90
MS																
ACP de Campo Grande	526.126	0,36	663.621	0,39	786.797	0,41	518.687	0,47	655.914	0,48	776.242	0,48	2,64	1,72	2,67	1,70
Demais	1.254.247	0,85	1.414.380	0,83	1.662.227	0,87	895.760	0,81	1.091.192	0,79	1.320.996	0,82	1,36	1,63	2,24	1,93
Total	1.780.373	1,21	2.078.001	1,22	2.449.024	1,28	1.414.447	1,27	1.747.106	1,27	2.097.238	1,30	1,75	1,66	2,40	1,84
MT																
ACP de Cuiabá	564.771	0,38	698.644	0,41	803.694	0,42	550.969	0,50	687.835	0,50	789.518	0,49	2,41	1,41	2,52	1,39
Demais	1.462.460	1,00	1.805.709	1,06	2.231.428	1,17	934.141	0,84	1.299.891	0,94	1.693.283	1,05	2,39	2,14	3,78	2,68
Total	2.027.231	1,38	2.504.353	1,47	3.035.122	1,59	1.485.110	1,34	1.987.726	1,44	2.482.801	1,54	2,40	1,94	3,32	2,25
GO																
ACP de Brasília	362.866	0,25	682.221	0,40	890.477	0,47	319.420	0,29	639.177	0,46	829.751	0,52	7,34	2,70	8,09	2,64
ACP de Goiânia	1.204.565	0,82	1.606.229	0,95	2.011.735	1,05	1.168.161	1,05	1.588.407	1,15	1.998.247	1,24	3,28	2,28	3,51	2,32
Demais	2.451.472	1,67	2.714.778	1,60	3.101.576	1,63	1.760.095	1,59	2.169.061	1,57	2.592.716	1,61	1,15	1,34	2,37	1,80
Total	4.018.903	2,74	5.003.228	2,95	6.003.788	3,15	3.247.676	2,93	4.396.645	3,19	5.420.714	3,37	2,49	1,84	3,46	2,12
DF																
ACP de Brasília	1.601.094	1,09	2.051.146	1,21	2.570.160	1,35	1.515.889	1,37	1.961.499	1,42	2.482.210	1,54	2,82	2,28	2,93	2,38
Total	1.601.094	1,09	2.051.146	1,21	2.570.160	1,35	1.515.889	1,37	1.961.499	1,42	2.482.210	1,54	2,82	2,28	2,93	2,38

FONTE: IBGE - Resultados do Universo do Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.

QUADRO A.1 - MUNICÍPIOS CRIADOS ATÉ 1991, COM CRESCIMENTO ENTRE 1,05% A.A. E 2,10% A.A.,⁽¹⁾ POPULAÇÃO ENTRE 20 MIL E 100 MIL HABITANTES, NÃO INSERIDOS EM ACP OU UNIDADE INSTITUCIONALIZADA, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO NO REGIC 2007⁽²⁾ - BRASIL - 2010

continua

ESTRATO TAMANHO POPULAÇÃO	CENTRO SUB-REGIONAL			CENTRO DE ZONA					
	UF	Município	Taxa Anual	UF	Município	Taxa Anual	UF	Município	Taxa Anual
> 50 mil a <100 mil hab.	AC	Cruzeiro do Sul	1,53	BA	Itapetinga	1,66			
	BA	Santo Antônio de Jesus	1,63	CE	Russas	1,99			
		BA	Bom Jesus da Lapa	1,55	CE	Limoeiro do Norte	1,26		
		BA	Irecê	1,43	CE	Acaraú	1,63		
		BA	Valença	1,35	CE	Aracati	1,23		
		CE	Quixadá	1,47	GO	Jataí	1,55		
		CE	Iguatu	1,20	GO	Goianésia	1,94		
		GO	Itumbiara	1,32	MG	Patrocínio	1,21		
		MA	Chapadinha	1,81	MG	Paracatu	1,20		
		MA	Pinheiro	1,40	MG	São Sebastião do Paraíso	1,08		
		MA	Santa Inês	1,24	MG	Três Corações	1,09		
		MG	Manhuaçu	1,72	MG	Araxá	1,72		
		MG	Lavras	1,59	MG	Frutal	1,39		
		MG	Viçosa	1,08	PE	Carpina	1,61		
		PA	Redenção	1,79	PE	Ouricuri	1,27		
		PA	Breves	1,48	PE	Surubim	1,52		
		PA	Capanema	1,09	PR	Telêmaco Borba	1,33		
		PE	Serra Talhada	1,12	RJ	Rio Bonito	1,12		
		PE	Arcoverde	1,11	SE	Lagarto	1,30		
		PR	Cianorte	2,00	SP	Leme	1,29		
	PR	Francisco Beltrão	1,63	SP	Votuporanga	1,14			
	PR	Pato Branco	1,52						
	RN	Açu	1,06						
	RO	Ariquemes	1,95						
	RS	Lajeado	1,09						
	SC	Rio do Sul	1,71						
	SC	Caçador	1,12						
	SE	Itabaiana	1,25						
	TO	Gurupi	1,67						
> 20 mil a <50 mil hab.	MA	Presidente Dutra	1,24	AL	Delmiro Gouveia	1,13	MT	Peixoto de Azevedo	1,65
	MG	São Lourenço	1,21	AM	Eirunepé	1,64	MT	Barra do Bugres	1,48
	PI	São Raimundo Nonato	1,86	BA	Macaúbas	1,19	PA	Vigia	1,77
	RN	Pau dos Ferros	1,15	BA	Livramento de Nossa Senhora	1,16	PA	Xinguara	1,42
	SC	Videira	1,27	BA	Rio Real	1,12	PB	São Bento	1,65
	SC	São Miguel do Oeste	1,17	BA	Gandu	1,11	PB	Princesa Isabel	1,56
	SC	Joaçaba	1,16	BA	Barra	1,10	PB	Monteiro	1,09

QUADRO A.1 - MUNICÍPIOS CRIADOS ATÉ 1991, COM CRESCIMENTO ENTRE 1,05% A.A. E 2,10% A.A.,⁽¹⁾ POPULAÇÃO ENTRE 20 MIL E 100 MIL HABITANTES, NÃO INSERIDOS EM ACP OU UNIDADE INSTITUCIONALIZADA, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO NO REGIC 2007⁽²⁾ - BRASIL - 2010

conclusão

ESTRATO TAMANHO POPULAÇÃO	CENTRO SUB-REGIONAL			CENTRO DE ZONA					
	UF	Município	Taxa Anual	UF	Município	Taxa Anual	UF	Município	Taxa Anual
> 20 mil a <50 mil hab.				BA	Capim Grosso	1,06	PE	Floresta	1,71
				BA	Paramirim	1,05	PI	Uruçuí	1,71
				CE	Itapagé	1,64	PI	Piracuruca	1,06
				CE	Brejo Santo	1,62	PR	Matinhos	1,98
				CE	Cruz	1,29	PR	Marechal Cândido Rondon	1,33
				ES	São Gabriel da Palha	1,83	PR	Dois Vizinhos	1,24
				GO	Posse	2,03	PR	São Mateus do Sul	1,21
				GO	Quirinópolis	1,70	PR	Quedas do Iguaçu	1,13
				GO	São Luís de Montes Belos	1,30	RN	Canguaretama	1,36
				GO	Morrinhos	1,15	RN	Santa Cruz	1,35
				MA	Araioses	1,99	RN	Macau	1,20
				MA	Brejo	1,95	RS	Teutônia	1,77
				MA	Carutapera	1,68	RS	Sarandi	1,60
				MA	Vitorino Freire	1,43	RS	Veranópolis	1,60
				MA	Lago da Pedra	1,32	RS	Guaporé	1,29
				MA	Santa Luzia do Paruá	1,22	RS	Estrela	1,12
				MA	Viana	1,14	RS	São Sebastião do Caí	1,08
				MG	Jacutinga	1,83	SC	Maravilha	1,78
				MG	Iturama	1,80	SC	Campos Novos	1,34
				MG	Lagoa da Prata	1,72	SC	Ituporanga	1,33
				MG	Congonhas	1,63	SE	Nossa Senhora da Glória	1,90
				MG	Visconde do Rio Branco	1,53	SP	Monte Aprazível	1,68
				MG	Cambuí	1,44	SP	Capivari	1,59
				MG	São Gotardo	1,42	SP	Tietê	1,51
				MG	Pitangui	1,29	SP	Bariri	1,13
				MG	Várzea da Palma	1,25	SP	São Joaquim da Barra	1,13
				MG	Taiobeiras	1,23	TO	Paraíso do Tocantins	2,09
				MG	Andradas	1,23	TO	Colinas do Tocantins	2,00
				MG	Guanhães	1,17	TO	Araguatins	1,88
				MG	Arcos	1,14	TO	Guaraí	1,49
				MG	Capelinha	1,09			
				MS	Amambai	1,65			
			MS	Miranda	1,07				

FONTE: IBGE - Resultados do Universo do Censo Demográfico

Elaboração: IPARDES

1) Corresponde à média e ao dobro da taxa média anual de crescimento dos municípios não inseridos em ACPs.

2) Não considera Centros Locais.

QUADRO A.2 - MUNICÍPIOS CRIADOS ATÉ 1991, COM MAIS DE 20 MIL HABITANTES, CRESCIMENTO SUPERIOR A 2,10% A.A., NÃO INSERIDOS EM ACP OU UNIDADE INSTITUCIONALIZADA E COM CLASSIFICAÇÃO COMO CENTROS LOCAIS OU NÃO CLASSIFICADOS PELO REGIC 2007, SEGUNDO ESTRATOS DE TAMANHO DA POPULAÇÃO - BRASIL - 2010

50 MIL A <100 MIL HABITANTES			20 MIL A <50 MIL HABITANTES					
UF	Município	Taxa Anual	UF	Município	Taxa Anual	UF	Município	Taxa Anual
AL	Campo Alegre	2,16	AL	Maragogi	2,79	MT	Campo Verde	6,25
AM	Maués	2,70	AM	Manaquiri	6,02	PA	Baião	5,73
MA	Itapecuru Mirim	3,80	AM	Ipixuna	4,19	PA	Bagre	5,70
MA	Barreirinhas	3,31	AM	Benjamin Constant	3,71	PA	Rurópolis	4,98
MG	Nova Serrana	7,01	AM	São Paulo de Olivença	3,12	PA	Jurutí	4,20
PA	São Félix do Xingu	10,19	AM	Humaitá	3,04	PA	Porto de Moz	3,73
PA	Tailândia	7,51	AM	Codajás	2,86	PA	Curralinho	3,61
PA	Santana do Araguaia	6,05	AM	Autazes	2,82	PA	Ourilândia do Norte	3,46
PA	Portel	3,21	AM	Nova Olinda do Norte	2,61	PA	Ponta de Pedras	3,35
PA	Moju	2,84	AM	S. Gabriel da Cachoeira	2,38	PA	Pacajá	3,30
PA	Oriximiná	2,65	AM	Novo Aripuanã	2,28	PA	Anajás	3,06
PA	Dom Eliseu	2,64	AM	Manicoré	2,14	PA	Concórdia do Pará	3,02
PA	Jacundá	2,39	AP	Oiapoque	4,76	PA	Santo Antônio do Tauá	3,01
PA	Alenquer	2,33	AP	Laranjal do Jari	3,43	PA	Muaná	2,99
PA	São Miguel do Guamá	2,23	BA	São Desidério	3,82	PA	Salvaterra	2,93
PE	Santa Cruz do Capibaribe	4,02	BA	Itacaré	2,99	PA	Curuçá	2,74
RJ	Saquarema	3,53	BA	Mucuri	2,53	PA	Mocajuba	2,67
RJ	São Pedro da Aldeia	3,35	BA	Iraquara	2,11	PA	S. Sebastião Boa Vista	2,63
			BA	S. Gonçalo dos Campos	2,11	PA	Cachoeira do Arari	2,62
			BA	Formosa do Rio Preto	2,11	PA	Limoeiro do Ajuru	2,49
			CE	Caridade	2,52	PA	Medicilândia	2,49
			CE	Forquilha	2,22	PA	Gurupá	2,32
			CE	Itarema	2,13	PE	Toritama	5,01
			ES	Jaguare	2,36	PE	Sanharó	3,29
			ES	Anchieta	2,23	PE	Tacaratu	2,59
			GO	Palmeiras de Goiás	2,73	PE	Taquaritinga do Norte	2,34
			GO	Bom Jesus de Goiás	2,46	RJ	Casimiro de Abreu	4,78
			GO	Jaraguá	2,32	RJ	Quissamã	4,00
			MA	Estreito	4,57	RJ	Paraty	2,42
			MA	Miranda do Norte	4,24	RN	Baraúna	2,48
			MA	Vargem Grande	3,60	RN	Goianinha	2,44
			MA	Urbano Santos	3,39	RO	Nova Mamoré	4,31
			MA	Santa Rita	2,65	RO	Machadinho D'Oeste	3,19
			MA	Porto Franco	2,49	SP	Jarinu	3,42
			MA	Aldeias Altas	2,44	SP	Santa Gertrudes	3,12
			MA	Humberto de Campos	2,10	SP	Pontal	3,09
			MG	Conceição das Alagoas	2,99	SP	Ilhabela	3,07
			MS	Sidrolândia	6,02	SP	Cerquillo	2,99
			MS	Maracaju	3,62	SP	Iracemópolis	2,56
			MS	Rio Brillhante	3,08	SP	Rio das Pedras	2,30
			MS	São Gabriel do Oeste	2,81	SP	Brodowski	2,10
			MS	Ribas do Rio Pardo	2,28			
			MS	Caarapó	2,21			

FONTE: IBGE - Resultados do Universo do Censo Demográfico

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

Caraguatatuba é o único município com mais de 100 mil habitantes, classificado pelo Regic 2007 como Centro Local, que apresenta crescimento superior a 2,10%.

QUADRO A.3 - MUNICÍPIOS CRIADOS ATÉ 1991, COM ATÉ 20 MIL HABITANTES, CRESCIMENTO SUPERIOR A 2,10% A.A, NÃO INSERIDOS EM ACP OU UNIDADE INSTITUCIONALIZADA E COM CLASSIFICAÇÃO COMO CENTROS LOCAIS OU NÃO CLASSIFICADOS PELO REGIC 2007, SEGUNDO ESTRATOS DE TAMANHO DA POPULAÇÃO - BRASIL - 2010

continua

10 MIL A 20 MIL HABITANTES						5 MIL A 10 MIL HABITANTES			ATÉ 5 MIL HABITANTES		
UF	Município	Taxa Anual	UF	Município	Taxa Anual	UF	Município	Taxa anual	UF	Município	Taxa Anual
AC	Xapuri	3,01	MT	Paranatinga	2,32	AC	Assis Brasil	5,69	GO	Gouvelândia	2,13
AC	Mâncio Lima	3,20	MT	Nova Olímpia	2,13	AC	Manoel Urbano	2,27	GO	Turvelândia	2,24
AM	Santa Isabel do Rio Negro	5,56	MT	São José do Rio Claro	3,00	AL	Carneiros	2,33	GO	Baliza	5,05
AM	Apuí	2,65	MT	Brasnorte	4,58	AM	Amaturá	2,62	GO	Rio Quente	4,68
AM	Urucurituba	3,82	MT	Matupá	2,30	AP	Ferreira Gomes	5,00	MG	Pirajuba	5,44
AM	Anori	3,72	MT	Itiquira	2,24	AP	Calçoene	2,95	MG	Tapira	2,14
AM	Beruri	3,44	MT	Juruena	7,47	BA	Rodelas	2,19	MS	Corguinho	3,07
AM	Atalaia do Norte	4,19	MT	Porto Alegre do Norte	2,23	CE	General Sampaio	2,48	PB	Salgadinho	2,20
AM	Boa Vista do Ramos	3,63	MT	Alto Garças	2,19	GO	Aruanã	3,94	PB	Quixabá	2,65
AM	Caapiranga	2,23	PA	Santa Maria das Barreiras	4,62	GO	Mambaí	3,57	PE	Fernando de Noronha	2,52
AM	Juruá	5,08	PA	Bonito	3,34	GO	Barro Alto	3,38	RS	Nova Araçá	2,14
AM	São Sebastião do Uatumã	4,10	PA	Inhangapi	2,71	GO	Santa Rita do Araguaia	3,13	RS	Tupandi	2,87
AM	Anamá	4,52	PE	Inajá	3,69	GO	Campo Alegre de Goiás	2,96	SE	Divina Pastora	2,85
AP	Mazagão	3,58	PE	São José da Coroa Grande	2,67	GO	Ouidor	2,50	SE	São Francisco	2,97
AP	Tartarugalzinho	5,84	PE	São Benedito do Sul	2,90	MA	Afonso Cunha	2,35	SP	Marabá Paulista	2,67
BA	Abaré	2,26	PE	Machados	3,30	MG	Perdigão	4,56	SP	Mendonça	2,13
BA	Cairu	3,03	PR	Cafelândia	2,78	MG	Campo Florido	2,57	SP	Nipoã	2,72
BA	Salinas da Margarida	2,63	PR	Teixeira Soares	2,30	MG	Rodeiro	2,48	SP	Balbinos	10,92
BA	Brejolândia	2,37	RN	Guamaré	4,29	MG	Araújos	2,40	SP	Nova Luzitânia	2,27
BA	Novo Horizonte	2,30	RN	Alto do Rodrigues	2,62	MG	Igaratinga	2,33	SP	Itaju	2,10
CE	Tejuçuoca	2,21	RN	Tibau do Sul	3,92	MG	Formoso	2,29	SP	Nova Independência	4,05
CE	Tururu	2,28	RN	Maxaranguape	2,70	MG	São Sebastião do Oeste	2,25	SP	Queiroz	2,61
CE	Mulungu	2,59	RN	Serra do Mel	2,25	MS	Angélica	2,25	SP	Águas de São Pedro	3,70
CE	Abaiara	2,27	RO	Costa Marques	2,97	MT	Alto Taquari	6,07	TO	Caseara	2,31
GO	São Simão	2,35	RR	Caracará	2,56	MT	Apiacás	2,54	TO	Marianópolis do Tocantins	2,71
GO	Caçu	2,31	RR	Mucajá	2,78	PA	Santa Cruz do Arari	4,49	TO	Sampaio	3,27
GO	Flores de Goiás	4,85	RS	Bom Princípio	2,19	PB	Mataraca	3,02	TO	Novo Acordo	2,10
GO	Maurilândia	2,54	RS	Cerro Grande do Sul	2,18	PB	Baía da Traição	2,14			

QUADRO A.3 - MUNICÍPIOS CRIADOS ATÉ 1991, COM ATÉ 20 MIL HABITANTES, CRESCIMENTO SUPERIOR A 2,10% A.A, NÃO INSERIDOS EM ACP OU UNIDADE INSTITUCIONALIZADA E COM CLASSIFICAÇÃO COMO CENTROS LOCAIS OU NÃO CLASSIFICADOS PELO REGIC 2007, SEGUNDO ESTRATOS DE TAMANHO DA POPULAÇÃO - BRASIL - 2010

conclusão

10 MIL A 20 MIL HABITANTES			5 MIL A 10 MIL HABITANTES			ATÉ 5 MIL HABITANTES					
UF	Município	Taxa Anual	UF	Município	Taxa Anual	UF	Município	Taxa anual	UF	Município	Taxa Anual
GO	Montividiu	3,17	SE	Carmópolis	3,74	PE	Salgadinho	2,69			
GO	São João d'Aliança	4,29	SP	Capela do Alto	2,10	PE	Terra Nova	2,13			
MA	Olho d'Água das Cunhãs	2,61	SP	Pradópolis	3,01	RN	Presidente Juscelino	2,27			
MA	Cajari	3,18	SP	Guareí	3,63	RR	Normandia	3,83			
MA	Magalhães de Almeida	3,05	SP	Avanhandava	2,51	RR	São João da Baliza	2,89			
MA	Mata Roma	2,53	SP	Queluz	2,18	RR	São Luiz	2,43			
MA	Primeira Cruz	2,39	SP	Luis Antônio	4,66	SC	Treze Tílias	2,74			
MA	Anapurus	3,09	SP	Serra Azul	4,22	SE	Rosário do Catete	2,65			
MA	Nina Rodrigues	4,16	SP	Valentim Gentil	2,52	SP	Lavínia	5,52			
MA	Altamira do Maranhão	2,24	SP	Palmares Paulista	2,63	SP	Reginópolis	4,44			
MA	Godofredo Viana	4,28	SP	Taguaí	3,78	SP	Vista Alegre do Alto	3,77			
MG	Fronteira	4,52	SP	Riolândia	2,14	SP	Ipeúna	3,32			
MG	Nova Ponte	3,04				SP	Jaci	3,23			
MG	Santa Juliana	3,45				SP	Orindiúva	3,15			
MG	São Gonçalo do Pará	2,70				SP	Jambeiro	2,97			
MG	Planura	2,27				SP	Bofete	2,72			
MG	São Romão	2,82				SP	Clementina	2,72			
MG	São Geraldo	2,89				SP	Dumont	2,59			
MS	Costa Rica	2,43				SP	Nova Europa	2,44			
MS	Ladário	2,51				SP	Lindóia	2,33			
MS	Terenos	3,93				SP	Porangaba	2,27			
MS	Sonora	4,51				SP	Anhemi	2,23			
MS	Água Clara	2,73				SP	Nova Aliança	2,14			
MS	Aral Moreira	2,44				TO	Monte do Carmo	2,61			
						TO	Buriti do Tocantins	2,22			

FONTE: IBGE - Resultados do Universo do Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.